



UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ
INSTITUTO DE CIÊNCIAS DA EDUCAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO
MESTRADO ACADÊMICO EM EDUCAÇÃO
LINHA DE PESQUISA EDUCAÇÃO, CULTURA E SOCIEDADE

MARLUCY DO SOCORRO ARAGÃO DE SOUSA

RAÇA E EDUCAÇÃO NA AMÉRICA LATINA:
um estudo comparado do pensamento de José Veríssimo (Brasil/1857-1916)
e José Ingenieros (Argentina/1877-1925)

Belém – PA
2014

MARLUCY DO SOCORRO ARAGÃO DE SOUSA

RAÇA E EDUCAÇÃO NA AMÉRICA LATINA:
um estudo comparado do pensamento de José Veríssimo (Brasil/1857-1916) e
José Ingenieros (Argentina/1877-1925)

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação, Instituto de Ciências da Educação da Universidade Federal do Pará, linha de pesquisa Educação, Cultura e Sociedade, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre, sob a orientação da Prof^ª. Dr^ª. Sônia Maria da Silva Araújo.

Área de concentração: Educação.

Belém – PA

2014

Dados Internacionais de Catalogação-na-Publicação (CIP)

Sousa, Marlucy do Socorro Aragão de, 1977-
Raça e educação na América Latina: um
estudo comparado do pensamento de José
Veríssimo (Brasil/1857-1916) e José Ingenieros
(Argentina/1877-1925) / Marlucy do Socorro
Aragão de Sousa. - 2014.

Orientadora: Sônia Maria da Silva Araújo.
Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal
do Pará, Instituto de Ciências da Educação,
Programa de Pós-Graduação em Educação, Belém,
2014.

1. Educação - América Latina. 2. Educação -
História. I. Título.

CDD 23. ed. 379.2

MARLUCY DO SOCORRO ARAGÃO DE SOUSA

RAÇA E EDUCAÇÃO NA AMÉRICA LATINA:
um estudo comparado do pensamento de José Veríssimo (Brasil/1857-1916) e
José Ingenieros (Argentina/1877-1925)

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação, Instituto de Ciências da Educação da Universidade Federal do Pará, linha de pesquisa Educação, Cultura e Sociedade, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre, sob a orientação da Prof.^a Dr.^a Sônia Maria da Silva Araújo.

BANCA EXAMINADORA

Sônia Maria da Silva Araújo Alves (Orientadora)
Dra. em Educação
Universidade Federal do Pará - UFPA

Laura Maria Silva Araújo Alves (Membro Interno)
Dra. em Psicologia da Educação
Universidade Federal do Pará - UFPA

César Augusto Castro (Membro Externo)
Dr. em Educação
Universidade Federal do Maranhão - UFMA

Ivany Pinto Nascimento (Suplente)
Dra. em Educação
Universidade Federal do Pará- UFPA

Belém – PA
2014

*Para meus pais Raimundo de Sousa Neto (in memorian)
e Noêmia Aragão (in memorian), que em vida fizeram-
me Mestre na arte de viver e lutar com dignidade.*

AGRADECIMENTOS

Agradeço a Deus a minha existência e por me permitir trilhar este caminho.

Este trabalho não teria se realizado sem a fundamental participação de algumas pessoas, às quais dirijo meus sinceros agradecimentos:

Aos meus irmãos Elma, Edvaldo e Ednaldo, agradeço a cumplicidade, o apoio nos momentos de dor e também as alegrias vividas ao longo deste período.

A minha tia Maria Lúcia de Sousa agradeço as orações em minha intenção, quando estava aflita.

A todos os meus amigos, especialmente a amiga de infância Dayse Melo, agradeço o carinho, o amor e o incentivo em todos os momentos de minha vida.

Agradeço aos colegas das turmas de mestrado e doutorado de 2012, Dorilene Melo, Joana Machado, Sheila Alves, Ana Miranda, Ermelinda, Micheli Sullen, Jacqueline Guimarães, João Colares e Adriane Lima.

Aos colegas das demais linhas de pesquisa com os quais tive a oportunidade de dialogar e compartilhar meus conhecimentos.

Meu agradecimento especial a paciência e a amizade de minha amiga Jaqueline Guimarães, nos últimos meses de construção deste trabalho. O ombro amigo, as palavras de incentivo e a sua parceria nas produções me impulsionaram a ousar novas pesquisas e a trilhar o caminho de pesquisadora.

Agradeço aos professores da Linha de Pesquisa Educação, Cultura e Sociedade, Prof^ª. Dr^ª. Laura Alves, Prof. Dr. Salomão Hage, Prof^ª. Dr^ª. Ivany Pinto, e a Prof^ª. Dr^ª. Sônia Araújo, minha orientadora. Com vocês aprendi a caminhar “sobre os ombros de gigantes”.

A Professora e orientadora Sônia Maria da Silva Araújo, profissional excepcional, que desde a primeira orientação mostrou-me a relevância de construir um caminho epistemológico de pesquisa, bem como a necessidade de crescimento acadêmico e profissional. Agradeço a atenção e a amizade durante os nossos encontros e reencontros, eles foram fundamentais para o amadurecimento do processo de elaboração deste trabalho. Muito abrigada!

A Professora Laura Maria Araújo Alves agradeço o carinho, a amizade, o companheirismo e o incentivo nos momentos de produção e publicação dos trabalhos acadêmicos. Sua simplicidade, alegria e humildade foram fundamentais nos momentos de dúvidas e angústia.

Ao Prof. Dr. César Castro agradeço as riquíssimas contribuições para a elaboração deste estudo e a gentileza de ter aceitado o convite para participar da banca de avaliação desta pesquisa. Muitíssimo obrigada!

Aos colegas do Grupo de Pesquisa “José Veríssimo e o Pensamento Educacional Latinoamericano. A Luana Viana agradeço especialmente as indicações de livros e leituras referentes ao meu objeto de pesquisa; ao Andreson Barbosa, as contribuições para a organização e a formatação do texto; ao Nonato Cândia, a parceria e o incentivo às publicações; e a Adriana Moura agradeço aos diálogos durante este percurso. Vocês são importantes!

Aos Colegas do Grupo ECOS que sempre compartilharam o espaço para conversas, discussões e as alegrias dos nossos encontros.

Meus agradecimentos à Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – CAPES, por financiar os últimos três meses desta pesquisa.

Nenhum homem é excepcional em todas as suas atitudes. Mas não se poderia apenas definir como medíocres os que não se sobressaem em nenhuma. Os medíocres desfilam diante de nós como exemplares de história natural, com o mesmo direito dos gênios. Já que existem, é preciso estudá-los.
(JOSÉ INGENIEROS)

Se quiséssemos verdades caseiras deveríamos ter ficado para sempre em casa.
(CLIFFORD GEERTZ)

RAÇA E EDUCAÇÃO NA AMÉRICA LATINA: um estudo comparado do pensamento de José Veríssimo (Brasil/1857-1916) e José Ingenieros (Argentina/1877-1925)

RESUMO

O presente estudo teve como objeto de pesquisa o pensamento de José Veríssimo (Brasil) e José Ingenieros (Argentina) sobre raça e educação. Trata-se de uma proposta circunscrita num estudo comparado deste pensamento entre esses dois intelectuais. Problematizou-se como questão central: de que forma o pensamento de José Veríssimo e José Ingenieros articula a relação entre raça e educação na América Latina do final século XIX e início do século XX? Como objetivo geral, desejou-se analisar, por meio de um estudo comparado, o pensamento de José Veríssimo e de José Ingenieros sobre educação, dando destaque às interações destes com o conceito de raça na América Latina do século XIX. Como objetivos específicos, pretende-se: 1) destacar o contexto histórico do pensamento educacional de José Veríssimo e José Ingenieros; 2) identificar nas obras destes autores as relações entre raça e educação, assim como correlacionar o pensamento de José Veríssimo e de José Ingenieros sobre raça e educação com a história do pensamento intelectual latino-americano. Metodologicamente, inscreve-se o estudo no campo da História Intelectual e da História Cultural. O *corpus* da pesquisa está composto de duas obras de cada autor. De José Veríssimo, trabalhou-se com *As Populações indígenas e mestiças da Amazônia: sua linguagem, suas crenças e seus costumes* (1887) e *Educação nacional* (1906). De José Ingenieros, cotejou-se *El hombre mediocre* (1913) e *Las fuerças morales* (obra póstuma). Os resultados do estudo indicam que o modo como as teorias da raça chegam a América Latina são fundamentais para a compreensão do pensamento dos autores. Nesse sentido, foi preciso realizar uma breve reflexão sobre as discussões teóricas que o tema raça suscitou na América Latina do século XIX, já que tanto José Veríssimo quanto José Ingenieros nasceram e viveram parte de suas vidas nesse período. O primeiro nasceu no extremo norte do Brasil, no Estado do Pará, e viveu entre 1857 e 1916. Dedicou-se ao estudo da Crítica Literária e refletiu sobre a educação, colocando-a como instrumental necessário para a elevação da população mestiça do país à condição de civilizada. O segundo nasceu em Palermo, na Itália, mas migrou para a Argentina ainda criança, tornando-se cidadão argentino. Dedicou-se ao estudo da Psiquiatria, mas enveredou-se, em particular, pela área da Antropologia Criminológica. Ao discutir as perturbações mentais dos indivíduos na sociedade argentina, José Ingenieros se reporta à colonização e às condições materiais dos sujeitos. Para ele, no final do século XIX as raças inferiores continuavam a representar um entrave para o desenvolvimento da Argentina. À princípio, identifica-se que o homem mediocre de Ingenieros muito se assemelha ao homem indolente de Veríssimo. Ambos os estados – mediocre e indolente – representavam, para estes intelectuais, um estado atrasado que não se via mais presente no homem civilizado. Desse modo, defendem condições externas objetivas diferentes para que, tanto na Argentina quanto no Brasil, as mudanças internas determinadas pela raça, que resultaram no homem mediocre e indolente, fossem superadas. Dentre essas condições externas, a educação desponta como elemento necessário para a superação da indolência e da mediocridade.

Palavras-chave: Raça. Educação. José Veríssimo. José Ingenieros. América Latina.

RACE AND EDUCATION IN LATIN AMERICA: a comparative study of the thought of José Verissimo (Brasil/1857-1916) and José Ingenieros (Argentina/1877-1925)

ABSTRACT

The present study is the research object of José Verissimo's (Brazil), and José Ingenieros's (Argentina) thought on race and education. The proposal is to conduct a comparative study among the authors of this thought. Problematized as a central issue the following question: How does José Verissimo's and José Ingenieros's thought articulate the relationship between race and education in Latin America of the late nineteenth and early twentieth century? General objective was defined: through the compared study Jose Verissimo's and José Ingenieros's thought on education, highlighting their interaction with the concept of race in nineteenth -century in Latin America. The specific objectives intended to: 1) highlight the historical context of educational thought of Jose Verissimo and José Ingenieros, 2) identify the work of these authors, the relationship between race and education, and to relate the Jose Verissimo's and José Ingenieros's thought on race and education in the history of Latin American intellectual thought . Methodologically, the study falls in the field of intellectual and cultural history. The research corpus is composed of two works of each author. José Verissimo, worked with " indigenous and mestizo populations of the Amazon: their language, their beliefs and customs " (1887) and "National Education" (1906) . Joseph Ingenieiros, collated up "El hombre mediocre" (1913) and "Las fuerças morales "(posthumous). The results, are still very preliminary studies, indicate that how the theories of race arrives in Latin America are the key to the authors' understanding. Accordingly, it was necessary to conduct a brief reflection on the theoretical discussions that the race issue raised in Latin America of the nineteenth century, as well as Verissimo and Ingenieiros were born and lived most of their lives in this period. Particularly, Verissimo was born in the far north of Brazil, Pará, and lived between 1857 and 1916. He devoted himself to the study of Literary Criticism and reflected on education, placing it as necessary instrumental in raising the mestizo population of the country to the civilized condition. Specifically, Ingenieiros was born in Palermo, Italy, but migrated to Argentina as a child and became an Argentine citizen. He devoted himself to the study of psychiatry, but became involved, in particular the anthropological and Criminological areas. When discussing mental disorders of individuals in Argentine society, Ingenieros refers to colonization and the material conditions of the subjects. For him, the end of the nineteenth century, the inferior races continued to represent an obstacle to the development of Argentina. The principle identifies that Ingenieiros's very mediocre man is very similar to Verissimo's indolent man. Both states - mediocre and lazy - represented a backward state not seen in this most civilized man. Thus, external conditions argue for different lenses, both in Argentina and in Brazil, the internal changes determined by race, which resulted in mediocre man and indolent, were overcome.

Keywords: Race. Education. José Veríssimo. José Ingenieros. Latin America.

SUMÁRIO

1	À GUISA DE INTRODUÇÃO	11
2	DISCUTINDO OS FUNDAMENTOS EPISTEMOLÓGICOS DA METODOLOGIA.....	25
3	RAÇA E EDUCAÇÃO NA AMÉRICA LATINA NO FINAL DO SÉCULO XIX E INÍCIO DO SÉCULO XX.	43
3.1	<i>Ideias sobre raça</i>	43
3.2	<i>Raça no contexto latino-americano: colonialidade e poder</i>	53
3.3	<i>Educar para regenerar a nação</i>	61
4	O CONTEXTO E A IMPORTÂNCIA DO PENSAMENTO LATINO-AMERICANO DE JOSÉ VERÍSSIMO E JOSÉ INGENIEROS.	70
4.1	<i>Os projetos de formação de nação: o cenário brasileiro e argentino</i>	70
4.2	<i>A Educação e os projetos de regeneração das raças</i>	76
4.3	<i>Veríssimo e Ingenieros: aproximações e distanciamentos.....</i>	81
4.4	<i>Raça, moral e educação.</i>	91
4.4.1	<i>A leitura racial europeia em Veríssimo e Ingenieros.....</i>	115
5	À GUISA DAS CONSIDERAÇÕES FINAIS	123
	REFERÊNCIAS	128

1 À GUISA DE INTRODUÇÃO

Esta Dissertação de Mestrado é parte de um esforço coletivo do Grupo de pesquisa “José Veríssimo e o Pensamento Educacional Latino-americano”¹, coordenado pela Prof^a. Dr^a Sônia Maria da Silva Araujo, que no ano de 2011 iniciou uma investigação sobre o Pensamento Educacional Latino-americano. Vale ressaltar que este estudo também está vinculado a um projeto de pesquisa de caráter mais universal intitulado “Um estudo comparado do pensamento educacional na América Latina – Brasil e Venezuela (1819-1928)”, ligado ao Instituto de Educação da Universidade Federal do Pará, e recebeu financiamento do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq). O objetivo principal, portanto, é investigar as ideias de educação de pensadores da América Latina, particularmente os da América do Sul de países de língua espanhola, e do Brasil, produzidas entre os anos 1819-1928, com base na metodologia da história cultural e da história comparada.

A motivação para pesquisar a relação entre Raça e Educação iniciou a partir de meu ingresso, em 2012, no Programa de Mestrado em Educação da Universidade Federal do Pará, PPGED/UFPA, na ocasião de minha primeira orientação com a Prof^a. Dr^a. Sônia Maria da Silva Araújo. Naquele momento, passei a conhecer o Projeto e os demais membros do grupo de pesquisa, que já haviam iniciado o levantamento dos pensadores brasileiros e dos

¹ O grupo nasce dentro do Grupo de Pesquisa "Constituição do Sujeito, Cultura e Educação" (ECOS), a partir da execução do projeto de pesquisa "Educação e Cultura em José Veríssimo: apontamentos para a compreensão da discriminação e do preconceito étnico no Brasil", financiado pelo Edital Universal 2004/CNPq. Dentre os objetivos dos grupos destacam-se: desenvolver projetos interdisciplinares de pesquisa sobre a obra e a biografia de José Veríssimo; articular, em nível nacional, pesquisadores da vida e obra de José Veríssimo; fazer estudos comparados entre o pensamento de José Veríssimo e o de outros autores brasileiros e latinoamericanos; além de abordar temas históricos ligados ao pensamento educacional, especialmente o nacionalismo e o pós-colonialismo.

pensadores latino-americanos de língua espanhola que produziram ideias e escreviam obras sobre educação, no período de 1819-1928.

O projeto inicial de pesquisa ao ingresso no Mestrado em Educação estava voltado ao estudo dos saberes e das práticas educativas da Comunidade Quilombola do Cacau, no município de Colares-PA, cuja proposta metodológica estava relacionada a uma pesquisa de campo. No entanto, o interesse pelas novas discussões no grupo de pesquisa e o envolvimento com o novo projeto me instigavam a redefinir minha temática e meu objeto de estudo. Somado a isso, após levantamento no Banco de Dissertações e Teses da CAPES, percebi a necessidade de desenvolver este estudo, cuja temática apresenta poucas produções no meio acadêmico, principalmente na região Norte do Brasil, o que contribui para fortalecer a linha de pesquisa Educação, Cultura e Sociedade, a qual estou vinculada.

O levantamento realizado, portanto, possibilitou o mapeamento das produções acadêmicas que abordam a relação existente entre raça e educação no século XIX e início do século XX, para assim compor um perfil dessa temática no Brasil. A seleção dos trabalhos ocorreu por amostragem intencional, baseada no critério de visibilidade na área de estudo. Tais critérios também subsidiaram a seleção nos bancos de dados da CAPES, que disponibiliza, via internet, os resumos das pesquisas. É importante destacar que na região Norte não foi encontrada nenhuma produção acadêmica, na captura do banco de dissertações e teses da Capes, sobre racismo e educação no século XIX, fator relevante e que estimula novas pesquisas sobre o tema nos programas de pós-graduação da região.

Após este levantamento e a partir da definição da nova temática de estudo, passei a me dedicar às leituras e às investigações na área com o intuito de fortalecer o referencial bibliográfico, visto que esta pesquisa é histórica e se propõe a fazer um estudo comparado do pensamento social. Desta forma, o desafio começou com o levantamento dos pensadores brasileiros que discutem Raça e Educação na América Latina no final do século XIX e início do século XX. Simultaneamente, também acontecia a busca de pensadores de língua espanhola que discutiam a temática neste mesmo período.

Dentre os autores levantados, o brasileiro e paraense José Veríssimo (1857-1916) e o argentino José Ingenieros (1877-1926), além de discorrerem e problematizarem a temática abordada nesta dissertação, estão contemplados pelos critérios de escolha de pensadores, definidos pelo grupo de pesquisa, quais sejam: 1) ter obras sobre educação; 2) ter vínculos com instituições ou movimentos educativos; ter assumido funções públicas no campo da educação; 3) ter assumido função docente; 4) ter articulado o seu campo central de investigação (medicina, direito, filosofia etc) com a educação; 5) ter pensado a formação da

sua nação (seu país) a partir de discussões sobre a educação necessárias a ela; 6) ter participado da fundação de instituições que se vinculavam direta, ou indiretamente, à educação, como institutos históricos e geográficos, academias de letras e de ciências, escolas, universidades, etc. Cabe observar que tais critérios não são tratados pelo grupo cumulativamente.

Definidos os caminhos de acordo com os critérios estabelecidos pelo grupo de pesquisa, foi necessário aprofundar conhecimentos acerca da América Latina como um vasto campo de pesquisa. Um estudo histórico nos auxiliou ao entendimento de conceitos e das dinâmicas presentes na contemporaneidade, neste contexto social. Da mesma forma, faz-se necessário neste estudo uma breve contextualização do recorte temporal escolhido para apresentar a temática em questão.

Para muitos estudiosos, o conceito “América Latina” apresenta problemas sobretudo quando relacionado às questões de identidade cultural, social e até geográfica. Tal conceito, originário no século XIX, sob a influência política da França e dos Estados Unidos, foi consolidado a partir do momento em que muitas nações desta região passaram a estabelecer suas independências dos países colonizadores. Sua afirmação também se deu ao final da segunda guerra mundial, quando adotado por instituições internacionais ao se referirem ao conjunto de países que compõem a região (BIBLIOTECA VIRTUAL DA AMÉRICA LATINA, 2012).

No que diz respeito aos aspectos geográficos, a América Latina está conformada por países² da América do Sul, América Central e México. Contempla uma superfície de cerca de 21.000.000 km². É banhada pelos Oceanos Atlântico e Pacífico e abriga importantes recursos naturais, com destaque para a floresta amazônica, que possui pelo menos metade de todas as espécies vivas conhecidas. O mapa que segue situa geograficamente os países que integram a América Latina.

² Países que formam a América Latina: Argentina, Belize, Bolívia, Brasil, Chile, Colômbia, Costa Rica, Cuba, El Salvador, Equador, Guatemala, Guiana, Guiana Francesa, Honduras, México, Nicarágua, Panamá, Paraguai, Peru, Porto Rico, República Dominicana, Suriname, Uruguai, Venezuela.

FIGURA 01: Mapa da América Latina

Fonte: Biblioteca virtual da América Latina (2013).

Do México à Argentina, a região foi colonizada por países ibéricos, Portugal e Espanha, do século XVI ao século XIX, consolidando uma cultura “latina”, relacionando-a às línguas românicas, advinda de países da Europa como a Holanda, a Inglaterra e a França. Em contraste com estes aspectos, a América Latina possui profundas raízes nas culturas indígenas que povoavam a região, quando de seu “descobrimento” pelos europeus. Como resultado dos interesses e dos conflitos decorrentes dessa invasão, ela foi o principal destino de milhões de pessoas escravizadas vindas da África, e de correntes imigratórias de muitos países, no final do século XIX e início do século XX. Entre eles, destacamos Itália, Japão, Espanha, Líbano, e outros, o que contribuiu para a composição da sua diversidade sociocultural. Desta forma, o encontro entre europeus e índios, povos portadores de culturas díspares, até antagônicas em certos aspectos, é tido como o momento inicial das transformações que conduziram à ideia de um “modo latino-americano de ser”.

No que concerne aos aspectos socioculturais, a América Latina está relacionada às populações que falam a língua portuguesa, a língua espanhola, a língua francesa, a língua holandesa, a língua inglesa, além das línguas indígenas; ao catolicismo, à mestiçagem e à diversidade cultural. Esses dois últimos aspectos, mestiçagem e diversidade cultural,

consistem questões cruciais quando se discute as identidades latino-americanas, pois o racismo serviu para justificar, ao longo da história, a agressão e a exploração dos povos latino-americanos. À exemplo disto, as concepções racistas de alguns teóricos raciais norte-americanos e europeus sobre as misturas entre negros e índios fazia piorar a situação. Tais ideias eram difundidas e utilizadas para justificar a condenação de mestiços, eternamente, ao jugo dos povos anglo-saxões, ditos superiores, ou à extinção, pois a mestiçagem seria a pior solução nas diversas versões da biologia corrente no século XIX.

Com relação à mestiçagem e à mistura cultural, Canclini (2006) assim expressa:

A mistura de colonizadores espanhóis e portugueses, depois de ingleses e franceses, com indígenas americanos, à qual se acrescentaram escravos trasladados da África, tornou a mestiçagem um processo fundacional nas sociedades do chamado “Novo Mundo”. Mas a importante história de fusões entre uns e outros requer utilizar noção de mestiçagem tanto no sentido biológico – produção de fenótipos a partir dos cruzamentos genéticos – como cultural: mistura de hábitos, crenças e formas de pensamento europeus com originários das sociedades americanas (CANCLINI, 2006, p. 26, *grifo nosso*).

Além dos aspectos relacionados às identidades étnico-raciais, o período compreendido entre o final do século XIX e o início do XX foi emblemático para os países latino-americanos no que diz respeito à afirmação de suas nacionalidades. De acordo com Prado (1999), alguns marcos, como a independência dos países colonizadores, dão sustentação a uma análise da América Latina, pois, segundo ela, todos os países latino-americanos foram colônias por mais de trezentos anos e se tornaram politicamente independentes no início do século XIX.

Nesse sentido, destaca-se Simon Bolívar³, Domingo Sarmiento⁴ e José Martí⁵, como os três principais articuladores dos processos de independência e de pós-independência, que

³ Simón Bolívar (1783-1830) foi um dos mais celebrados líderes das independências na América do Sul de colonização espanhola. É considerado na América Latina como um herói, visionário, revolucionário, e libertador. Durante seu curto tempo de vida, liderou a independência da Bolívia, da Colômbia, do Equador, do Panamá, do Peru e da Venezuela, e ajudou a lançar bases ideológicas democráticas na maioria da América Hispânica. A ideia de “nações livres” era, provavelmente, na época, o objetivo mais importante, pois sem a liberdade não seria possível a conquista de outros objetivos. Simón Bolívar permanece na memória social e política latino-americana por conta das expectativas e das esperanças que gerações posteriores puderam cultivar em torno de sua figura e da versão histórica dada à sua causa. Ver mais: HISTÓRIA, São Paulo, 28 (1): 2009.

⁴ Domingos Faustino Sarmiento (1811-1888). Foi General, literato, pedagogo, ministro, diplomado, senador, constituinte, governador, presidente, autor de livros didáticos, fundador de escolas, foi um inovador de sua época, fundamentando-se no determinismo geográfico. A natureza, para Sarmiento, condicionava significativamente o destino dos homens, a formação do caráter moral, a personalidade e as possibilidades da vida política, da vida em sociedade. E, por extensão, a natureza apresentava uma relação intrínseca com o destino da nação. Tentou compor o tipo social argentino a partir da construção de perfis regionais, numa dualidade figurada entre o campo (Barbárie) e a cidade (Civilização).

partem dos discursos coloniais para edificar a identidade entre os Estados latino-americanos. De modo geral, todos eles pensam, primeiramente, numa construção identitária nacional e, posteriormente, vão estender esse projeto para o supranacional, resguardando-se as devidas diferenças. Bolívar entende as lutas pela independência como fator primário para a constituição da União Americana Livre, que seria o projeto de solidariedade continental; Sarmiento e sua concepção dual enxerga primeiro a Argentina polarizada entre civilização e barbárie e depois também estende este conceito: haveria duas Américas, a civilizada e a bárbara; por sua vez, Martí reformula a ideia de pan-americanismo, primeiro, a partir da clara confiança na capacidade emancipacionista de Cuba, e depois de cada uma das nações latino-americanas que formariam a “Nossa América”.

Nesse período de lutas por independência política, os países da América Latina viveram os processos de independência⁶ dos domínios espanhol e português e, conseqüentemente, a substituição do Império e da política escravista pela constituição de regimes independentistas, que estiveram longe de representar a efetiva emancipação destes países, devido ao surgimento de novas potências. Sobre essa questão, Schütz observa que:

A América Latina sempre demonstrou ser uma região de efervescência e transformação. Em especial, o século XIX tem grande significado na história latino-americana, pois foi o período de tempo dominado pelos ideais de independência, fomentando as guerras de liberdade ante o colonizador. O século XIX também foi a era da transição econômica da exploração ao comércio e indústria, influenciado pela retomada industrial, principalmente da Inglaterra, e da ascensão de uma nova potência: os Estados Unidos. (SCHÜTZ, 2010, p. 49).

Analisando previamente as linhas de pensamento deste autor, observa-se que expansão do capitalismo significou a expansão de um sistema econômico dominante e se converteu na forma predominante de produção no mundo inteiro. No contexto pós independência dos países da América Latina, surgiram personalidades preocupadas com o

⁵ José Martí (1853-1895) foi um dos intelectuais latino-americanos de maior repercussão no continente americano. Aos 16 anos de idade foi encarcerado por se envolver nas lutas pela independência de Cuba contra a Espanha, sendo influenciado pelas ideias de seu professor, o criollo Mendive. Exilado, viveu na Espanha entre 1871 e 1874, e se formou Bacharel em Direito e Filosofia. Martí voltou ao continente americano e, entre 1878 e 1881, viveu em vários países, como México, Venezuela, Guatemala e EUA, chegando a visitar Cuba duas vezes, sendo deportado em 1879 por suas movimentações em prol da independência. Sua obra, *Nuestra América*, voltada para a discussão da cultura e história dos povos americanos, é referência decisiva de um pensamento crítico acerca dos problemas porque passavam os países da América Latina, na segunda metade do século XIX.

⁶ De acordo com Bastos (2011, p. 138), a independência dos países da América Latina ocorreu nos seguintes anos: Cuba, 1898; Guatemala, 1821; México, 1810; Argentina, 1810; Brasil, 1822; Uruguai, 1828; Chile, 1810-1826; Peru, 1821; Colômbia, 1819; Venezuela, 1821/1830 e Equador, 1822/1830.

desenvolvimento social e econômico do povo, influenciados pelo sistema dominante europeu. Os colonizadores quiseram se sobrepôr e engolir as demais cultura, num processo de homogeneização, praticado por meio da língua, da religião, dos padrões econômicos. Porém, havia aqui antes da colonização européia, culturas autóctones que se rebelaram e lutaram para sobreviver ao impacto imposto pela cultura dos europeus.

A América Latina, portanto, apresenta grande diversidade cultural, principalmente por conta de suas raízes na cultura indígena, estabelecidas na região antes da chegada dos europeus. Foi também o lugar de destino de muitos negros africanos e de imigrantes vindos de diversos países do mundo. Esta diversidade étnico-cultural foi constituída ao longo dos anos e registrada por diversos intelectuais latino-americanos que materializaram, por meio da escrita, a história de seus países, as lutas políticas e ideológicas que enfrentaram, suas concepções educacionais, de nação, entre tantas outras questões que incorporam um arcabouço teórico de significativa importância para a conformação da diversidade presente na América Latina.

Na história das sociedades latino-americanas a problemática racial é um debate que se insere na perspectiva da formação do povo e de como ele se transforma segundo o contexto histórico. Esse debate circulou com força neste continente em decorrência de uma série de fatores, como o crescimento das cidades, a modernização da sociedade e o aumento dos debates intelectuais que ajudaram a difundir as ideias em discussão pela Europa, principalmente a da construção das identidades nacionais.

Tal debate perpassava por um ponto crítico: a questão racial. Neste contexto, os intelectuais voltam os olhares para a Europa como um modelo a ser seguido e a elite latino-americana “virava as costas” para a América, desqualificando a população e o saber local. Assim, emergiram teorias como a do “branqueamento”, que propunha a valorização da mestiçagem como um caminho a ser seguido para eliminar, gradualmente, os sujeitos considerados inferiores da população, até se atingir a raça branca como dominante.

Por conseguinte, os imigrantes europeus eram vistos como a opção ideal para esse processo. A eles estavam associadas as ideias de liberdade, progresso e civilização. Em contrapartida, os negros eram sinônimo de atraso, barbárie e imoralidade. Estes, assim como os mestiços, seriam “incapazes de interiorizar sentimentos civilizados sem que antes as virtudes étnicas dos trabalhadores brancos os impregnassem, quer por seu exemplo moralizador, quer pelos cruzamentos inter-raciais”. (AZEVEDO, 2004, p.52).

Dessa forma, o que se seguiu foi uma tentativa de reproduzir o ambiente europeu no além-mar, desde suas características físicas até as espirituais. A construção de cidades à moda europeia, o enquadramento dos indígenas no sistema de trabalho mercantilista capitalista, a

imposição das línguas espanhola e portuguesa e da religião católica, foram algumas das formas de dominação que se deu por imposição às comunidades nativas da América, por meio de objetos, valores, ideias e sentimentos próprios dos povos europeus.

Tal posicionamento recebia influência direta das teorias e formas de pensar que aportaram no Brasil a partir de 1870, como o positivismo, o evolucionismo e o darwinismo. À esse respeito, Schwarcz (1993, p.208), ao analisar artigos médicos que circulavam no Brasil em fins do século XIX, pontua que “utilizando modelos social-darwinistas, esses cientistas farão uma leitura original da realidade nacional ao apontar o cruzamento como o nosso maior mal, ao condenar a hibridação das raças e sua conseqüente degeneração”.

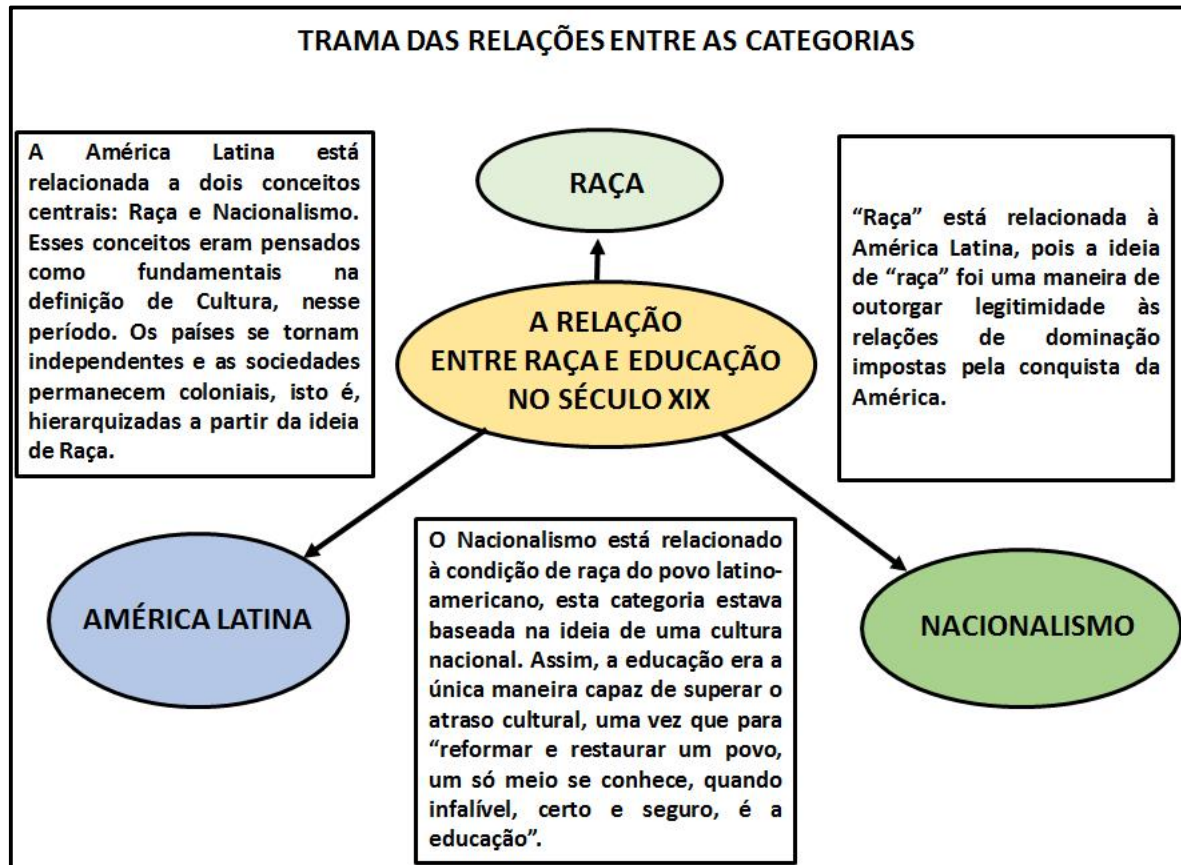
Por consequência desse processo, tais estigmas passavam a circular no país, principalmente entre os mestiços, apontados agora como responsáveis pelo atraso da nação. Sylvio Romero, brasileiro, crítico literário, promotor, juiz e deputado, era defensor dessa vertente e não se esforçava em esconder seu profundo despreço pela raça negra. Por considerar o negro incapaz, não-civilizado e inapto ao exercício da liberdade, defendia a continuidade da escravidão até que esta tivesse “sucumbido no terreno econômico pela concorrência do trabalho livre personificado pelo imigrante europeu” (AZEVEDO, 2004, p.60).

Esses elementos nos dão base para dizer que no período que vai do final do século XIX até as primeiras décadas do século XX, o pensamento latino-americano foi marcado por uma temática pautada em dois conceitos centrais: Raça e Nação. Esses conceitos, pensados como fundamentais na definição de cultura, nesse período, foram utilizados por autores de todas as partes do mundo, mas na América foram basilares na definição da identidade nacional e do conceito de cultura.

O sentimento de nacionalismo teve seu grande desenvolvimento na segunda metade do século XIX, fortalecido pelo movimento de massas que visava exaltar os valores das nações. Um dos grandes componentes encontrados pelos movimentos nacionalistas, foi o de identificar a nação como um grupo étnico. A “nação”, portanto, representaria um grupo étnico, ou, utilizando uma linguagem do final do século XIX, uma “raça”. Para muitos intelectuais da época, o grupo étnico que mais representaria a ideia de nação era o grupo identificado como o das “raças superiores”, e o que menos se enquadra nesse modelo, era o grupo das chamadas “raças inferiores”.

Com base no exposto, o esquema a seguir apresenta uma trama conceitual da relação entre as categorias “Raça” e “Educação”, em destaques neste estudo:

FIGURA 02: Trama da relação entre as categorias



Fonte: SOUSA, Marlucy (2013).

Pode-se observar na trama das relações entre as categorias em destaque que, de certa forma, elas convergem no sentido de serem recorrentes à definição de cultura na América Latina com o intuito de demarcação da identidade nacional.

Portanto, os intelectuais latino-americanos encontraram soluções diferentes para o problema da inferioridade racial que a ciência postulava para seus povos. Desafiar frontalmente a sacrossanta ciência do positivismo do século XIX era atitude de extrema coragem intelectual. Alguns poucos idealistas o fizeram, ao denunciar o próprio conceito de raça, a partir do pressuposto de igualdade humana. “Raça” seria uma invenção destinada a escravizar pessoas e subordinar nações. Dois importantes autores se manifestaram neste sentido: José Martí, em Cuba, e Manoel Bomfim, no Brasil.

Martí acreditava que a mestiçagem era a grande vantagem da América Latina, pois representava a condição de realização plena da igualdade humana. A mestiçagem em Martí

era, portanto, uma metáfora utilizada para representar a mistura cultural. Ele propugnava a criação de universidades latino-americanas, onde se construísse uma nova interpretação da história, na qual seria cultuado o passado clássico das grandes civilizações indígenas americanas, sem esquecer a antiguidade clássica europeia.

Por sua vez, Manoel Bomfim, político, historiador, médico e educador sergipano, mesmo admitindo o atraso relativo ao Brasil e à América Latina, devido aos problemas herdados da era colonial luso-espanhola, polemizava ao afirmar que o remédio para corrigir os males de origem era o aumento maciço do ensino elementar para as classe populares. Para ele, o fator explicativo do atraso era o parasitismo social. A educação seria, sem dúvidas, o caminho para superá-lo e assim desenvolver a nação rumo ao progresso e a democracia. Nesse sentido, Bomfim assim observa:

Não há na história da América Latina um só fato, provando que os mestiços houvessem degenerado de caráter, relativamente às qualidades essenciais das raças progenitoras. *Os defeitos e virtudes que possuem vêm da herança que sobre eles pesa, da educação recebida, e da adaptação às condições de vida que lhes são oferecidas* (BOMFIM, 2000, p. 119, grifo nosso).

Em outras palavras, Manoel Bomfim descarta a mestiçagem de caráter degenerativo e estabelece uma perspectiva sociológica aos problemas latino-americanos. Em sua obra “América Latina: males de origem” (1903), assim como Martí, argumenta que o conceito de raça servia apenas para justificar as relações de poder entre os povos. Da mesma forma, valorizava a miscigenação e enfatizava aspectos políticos e culturais na explicação do atraso social do povo considerado degenerado.

Em meio a tais pensamentos contra-ideológicos, os países do Caribe e da América partem para o rompimento com o modelo colonialista. Foi um momento de reivindicação e de construção dos estados nacionais, ocasião em que os intelectuais latino-americanos buscavam estabelecer uma ideia de nação que pudesse integrar índios, negros e brancos numa identidade nacional homogênea, amortecendo conflitos econômicos, políticos e sociais.

É importante destacar que na América Latina as ideias nacionalistas se disseminaram no início do século XX, associadas a um projeto de desenvolvimento de uma economia nacional. Num primeiro momento, este movimento teve características conservadoras e antiliberais, tendo como premissa a recuperação da latinidade, a volta às tradições e ao passado espanhol ou português.

No Brasil, José Veríssimo (1857- 1916) foi um intelectual de destaque, e também esteve alinhado à concepção de regeneração das populações mestiças. Para ele, a educação era

a única maneira capaz de superar o atraso cultural do país, uma vez que “para reformar e restaurar um povo, um só meio se conhece, quando infalível, certo e seguro, é a educação, no mais largo sentido, na mais alevantada acepção da palavra” (VERÍSSIMO, 1985, p. 43). Vale ressaltar que a ideia de atraso cultural, como compreendido por Veríssimo, representa uma nítida influência das Teorias de Raça, bastante difundidas durante o século XIX.

É importante compreender que a ideia de “raça”, entendida em termos biológicos, pertence ao período inicial da Ciência Moderna e deriva da prática de classificação em espécies e subespécies, que, inicialmente, só eram aplicadas a animais e vegetais. Foi somente no século XIX que se começa a aplicar o termo “raça” para análise da espécie humana. O precursor desta discussão foi Conde de Gobineau, em seu ensaio racista intitulado “Ensaio sobre a desigualdade das raças humanas” (1853-1855). Nesta obra, o autor defende a tese poligenista, segundo a qual a humanidade pode ser dividida em várias raças distintas, e estas seriam passíveis de hierarquização entre superiores e inferiores.

Assim, o século XIX passa a ser delineado junto às concepções relacionadas às diferenças humanas, na perspectiva da superioridades e da inferioridades o que, por sua vez, acarretará a naturalização das diferenças. As concepções Darwinistas acerca da *Origem das Espécies* parecem ganhar força enquanto paradigma de evolução social, uma vez que, menos preocupado com os embates previamente existentes, Charles Darwin elucida novas perspectivas teóricas sobre o assunto, a exemplo da sua concepção sobre a descendência genética. Neste cenário, o Darwinismo Social, ou a “Teoria das Raças”, se destaca apresentando uma concepção referente à existência benéfica da pureza da raça humana, o que, por certo, seria inviabilizado pela miscigenação racial, capaz de produzir um indivíduo híbrido e degenerador, tanto da raça quanto da própria sociedade.

É importante ressaltar que a teoria elaborada por Darwin sobre a Evolução das Espécies foi reformulada pelos teóricos da Eugenia da época, pois, enquanto ele afirmava que a mistura entre as espécies criava “seres” mais resistentes e desenvolvidos pela passagem dos caracteres genéticos mais fortes, os eugenistas afirmavam justamente ao contrário, defendiam a ideia de que a miscigenação apenas perpetuaria as características inferiores das raças, resultando numa respectiva degeneração.

Cabe, ainda, destacar que neste mesmo período grande parte dos projetos educacionais, sociais e culturais estavam fundados em teorias científicas, como as Teorias da Raça, o Evolucionismo Social e o Positivismo, consideradas como a “tríade teórica fundamental que, de certo modo, parece ter ‘coroad’ o ápice da modernidade ocidental” (COSTA et al, 2010, p. 188).

Acatado como grande ícone do Evolucionismo Social, Herbert Spencer (1820-1903), em linhas gerais, parte do princípio de que o desenvolvimento social é fruto de uma evolução natural que pressupõe adaptação cada vez maior do indivíduo ao ambiente social. Deste modo, o alcance da civilização depende de adaptações referentes à aquisição de hábitos e comportamentos apropriados à luta pela sobrevivência.

Quanto à divulgação desta ideia fundante de Spencer, pode-se dizer que ela se expande ao pensamento latino-americano e está presente em José Veríssimo e José Ingenieros, daí a proposta desta pesquisa que consiste em um estudo comparado do pensamento social sobre Raça e Educação na América Latina no século XIX, mais especificamente o pensamento latino-americano de José Veríssimo e de José Ingenieros. Desta forma, definiu-se como questão central: de que forma o pensamento de José Veríssimo e de José Ingenieros articula a relação entre raça e educação na América Latina no final século XIX e início do século XX?

O recorte temporal adotado neste estudo é justificado pelo fato de o contexto vivenciado pela maioria dos países latino-americanos, nesse período, já serem independentes e começarem um novo processo de formação da identidade nacional, na qual a educação assume lugar de destaque; as nações nascentes tornam-se laicas e iniciam seus projetos de educação liberal; a educação liberal, no plano do discurso literário e sociológico, dá início a modelos e políticas de educação articulados à formação cultural mestiça, negando-a (educação para a formação de uma elite) ou incorporando-a (educação popular). E foi neste cenário e em meio ao desenvolvimento econômico e à aspiração ao progresso que, no final do século XIX e início do século XX, se destacaram alguns intelectuais preocupados em pensar a realidade nacional.

No Brasil, destaca-se José Veríssimo (1857-1916), um intelectual que pertence à chamada Geração de 1870 e assimilou influências do pensamento europeu da época, e em especial a do crítico e historiador francês Hippolyte Taine, que em obras, como em *Filosofia da Arte*, procura entender o homem a partir dos conceitos de raça, meio social e momento histórico. Em Veríssimo, predominava o esforço de entender o estado intelectual e cultural do país, seja nos estudos etnográficos, seja nos ensaios críticos sobre literatura brasileira. Já se apresentava evidente para ele a ausência de sentimento patriótico da maioria da população brasileira e a “artificialidade da vida das nossas capitais dominadas por elementos estrangeiros”, fatores que, combinados, explicariam a indiferença do público leitor pelos “escritos exclusiva e essencialmente brasileiros” e que, por sua vez, derivavam tanto da formação mestiça como da “falta absoluta de educação nacional”.

Na Argentina, o destaque é para José Ingenieros (1877-1925) que, em meio a tais mudanças, buscava integrar o imigrante europeu à sociedade argentina, utilizando, para isso, teorias raciais e apelações biologistas a fim de criar uma consciência nacional. Para Ingenieros, a formação da nacionalidade argentina, e de todos os países povoados por raças de cor, é em sua origem um simples episódio da luta de raças, e justifica a “teoria das raças” ao dizer que “a superioridade dos brancos é aceita até pelos que negam a existência da luta de raças”

Feitas todas essas considerações, importa destacar que o objetivo geral desta dissertação é analisar, por meio do estudo comparado, o pensamento de José Veríssimo e de José Ingenieros na discussão acerca da Educação, dando destaque à interação com o conceito de raça na América latina, no século XIX. Para tanto, o estudo baseia-se na produção intelectual dos autores a partir da análise de diversas obras que representam o pensamento social de ambos. De forma mais específica, objetiva-se destacar o contexto histórico do pensamento educacional de Veríssimo e Ingenieros; identificar nas obras destes autores as relações entre raça e educação, assim como correlacionar o pensamento de José Veríssimo e José Ingenieros sobre raça e educação com base na história da América Latina.

Na ideia de compreender a relação entre raça e educação nas obras produzidas pelos autores, as fontes escolhidas foram aquelas entendidas como representantes do pensamento social brasileiro e argentino, publicadas no final do século XIX e nos primeiros anos do século XX. Tais obras foram publicadas entre os anos de 1890 e 1918, porém, considerou-se necessário certo recuo e avanço no tempo histórico, para que fosse possível melhor entendimento do tema abordado.

Para as análises referentes ao pensamento de José Veríssimo, foram analisadas as obras-chave: *As populações indígenas e mestiças da Amazônia* e o livro *A Educação Nacional*. Na primeira, Veríssimo trata dos modos de vida das populações mestiças da Amazônia; na segunda, explora a Educação e o caráter nacional brasileiro, fundamentando-se em teóricos que, nas últimas décadas do século XIX e início do século XX, voltavam-se para a explicação da formação do caráter nacional a partir da influência das raças, do ambiente geográfico, da história e da cultura. Destaca-se nesta obra seus estudos sobre a inferioridade dos povos ditos selvagens e mestiços, bem como a superioridade da raça branca. As demais obras do autor foram utilizadas de forma pontual nesta pesquisa, visando a compreensão de enunciados postos nas obras-chave.

No que diz respeito ao estudo do pensamento de José Ingenieros, as análises se deram a partir das obras-chave: *El hombre mediocre* e *Las fuerzas morales*. Tratam-se de

textos destinados aos jovens universitários, nos quais o autor depositava esperança de genialidade, alertando-os, principalmente, para os perigos do rebaixamento moral, contido na classificação dos tempos modernos. Ingenieros tanto fez crítica à moralidade, quanto explorou questões importantes para a constituição ética e moral de uma nação, principalmente a dos jovens estudantes. Dentre essas questões, destaca-se o trabalho, a justiça, a iniciativa, a solidariedade, o dever, a ciência, a religião, a educação, a escola e os mestres. Além destas obras, outras também foram utilizadas, principalmente aquelas nas quais o autor expõe questões sobre raça e educação, e que ajudaram na compreensão dos enunciados das obras-chave.

Indubitavelmente, um estudo comparativo entre os dois autores abre uma série de perspectivas. Destaca-se, entre elas, como será exposto ao longo desta dissertação, os pontos de convergência entre ambos e as análises semelhantes sobre o tema em questão. Este estudo também possibilita refletir sobre a própria realidade atual latino-americana, ainda marcada profundamente pela divisão social e pelo racismo muitas vezes velado.

É no contexto desse sistema que a ideia de “raça” assume seu lugar particular. Mas, afinal, qual é o lugar que a questão da “raça” vem assumindo historicamente no bojo da trama social, política e econômica do continente? Que lugar ocupam os miscigenados empobrecidos pela colonização portuguesa e espanhola - como nos indicava José Veríssimo (1878; 1886; 1887) em seus *Contos Amazônicos* - , que se tornaram sujeitos escolares, nos escritos de homens letrados e de ciências do final do século XIX?

Porquanto, é necessário reconhecer que a América Latina é um espaço de contrastes, de histórias, lutas sociais, desigualdades socioeconômicas e de constante busca pela efetiva e permanente democratização em seus territórios, e também de desejos e interesses comuns. Por tudo isso, é importante a realização de estudos acadêmicos que privilegiem a região, no intuito de entender e analisar a configuração política, educacional ou histórica sob o olhar latino-americano.

Partindo-se dessas premissas, a dissertação estrutura-se, além da introdução, em três seções: a primeira aborda discussões relacionadas à Raça e Educação na América Latina, no final do século XIX e início do século XX; a segunda discute os fundamentos epistemológicos da metodologia, trazendo abordagens teórico-metodológicas, baseadas na História cultural, na História intelectual e nos estudos comparados do pensamento social; a terceira traz uma breve contextualização da vida e obras de José Veríssimo e José Ingenieros; e por fim, a quarta seção apresenta a análise comparada entre Educação e Raça, em José Veríssimo, e Educação e Raça, em José Ingenieros.

2 DISCUTINDO OS FUNDAMENTOS EPISTEMOLÓGICOS DA METODOLOGIA

Para abordar a relação entre Raça e Educação na América Latina, a partir da visão de dois intelectuais, faz-se necessária uma discussão de como aplicaremos os conceitos propostos pela história intelectual no presente estudo, visto que a metodologia desta pesquisa se fundamenta epistemologicamente nos campos da história cultural e história comparada do pensamento social.

Segundo Bourdieu (1998, p.183), os intelectuais constituem-se em seres socialmente determinados em função da classe, da ocupação, da ideologia e da posição destacada no campo intelectual. Nesse sentido, atentamos para o fato de que tanto Veríssimo quanto Ingenieros pertenciam a uma elite política e intelectual em seus países e exerciam profissões importantes, como a de jornalista e de médico, além de serem destaque em cargos públicos e no magistério, isto é, ocupavam posição privilegiada na sociedade, a qual lhes permitiu atuar como formadores de opinião, pelo menos entre seus pares.

A história dos intelectuais e a História Intelectual em França vêm se destacando no cenário historiográfico das últimas décadas com uma proposta ampla que as localizam no cruzamento do político e do cultural. A chamada *Revolução Francesa da Historiografia*, segundo alcunha de Peter Burke, surgiu da crítica à historiografia francesa do final do século XIX e início do XX, e se estruturou a partir da criação da revista *Annales d'Histoire*

Économique et Sociale (1929), liderada inicialmente pelos historiadores Lucien Febvre e Marc Bloch.

As ideias diretrizes da revista preconizavam a substituição da tradicional história narrativa dos acontecimentos pela história-problema, pela história de todas as atividades humanas - não somente a história política, assim como pela colaboração com outras disciplinas no desenvolvimento do trabalho do historiador.

Assim, a criação do movimento dos *Annales* resultou da tentativa de deslocar do centro de atenção as ações políticas, propondo um comprometimento novo com uma teoria social globalizante, que transcendesse o indivíduo e o evento concreto, de acordo com a valorização das forças impessoais que movem os homens e seus destinos, a demarcação de ritmos mais lentos que acompanham o avanço do tempo social, e de acordo com a valorização do ambiente (como desafio ou limitador da ação humana).

Para Burke (1991, p. 12), o grupo inicial dos *Annales*, tido por pequeno, radical e subversivo, teria se caracterizado pela “guerra de guerrilha” contra a história tradicional. Na primeira geração (1929-1945), sob a liderança de Bloch e Febvre, a revista visou a exercer liderança no meio intelectual da história econômica e social, propondo aos estudiosos a criação de uma abordagem nova e interdisciplinar. A segunda geração (1945-1968), sucedida no movimento do pós-guerra, liderada por Fernand Braudel, caracterizou-se pela defesa de uma proposta hierárquica e tripartite de compreensão do tempo e da história, derivada de seu líder: o tempo lento das estruturas, o tempo médio das conjunturas e o tempo trepidante dos eventos.

A terceira geração dos *Annales* foi a ponta de lança para as chamadas *Nova História Política* e *Nova História Cultural* que iriam consagrar-se a partir das décadas finais do século XX e que, em seu bojo, reabilitaram e muniram de instrumentos analíticos também os estudos sobre os intelectuais. Um panorama da historiografia francesa no século XX nos auxilia a compreensão da própria história da história dos intelectuais em França e no *status* que essa disciplina obteve junto aos historiadores.

Segundo Ariès (1990), na época dos pais fundadores dos *Annales*, Lucien Febvre e Bloch, a história das mentalidades não passava na realidade de um aspecto, uma faceta da história mais extensa que podia ser chamada de história social, ou ainda história econômica e social, a qual já se desejava total; mas essa totalidade era, então, obtida pela e na economia. A história tradicional se interessava quase exclusivamente por indivíduos; por camadas superiores da sociedade; por suas elites, representadas pelos reis, os homens de Estado; os

grandes revolucionários; e pelos acontecimentos ou instituições, sejam políticas, econômicas, religiosas ou outras, que eram todas dominadas pelas elites.

A história social, ao contrário, interessava-se pela massa da sociedade deixada de lado pelos poderes, por todos aqueles em posição de subjugados. Da segunda geração, Ariès tira tanto a longa duração, quanto a demografia em seu interesse socioeconômico e a serialização dos documentos. A esse respeito, observa que “as mentalidades surgiram de uma análise das estatísticas demográficas” (ARIÈS, 1990, p. 159).

Como já destacado, a chamada *École des Annales* surgiu como proposta alternativa crítica à história tradicional, política e dos eventos, então hegemônica. Essa historiografia tradicional, preconizando os grandes fatos, os grandes homens, as grandes conquistas, tornava possível e mesmo desejável uma história dos intelectuais grandiloquente vinculada ao ideal do Iluminismo, e de sua valorização, exaltada das benesses da razão e da ciência na explicação do universo e no governo dos homens. Beneficiada também com o apreço pela biografia, a história dos intelectuais de orientação tradicional manteve-se valorizada até a década de 1920, quando o grupo dos futuros fundadores dos *Annales* iniciou uma crítica contumaz à orientação historiográfica que lhe deu sustentação, o que acabou por refletir-se na desvalorização acentuada da história dos intelectuais, a partir das primeiras décadas do século XX.

Importa destacar que um pensamento materializado pela escrita, seja na forma de um livro, seja na forma de documento, carta, ou artigo, constitui o acervo histórico cultural de um povo, de um determinado grupo, ou de uma nação que, ao ser analisado, passa contar sua história. Nessa perspectiva, aliada à História Intelectual, este estudo se articula também à história cultural na medida em que tratará seu objeto – as ideias de pensadores latino-americanos sobre Raça e Educação na América Latina – em relação a acontecimentos que extrapolam as questões educacionais, ancorando-as aos fenômenos sociais que organizam a vida social, política e econômica do continente no período histórico previsto.

Com o propósito de elucidar à respeito da História Cultural, Chartier (1990, p. 16-17) esclarece que “a história cultural é importante para identificar o modo como em diferentes lugares e momentos uma determinada realidade social é construída, pensada, dada a ler”. Portanto, ao voltar-se para a vida social, esse campo toma por objeto as formas e os motivos das suas representações, suas classificações e exclusões que constituem as configurações sociais e conceituais de um tempo ou de um espaço.

Dessa forma, a História Cultural irá interessar-se pelos suportes de difusão e transmissão enquanto vetores das formas de cultura, estabelecendo seu campo na junção das representações e das práticas, e valorizando o sujeito agente também como sujeito pensante de

sua história. Por conseguinte, foi dessa postura audaciosa e ampla da chamada *Nova História Cultural* que derivou outra maneira de pensar a história dos intelectuais, e mesmo a história intelectual, como uma história cultural sempre vinculada ao campo político.

Por sua vez, a História Intelectual tem como objeto, além das correntes de pensamento e dos pensamentos construídos, a articulação, em dada sociedade, entre estes e as percepções individuais ou coletivas, expressas em registros menos elaborados, e os fenômenos de circulação, impregnação e enraizamento deste pensamento. Assim, a História Cultural contribui para o estudo dos intelectuais em si e para a compreensão da influência destes em seu meio sócio-histórico, ampliando não só os objetos de análise, mas também as fontes de pesquisa e as abordagens teórico-metodológicas que dão conta de tal proposta inovadora e abrangente.

Nessa direção, encontra-se o trabalho realizado por Roger Chartier e suas considerações sobre os textos, a apropriação e a criação derivadas do processo de leitura. Os estudos de Chartier são referência para a análise da história da leitura e das formas de apreensão do texto, importantes ferramentas para a análise e compreensão da difusão dos textos, sua apreensão e sua difusão em sociedade, portanto, imprescindíveis para um estudo da história intelectual mais abrangente.

Assim, Chartier evidenciou a partir do desenvolvimento proposto nos estudos de Fernando de Rojas e Pierre Bourdieu, que a apreensão de um texto não é a mesma pelos seus diferentes leitores. Bourdieu, destacando a historicidade não só da escrita, mas também de sua leitura, sublinhou que um livro muda pelo fato de não mudar enquanto o tempo muda, ou seja, a compreensão que a sociedade tem sobre as questões se transforma constantemente, daí a significação variar juntamente com o texto.

Tais contribuições dos estudos de Chartier nos auxiliam a compreender a difusão do pensamento de autores em grupos específicos, ou no conjunto da sociedade. Sua ênfase na singularidade da leitura também nos remete à própria formação de leitor dos intelectuais aos quais dedicamos também nossas análises. Os leitores produzem sentidos singulares das suas leituras; os autores sistematizam ideias que serão lidas de forma singular pelos seus diversos leitores, cada qual com suas preferências, anseios, níveis de exigência e compreensão particulares. Mais do que pensar somente no específico de cada leitor, acreditamos que a abordagem proposta por Chartier é essencial para evitarmos considerações ingênuas sobre o pensamento ou a vivência dos nossos objetos de estudo.

Desta forma, é necessário compreender que a História Cultural deve ser entendida como o estudo dos processos com os quais se constrói um sentido, uma vez que as

representações podem ser pensadas como “[...] esquemas intelectuais, que criam as figuras graças às quais o presente pode adquirir sentido, o outro tornar-se inteligível e o espaço ser decifrado” (CHARTIER, 1990, p.17).

Nesse sentido, ao tratar da América Latina, a História Cultural se constitui com base na força dos modos de vida de suas populações miscigenadas, que em contato com práticas sociais, como o domínio da escrita, geraram representações coletivas que fazem parte de seu universo de representações, isto é, de seu universo cultural, entendendo a cultura como um sistema de significados inter-relacionados e decorrente das condições objetivas da vida das pessoas.

Chartier nos alerta, entretanto, que a história cultural, assim definida, concilia novos domínios de investigação com fidelidade aos postulados da história social, buscando nova legitimidade científica, como substrato às aquisições intelectuais que fortaleceram o domínio institucional de outrora. Desta forma, o historiador francês, na sua *História Cultural*, pretende mostrar outra maneira de pensar as evoluções e oposições intelectuais. A partir da observação dos conceitos usados por ele, é possível perceber o quanto valoriza as mentalidades coletivas.

No que se refere à ideia de mentalidades, convém aqui introduzir que esta discussão não é nova, ela nasce logo após a I Guerra Mundial, destacando um grupo de historiadores franceses, entre eles Lucien Febvre e Marc Bloch, que se dedicaram ao estudo das mentalidades nas décadas de 1920 e 1930, no chamado grupo dos *Annales*. Febvre e Bloch são considerados os pais fundadores da história das mentalidades, uma história mais extensa que podia ser chamada de história econômica e social.

Foi entre estas mesmas décadas que a França passou a valorizar este tema. Nos dizeres de Silva (2006, p.279), “as grandes transformações da história passaram a ser vistas também em termos de evolução psicológica, de comportamentos e atitudes mentais coletivas”. Havia naquela época, por um lado, a história tradicional e, por outro, a história social, que compreendia ao mesmo tempo a história econômica e a cultural, que passou a se chamar, desde então, história das mentalidades. A história tradicional se interessava exclusivamente por indivíduos das classes superiores da sociedade, enquanto que a história social interessava-se pela massa da sociedade deixada de lado pelos poderes, aqueles em posição de subjugados.

Segundo Dosse (1992), a obra dos mestres dos *Annales* alimenta-se de duas fontes: da psicologia e da sociologia durkheimiana. No entanto, Lucien Febvre é mais sensível à preocupação propriamente psicológica, pois seu horizonte nodal de pesquisa é a psicologia histórica. Já Marc Bloch alimenta-se mais da contribuição da sociologia durkheimiana, do que

da psicologia, para ter acesso ao mental. Seu percurso assemelha-se mais ao estruturalismo e já anuncia os métodos da antropologia histórica.

A psicologia histórica, portanto, logo saiu de moda, por outro lado, as pesquisas alimentadas pelo estruturalismo, as das lógicas internas do cotidiano, das representações coletivas não conscientes, das condições de produção cultural, dos fenômenos mentais articulados com a vida social e com os grupos sociais, tiveram um futuro mais fecundo. Além de Febvre e Bloch, afiliados aos *Annales*, outros independentes, como Huizinga e Norbert Elias, também trataram dos fenômenos mentais.

De acordo com Dosse (2004), a partir de 1951, com uma nova eleição no *College de France*, no qual Martial Guérault assume a cátedra vaga, inicia-se um novo projeto que evita a absorção da história filosófica pela psicologia, pela sociologia ou pela epistemologia. Um dos herdeiros desse programa é Michael Foucault, que em 1970 também é eleito para o *College de France*. A postura de Foucault é bastante polêmica em relação à história das ideias. O estudioso combateu a história tradicional das ideias, concebida como simples jogo factício de aparências. Com isso, pretendeu, portanto, diferenciar-se radicalmente da história das ideias para fazer prevalecer um procedimento estrutural de *arqueologia do saber*. Foucault se propõe a estudar e a descrever as formações discursivas naquilo que elas ultrapassam os limites disciplinares das ciências. Assim, sua arqueologia do saber penetra no interstício dos discursos científicos.

Para Dosse, Foucault define a história das ideias a partir de duas características:

Por um lado, ela conta a história dos acessórios e das margens. Não a histórias das ciências, mas de seus conhecimentos imperfeitos [...] História não da literatura, mas desse rumor lateral, dessa escrita cotidiana e tão rapidamente apagada que jamais adquire status de obra [...] A história das ideias se dirige a todo esse pensamento insidioso, a todo esse jogo de representações que correm anonimamente entre os homens. Por outro lado, a história das ideias se atribui como tarefa atravessar as disciplinas existentes, tratá-las e reinterpretá-las. (DOSSE, 2004, p. 288).

Com base nesses pressupostos, Dosse (2004) aponta que a dupla dificuldade da história intelectual é pensar a restituição de um pensamento por si próprio, em sua lógica singular, em seu momento de enunciação, em seu contexto histórico preciso, sem deixar de lado a mensagem que ele carrega tempo afora até nossa atualidade, o modo como nos fala de nossa contemporaneidade. A partir das ideias de Kal Schorske, a mesma autora cita uma definição ampla do que pode ser a história intelectual:

O historiador busca situar e interpretar a obra no seu tempo e inscrevê-la entre duas linhas: uma vertical, diacrônica, com a qual liga um texto ou um sistema de pensamento a tudo aquilo que os precedeu em uma mesma atividade cultural...outra horizontal, sincrônica, com a qual o historiador estabelece uma relação entre conteúdo do objeto intelectual e aquilo que se faz em outras áreas na mesma época. (DOSSE, 2004, p. 296).

A vontade de juntar essas duas dimensões seria justamente o objeto da história intelectual e seu objetivo. De outro modo, outra fonte de pesquisa da história intelectual é definida por Roger Chartier, definição esta nascida de uma crítica à história das mentalidades e da complexidade própria do estudo das representações, no que diz respeito às categorias socioprofissionais: ela se apresenta atenta aos recursos do discurso, ao mundo do texto.

Segundo Chartier (1990), a noção de mentalidade impõe-se à historiografia francesa para qualificar uma história que não escolhe como objeto nem as ideias nem os fundamentos socioeconômicos das sociedades. Para J. Le Goff (*apud* Chartier, 1990, p. 41), antes de tudo,

[...] a mentalidade de um indivíduo, mesmo que se trate de um grande homem, é justamente o que ele tem de comum com outros homens do seu tempo ou então o nível da história das mentalidades é o cotidiano e do automático, é aquilo que escapa aos sujeitos individuais da história porque revelador do conteúdo impessoal do seu pensamento.

Ainda segundo as ideias de Le Goff (*apud* Chartier, 1990), a história das mentalidades tem como objeto de estudo as atitudes e os comportamentos coletivos, objetos até então desprezados pela história social através de sua quantificação num espaço de tempo mais amplo, na longa duração. A história das mentalidades permite ao historiador um vasto território para exercer seu ofício, quer seja em caráter interdisciplinar, quer seja na ampliação do seu material, isto é, das fontes.

No entanto, para Silva (2006), na historiografia, o conceito de mentalidades passou a designar as atitudes mentais de uma sociedade, os valores, os sentimentos, o imaginário, os medos e o que se considera verdade, ou seja, todas as atividades inconscientes de determinada época. As mentalidades são, assim, aqueles elementos culturais de pensamento inseridos no cotidiano, que os indivíduos não percebem.

Do ponto de vista do método, “a História das mentalidades combina a abordagem antropológica e a abordagem psicológica” (SILVA, 2006, p. 280). A Antropologia fornece técnicas para a descrição da comunidade estudada. Por sua vez, a abordagem psicológica se preocupa principalmente com o inconsciente coletivo, ou melhor, por tudo que está por trás da consciência de uma sociedade.

A preocupação da história das mentalidades, assim, é como conjunto dos fatos culturais de uma época que, nas palavras de Febvre (apud SILVA, 2006), compõem uma rede maior de fatos sociais. Neste sentido, as mentalidades seriam um elemento a mais na compreensão da sociedade. Todavia, Marc Bloch pensava em termos de representações coletivas, que significava basicamente um estudo das formas de sentir e pensar de determinado período. Conceito este influenciado pela sociologia durkheimiana.

Michel Vovelle (1987) também levantou algumas questões sobre a história das mentalidades. Para ele, trata-se de uma modalidade que se apresenta muito mais empiricamente do que em nível conceitual, ou seja, seus praticantes estão mais interessados em escrevê-las do que em comentá-las. Em sua organização sobre as atitudes coletivas, elas admitem uma dupla abordagem, tanto diacrônica, quanto sincrônica, tanto o tempo longo, quanto os traumas históricos. É importante observar que o problema da cultura popular ocupa o centro dessa abordagem. Para o mesmo autor, a história das mentalidades, ao contrário das ideias com sua difusão vertical do pensamento de elite, se ocupa da cultura popular, com as massas anônimas em seus comportamentos mais secretos, e em suas atitudes mais desconhecidas. Trata-se, em essência, de “uma história em busca de si mesma”.

Peter Burke (2002) entende que a história das mentalidades é uma alternativa francesa para a história cultural. Nesta abordagem, a realidade é tida como mediada por representações e simbolismos. A mentalidade é colocada entre o universo das ideias filosóficas e o universo social em sua materialidade visível. Vale aqui lembrar que a história das mentalidades é uma modalidade historiográfica que privilegia o modo de pensar e de sentir de indivíduos de uma mesma época.

Feita esta abordagem que considera os conceitos propostos pela história intelectual, consideramos pertinente o estudo comparado entre o pensamento de Veríssimo e o de Ingenieros porque ambos foram produzidos em contextos análogos, a América do Sul; portanto, seus enunciados discursivos apresentam-se como potencialmente capazes à análise comparativa.

De acordo com Nunes (1998), comparar é uma forma própria de pensar as questões, pois a comparação nos ajuda a compreender e definir o que nos parece novo. Segundo esta autora, somente no final do século XIX, com a consolidação das Ciências Sociais, é que a comparação entre as sociedades tornou-se uma forma sistemática de conhecimento. Nesse momento, “os estudos comparados surgem marcados pela matriz teórica e hegemônica do positivismo, para o qual as sociedades humanas são regidas por leis naturais, invariáveis e independentes da vontade e da ação humana” (NUNES, 1998, p. 106).

Peter Burke (2002) observa que a comparação sempre ocupou um lugar central na teoria social. Para ele, “é apenas graças à comparação que conseguimos ver o que não está lá; em outras palavras, entender a importância de uma ausência específica” (BURKE, 2002, p. 40). Este autor cita as ideias defendidas por Durkheim⁷ para dois tipos de comparação. Primeiro, as comparações entre sociedades que fundamentalmente tem a mesma estrutura, ou como dizia ele, em metáfora biológica elucidativa, que são “da mesma espécie”; e segundo, as comparações entre sociedades basicamente diferentes. As influências de Durkheim na linguística e literatura comparativa são bastante evidentes, principalmente na França.

Max Weber também passou boa parte de sua vida profissional buscando definir as características distintivas da civilização ocidental, mediante comparações entre Europa e Ásia, nas esferas econômicas, política e religiosa, até mesmo no âmbito da música. Dedicou-se ao desenvolvimento do protestantismo, do capitalismo e da burocracia do ocidente, comparando-os aos fenômenos de outros lugares, apropriando-se de concepções contrárias, fundamentais para a abordagem comparativa.

Marc Bloch, no entanto, foi um dos primeiros historiadores a seguir as inclinações de Durkheim e Weber. Ele aprendeu o método comparativo com Durkheim e seus seguidores, definiu o método de modo semelhante ao deles, diferenciando as comparações entre “vizinhos” e as comparações entre sociedades distantes umas das outras no tempo e no espaço. Assim, Bloch destaca-se pela realização de dois estudos comparativos: *The Royal Touch* (O toque real) (1924), que faz uma comparação entre os vizinhos, Inglaterra e França; e *A sociedade feudal* (1939-1940), no qual estudou a Europa medieval, mas incluiu uma seção sobre o Japão, onde observa semelhanças e diferenças entre as posições dos cavaleiros e dos samurais. Em 1928, Bloch propunha um programa de história comparada das sociedades europeias, com a finalidade de o historiador ter acesso às causas fundamentais que originavam as semelhanças e diferenças entre os países europeus. Para ele, esses estudos permitiriam ao investigador escapar das fronteiras artificiais, que muitas vezes justificam a pesquisa.

Os estudos comparativos, de acordo com Burke (2002), ganharam impulso após a Segunda Guerra Mundial, principalmente nos Estados Unidos, com o surgimento de subdisciplinas como economia, literatura e política comparativa. Embora muitos historiadores

⁷ Émile Durkheim considerava o método comparativo fundamental para a Sociologia; a “*variação concomitante*” constituía-se numa espécie de *experimento indireto* que permitiria a análise dos fatores que levariam uma sociedade a adotar determinada forma. Apresentou dois tipos de comparação: comparação entre sociedades de mesma estrutura (“*da mesma espécie*”; aplicada por Marc Bloch à História) e comparações entre sociedades basicamente diferentes (DURKHEIM, É. **As regras do métodosociológico**. original de 1895). O comparativismo de Durkheim marcou a linguística e a literatura comparadas francesas e historiadores como Marc Bloch. Sobre este último aspecto, ver Burke (1997, p. 34-37) e Burke (2002, p. 39-40).

profissionais ainda desconfiem da comparação, é possível apontar algumas áreas nas quais o método se mostrou proveitoso. Na história econômica, por exemplo, o processo de industrialização é visto frequentemente de uma perspectiva comparativa. Em um ensaio publicado sobre a Alemanha e a revolução industrial, os historiadores procuraram saber se as outras nações seguiram o modelo inglês, ou dele divergiam.

Na história política, é o estudo comparativo das revoluções que vem despertando maior interesse. Dentre os trabalhos mais conhecidos sobre essa disciplina, destaca-se o das *Origens sociais da ditadura e da democracia*, elaborado por Barington Moore (1966). Em história social, o estudo comparativo do feudalismo, inspirado por Marc Bloch, continua a florescer com discussões sobre a Índia e a África, bem como sobre da Europa e o Japão.

Bloch, como um historiador da história comparada, procura fixar os requisitos fundamentais sobre os quais poderia ser constituída uma História Comparada que realmente fizesse sentido. Sua conclusão é a de que dois aspectos irredutíveis seriam imprescindíveis: de um lado haveria certa similaridade dos fatos; de outro, certas dessemelhanças nos ambientes em que esta similaridade ocorre. A semelhança e a diferença, conforme se vê, estabelecem aqui um jogo perfeitamente dinâmico e vivo, em que sem analogias e sem diferenças não é possível se falar em uma autêntica História Comparada. Importa ainda salientar que, para empreender este caminho da História Comparada que atua sob realidades históricas contíguas, por exemplo, duas realidades nacionais sincrônicas, o historiador deve estar apto a identificar não apenas as semelhanças como também as diferenças. Marc Bloch entende que essa modalidade historiográfica visa:

Estudar paralelamente sociedades vizinhas e contemporâneas, constantemente influenciadas umas pelas outras, sujeitas em seu desenvolvimento, devido a sua proximidade e a sua sincronização, à ação das mesmas grandes causas, e remontando, ao menos parcialmente, a uma origem comum (BLOCH, 1928, p. 19).

Este mesmo estudioso teve grande importância na sistematização do método comparativo de maneira geral, quer seja a partir de suas considerações teóricas, quer seja a partir de suas realizações práticas. É imprescindível compreender, neste caso, o seu esforço de sistematização de tal forma que isto hoje venha beneficiar os historiadores comparatistas de diversificadas vertentes.

Para Prado (2005), na medida em que a história de cada país latino-americano corre paralelamente às demais, atravessando situações sincrônicas bastante semelhantes, como a colonização ibérica, a independência política, a formação dos Estados Nacionais, a

preeminência inglesa e depois a norte-americana, para ficar nas temáticas tradicionais, não há como escapar às comparações. Nesta direção, Thémel e Bustamante revelam que,

A comparação convida os pesquisadores a colocar em múltiplas perspectivas as sociedades, os contrastes, os excessos e o secreto, inicialmente, sem fronteiras de tempo ou de espaço. Isto porque, ao colocar em comparação várias experiências, produzem-se frequentemente espaços de inteligibilidade e de reflexão nova. Esta forma de comparação autoriza a análise de componentes de configurações vizinhas e cada uma, com seus traços diferenciais, permite entrever a *clivagem* entre uma série de possibilidades. (THEML e BUSTAMANTE, 2007, p.11).

Franco (2000, p. 200) considera que o “o princípio da comparação é a questão do outro, o reconhecimento do outro e de si mesmo através do outro”. A comparação é um processo de percepção de diferenças e semelhanças e de assunção de valores nesta relação de reconhecimento de si próprio e do outro. Trata-se de compreender o outro a partir dele próprio e, por exclusão, reconhecer-se na diferença. Para esta autora, no século XIX constituiu-se a matriz dos estudos comparados que têm por base o projeto de descobrir a lei da história da evolução humana, de explicar as semelhanças entre os costumes e as ideias dos diversos povos. Partia-se da suposição de que os aspectos fundamentais da cultura fossem universais, e a Europa Ocidental fosse o paradigma do desenvolvimento superior da humanidade.

Neste sentido, Nunes (1998) esclarece que embora não tenhamos avançado substancialmente na reflexão da comparação enquanto questão teórica, talvez possamos afirmar, escapando da postura positivista, que comparar é reconhecer o igual e o diferente entre os elementos da comparação, e dessa forma compreender cada caso em sua especificidade, e que, ao fazê-lo, temos enriquecido o conhecimento do *outro* e de nós mesmos. Assim,

Comparamos com o intuito não de nos reconhecermos no outro ou nos diferenciarmos dele, mas, sobretudo para entender as próprias singularidades construídas historicamente, as influências comuns, as soluções específicas, o que redundaria na superação de três ideias muito caras ao senso comum: supor a absoluta homogeneidade dos processos latino-americanos; supor a absoluta originalidade dos processos nacionais; priorizar as fronteiras políticas nacionais nas nossas análises (NUNES, 1998, p.107).

Para Prado (2005), o método comparativo supõe determinados procedimentos, a começar pela escolha de seu objeto. Este autor cita Bloch para dizer que, deviam-se escolher dois ou mais fenômenos que parecessem, à primeira vista, apresentar certas analogias entre

eles, em um ou vários meios sociais diferentes; em seguida, descrever as curvas de sua evolução, constatar as semelhanças e as diferenças e, na medida do possível, explicá-las à luz da aproximação entre uns e outros. De preferência, ela propõe que se estude paralelamente sociedades vizinhas e contemporâneas, sociedades sincrônicas, próximas umas das outras no espaço. Em suma, para a autora, a história comparada animaria os estudos locais e nacionais, dos quais dependia e que, sem a ajuda da comparação, não poderia acontecer avanços na historiografia nacional.

Segundo Nóvoa (apud FRANCO, 2009), a História esteve durante um longo período enclausurada numa concepção excessivamente cronológica do tempo, muito positivista. O mesmo se pode dizer em relação à Educação comparada, que esteve a largo tempo enclausurada num conceito muito rígido de espaço, ou seja, a Educação comparada consistia na comparação entre países delimitados pelas geografias nacionais. Nesse sentido, Nóvoa esclarece que “A inovação que eu trago é precisamente a de romper com os conceitos de tempo e de espaço. No caso da História, romper com o conceito cronológico de tempo e, no caso da Educação comparada, romper com o conceito geográfico de espaço.” (NÓVOA apud FRANCO, 2009, p. 6).

Para este mesmo autor, a educação comparada é algo que, quando se adota princípios, como por exemplo de globalização, ou princípios de comparação dentro de espaços globais ou de comparações entre o local e o global, o recorte deixa de ser nacional. A fronteira nacional, portanto, é um critério possível, mas deixa de ser o critério dominante, por conseguinte, pode-se comparar espaço pequenos, como o espaço comunitário. Desta forma, todos estes espaços, comunitário ou nacional, são espaços passíveis de comparação.

Nóvoa adverte que há duas tradições possíveis de educação comparada: uma mais antiga, que se baseia nas lições que uns países podem dar aos outros; outra, dos autores que defendem o sistema mundial, considerando que é tudo igual em todo o mundo. À esse respeito, ele entende que “[...] há um nível intermédio de comparação em que se reconhece que há grandes debates que atravessam o mundo inteiro e que são idênticos, mas que têm especificidades e localizações diversas em diferentes regiões do mundo”. (NÓVOA apud FRANCO, 2009, p.7). Tais localizações, e este é o ponto de inovação, vêm menos das geografias nacionais e mais de um conjunto de sentidos culturais, históricos de determinadas regiões.

Ainda segundo o autor, tradicionalmente a educação comparada teve como matriz o estado-nação: comparavam-se países do norte com países do sul, desenvolvidos com subdesenvolvidos; comparavam-se países do centro entre eles; comparava-se pela

proximidade geográfica, ou pelo exotismo, etc., mas a referência era sempre o estado nacional. Hoje, entretanto, “o terreno é favorável à emergência de uma espécie de “pensamento mundial”, que se organiza através da intergração do outro e da redução de uma matriz única de elementos recolhidos em diferentes contextos”. (NÓVOA, 2001, p.168).

Portanto, é preciso compreender que os fenômenos da comparação sejam relativos a gênero, grupos sociais, seja relativo a partidos, nações, território, religião e outros, não significam a mesma coisa para todas as sociedades. O processo do método comparativo é justamente o que permite estabelecer o estranhamento, a diversificação, a pluralização e a singularidade daquilo que parecia empiricamente diferente ou semelhante, posto pelo *habitus*⁸ é reproduzido pelo senso comum.

Ao refletir sobre a verdade dos estudos comparados, sobre sua epistemologia, vemos que os estudos comparados se fazem compreensíveis e convincentes na medida em que a Sociologia, a História, a Antropologia, a Política, a Educação, etc., para ficar só nas ciências humanas e/ou sociais, são remetidas à história de sua elaboração. Nelas, estão presentes os sujeitos sociais que as produziram e as ideologias que permearam suas ideias sobre a verdade científica.

Para nós, latino-americanos, que estamos envolvidos em um amplo processo de globalização econômica e cultural, e que fomos colonizados pela cultura ocidental europeia, a própria reflexão histórica deve ser precedida de uma análise crítica sobre o processo de comparação e, portanto, sobre a interpretação de nossa produção econômica, histórica e cultural. Depois de séculos de dominação e de imposição, primeiro da cultura europeia e depois da norte-americana, com seus valores literários e científicos, o que são hoje, afinal, os sistemas educativos latino-americanos?

Em se tratando de América Latina, sem dúvida os estudos do pensamento sobre Raça e Educação, produzidos em meio ao pensamento da realidade social, nos ajudarão a compreender como a educação se põe para todo um continente que produziu práticas e políticas para o seu funcionamento, com vista à formação de um desejo “universal” de uma época, a liberdade e a constituição das nações? Com esse propósito, Franco (2000) propõe que os estudos comparados no contexto latino-americano se desenvolvam com a reflexão

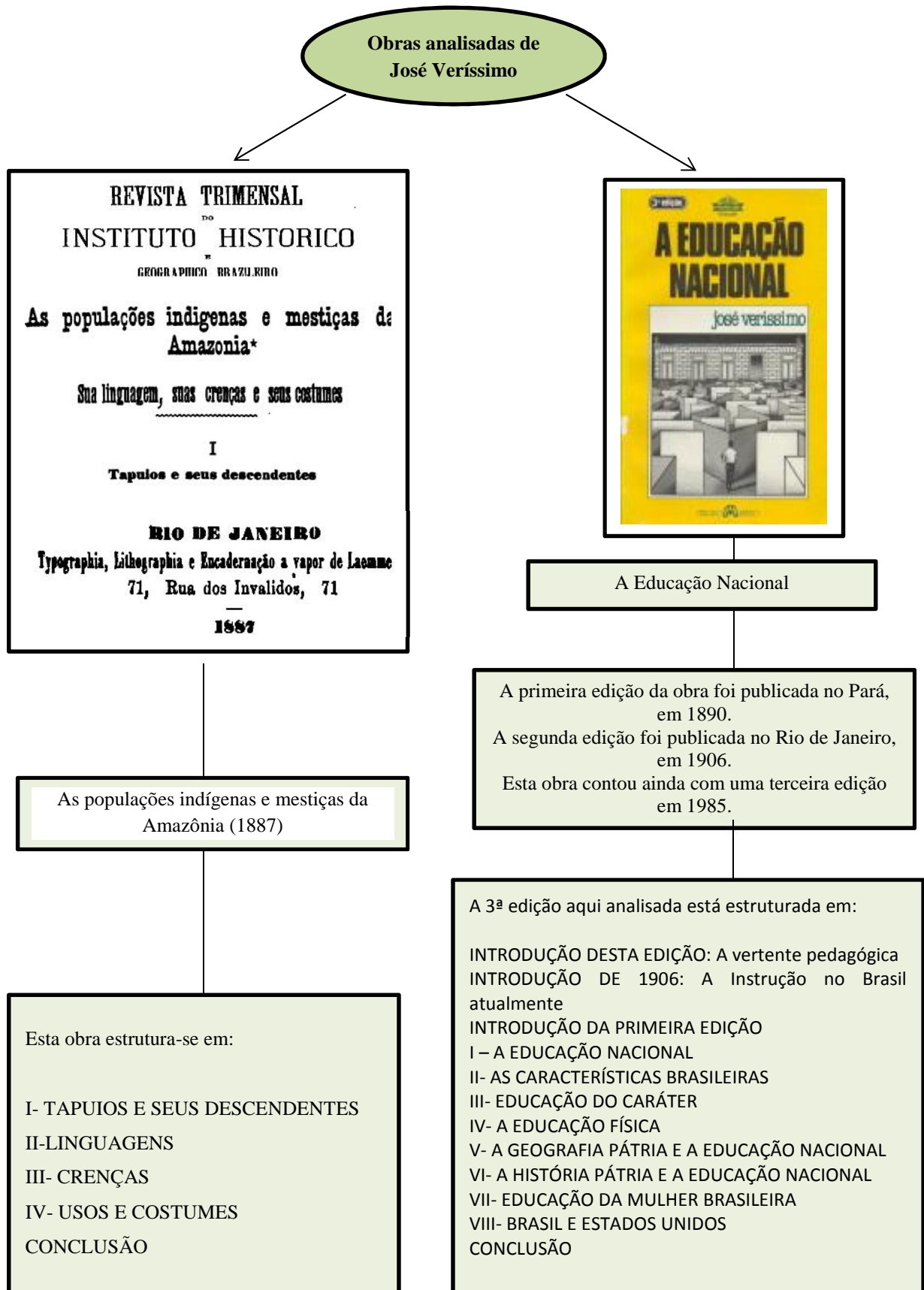
⁸ O conceito de *habitus*, embora de origem antiga nos estudos das ciências humanas, já foi utilizado por Aristóteles, e posteriormente por Durkheim; mas tornou-se conhecido na pesquisa educacional pelos estudos de Pierre Bourdieu. Para Bourdieu (2002), *habitus* diz respeito as disposições incorporadas pelos sujeitos sociais ao longo de seu processo de socialização; integra experiências passadas; atua como matriz de percepções, de apreciação das ações. Ver mais: SETTON, Maria da Graça Jacintho. A teoria do *habitus* em Pierre Bourdieu: uma leitura contemporânea. **Revista Brasileira de Educação**, nº 20, maio/jun/jul/ago, 2002.

histórica precedida de uma análise crítica, haja vista que os estudos comparados nos ajudam a conhecer melhor os outros e a nós mesmos.

A partir da discussão das teorias afins, que serviram de base para a análise deste estudo, busca-se identificar a relação de diacronia e sincronia do estudo comparado do pensamento dos intelectuais nas obras em estudo. Para tanto, a escolha do *corpus* de análise (obras) baseou-se nos seguintes critérios: inserir-se no recorte temporal da pesquisa – primeiro quartel do século XIX a metade do século XX; e abordar temáticas relacionadas à Raça e Educação na América Latina no título da obra e/ou capítulo da obra. De José Veríssimo, trabalhou-se com *As Populações indígenas e mestiças da Amazônia: sua linguagem, suas crenças e seus costumes* (1887) e com *Educação nacional* (1903). De José Ingenieros, cotejou-se *El hombre mediocre* (1913) e *Las fuerzas morales*, obra póstuma.

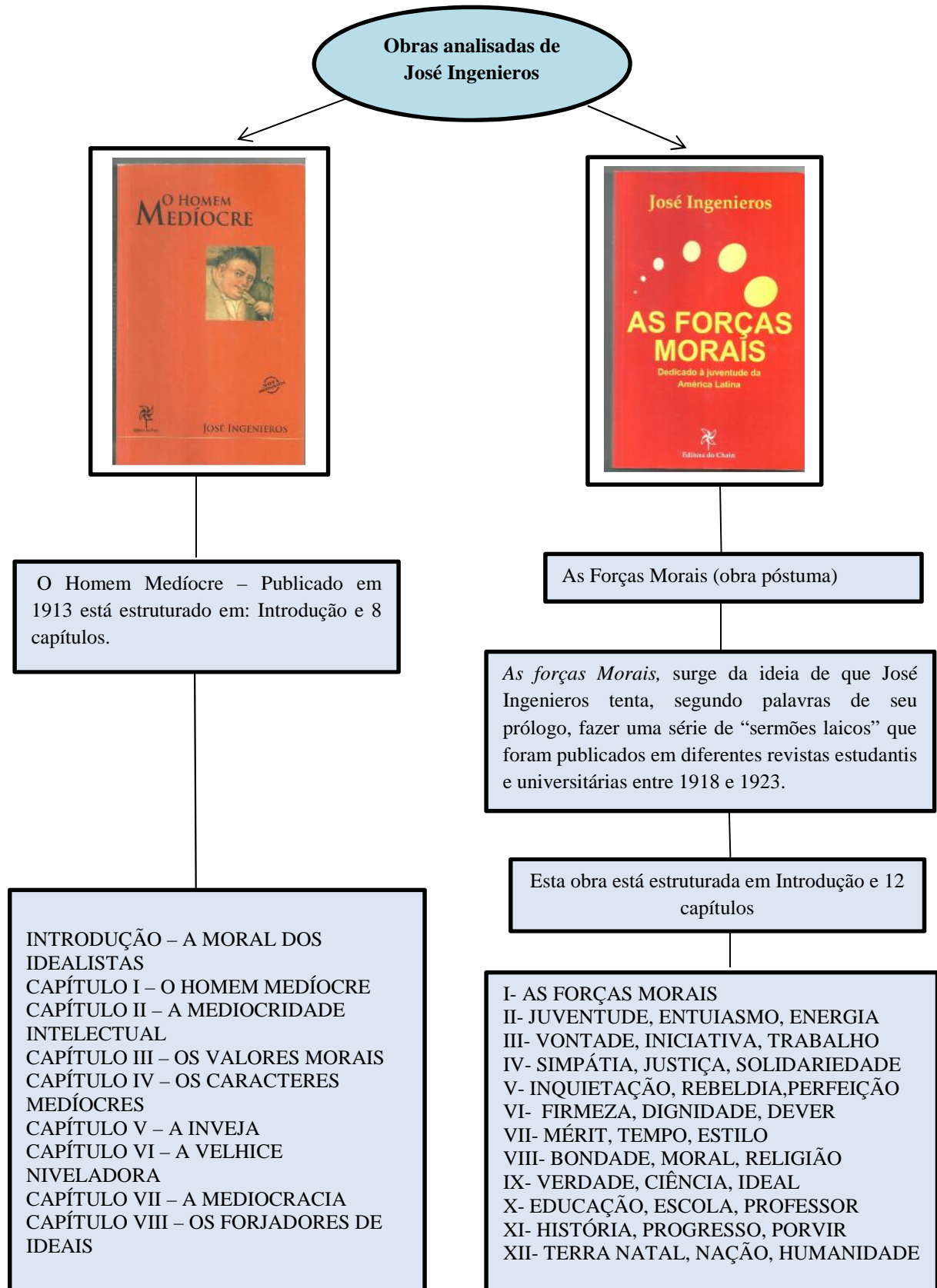
Os esquemas a seguir, apresentam uma breve estrutura da materialidade física das obras analisadas de José Veríssimo e José Ingenieros.

FIGURA 03: Estrutura das obras analisadas de José Veríssimo



Fonte: SOUSA, Marlucy (2014).

FIGURA 04: Estrutura das obras analisadas de José Ingenieros

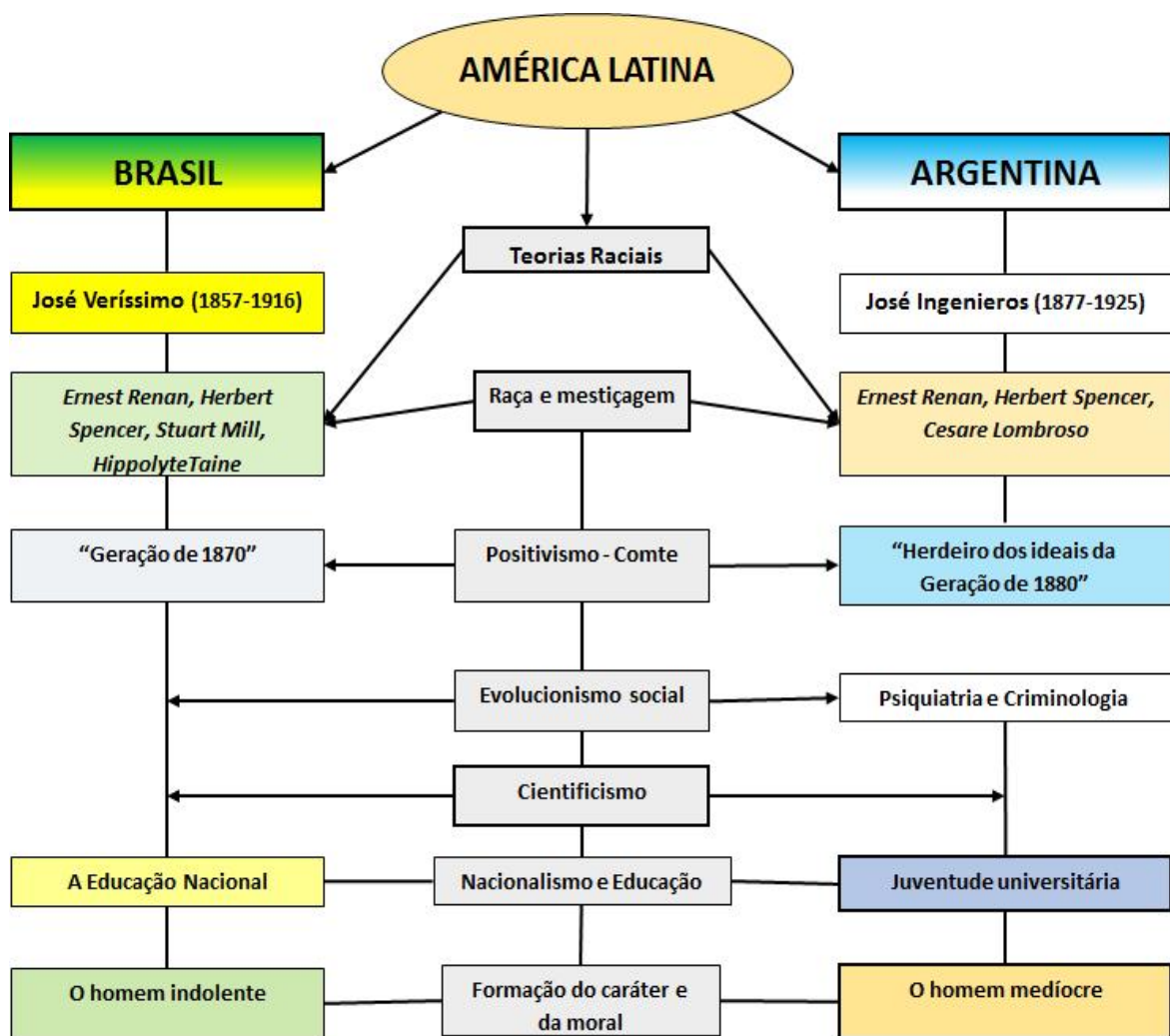


Fonte: SOUSA, Marlucy (2014).

E para fazer a comparação sobre as ideias que constituem o pensamento dos autores objeto de análise desta pesquisa, elegeram-se categorias das obras de José Veríssimo e José Ingenieros em estudo: *Raça e Moral*; *Homem Indolente e Homem Mediocre*; *Educação e Caráter*.

Para uma prévia discussão acerca das análises das matrizes teóricas que constituem o pensamento dos autores desta pesquisa, apresentamos uma pequena trama que nos revela algumas convergências e divergências nas análises das obras em estudo.

FIGURA 05: Matrizes teóricas que constituem o pensamento de José Veríssimo e José Ingenieros



Fonte: SOUSA, Marlucy (2013).

A partir desta análise, observa-se que José Veríssimo (1857-1916), no Brasil, e José Ingenieros (1877-1925), na Argentina, são autores que fizeram parte do conjunto de

intelectuais latino-americanos e que se empenharam em construir teórica, política e ideologicamente a modernização de seus países.

Alimentados pelo clima intelectual que reinava na América Latina no final do século XIX, apropriaram-se das teorias raciais e das ideias de pensadores de destaque como: Ernest Renan, Herbert Spencer, Stuart Mill, Hippolyte Taine, que englobam a doutrina positivista, mas fundamentalmente associada às ideias de Auguste Comte. Especificamente, o argentino Ingenieros seguiu as ideias de Cesare Lombroso com estudos de Psiquiatria e Criminologia.

O evolucionismo também exerceu notável influência sobre o pensamento dos dois autores, que se utilizaram de tais conceitos para compreender a situação política e social de seus países naquele período. A ideia fundante de Spencer se expande no pensamento latino-americano e encontra-se presente em José Veríssimo e José Ingenieros, repleta de conceitos baseados no cientificismo.

A preocupação com a formação da nacionalidade é outro ponto convergente entre Veríssimo e Ingenieros. O primeiro via no mestiço a superação para a degradação racial; o segundo acreditava na figura do imigrante como elemento para a superação do atraso e para chegada da civilização. Veríssimo dedicou-se à Educação Nacional como meio de superação desse atraso, Ingenieros dedicou-se à juventude universitária para formação de novos ideais. O *homem medíocre* de Ingenieros muito se assemelha ao *homem indolente* de Veríssimo. Ambos os estados, medíocre e indolente, portanto, representavam uma condição atrasada que não se via mais presente no homem civilizado.

3 RAÇA E EDUCAÇÃO NA AMÉRICA LATINA NO FINAL DO SÉCULO XIX E INÍCIO DO SÉCULO XX.

O problema das raças serve na América Latina, conforme especulação intelectual burguesa, entre outras coisas, para encobrir ou deixar na ignorância os verdadeiros problemas do continente.

**(José Carlos Mariátegui -
El problema de las razas em la America Latina)**

3.1 Ideias sobre raça

Até o final do século XVIII, a palavra “raça” era utilizada na Europa para se referir ao conjunto de descendentes de um ancestral comum, com destaque para as relações de parentesco, e pouca significância para características como cor da pele e outros traços físicos. Ao longo do século XIX, o termo “raça” não somente se consolidou como um importante descritor das características biológicas e socioculturais, mas também passou a receber um tratamento cada vez mais científico. Os teóricos que discutiam “raça” no século XIX, referiam-se constantemente aos pensadores do século XVIII, mas não de maneira uniforme.

Foram as grandes viagens, a invasão da América e a colonização que inauguraram um momento específico da história ocidental, quando se começa a perceber a diferença entre homens e culturas. Nos relatos de viagens, esses “novos homens” eram descritos como estranhos em seus costumes e diversos em sua natureza. No entanto, é no século XVIII que os povos considerados selvagens passam a ser caracterizados como primitivos, porque estariam

no começo da gênese humana. A humanidade neste momento passa a ser dividida então em espécie, com uma única evolução e uma possível “perfectibilidade”⁹ (SCHWARCZ, 1993, p. 44).

É necessário observar que o uso da expressão “raça” pode não se referir necessariamente a uma visão racista de mundo e/ou de homem. Geralmente, quando o conceito de “raça” está relacionado com supostas diferenças biológicas no nível da espécie, o objetivo é arguir uma justificativa pseudo-científica para as desigualdades sociais. Por outro lado, este conceito também pode estar relacionado à necessidade de se distinguir histórica e socialmente um determinado grupo humano, ou seja, “raça” pode ter uma conotação histórica e social não necessariamente ligada à supostas diferenças e/ou desigualdades biológicas.

Um dos efeitos da apropriação científica do conceito de raça, ocorrido na esteira da consolidação social da ciência moderna, foi o de que a “raça” seria identificada a partir de uma visão biológica e da natureza, que historicamente são mais antigas e consolidadas que as ciências sociais e humanas. Disso decorreu que o conceito de raça - apropriado pela medicina e biologia - partia do pressuposto da existência de diferenças biológicas fundamentais, no nível da espécie. Por isso, todo esforço de tais disciplinas científicas foi no sentido de provar a existência dessas diferenças e desigualdades biológicas fundamentais: as “raças humanas” seriam diferentes e desiguais entre si como se fossem espécies diferentes.

De acordo com Maio (2010), na segunda metade do século XIX e nas primeiras do século XX, a ideia de “raça” permeava de tal modo a vida social que antropólogos e juristas discutiam sobre a aplicabilidade de um mesmo conjunto de leis para pessoas que eram vistas como racial e evolutivamente distintas. Entre os debates internacionais em curso, destacou-se o médico e antropólogo brasileiro Raimundo Nina Rodrigues, da Faculdade de Medicina da Bahia, que propôs a criação de leis distintas para brancos e não brancos no Brasil. Outros países das Américas, em face da influência do pensamento eugênico e de políticas de imigração, pautavam-se em discussões sobre migrantes com características inferiores ou superiores.

Ainda segundo este mesmo estudioso, no século XX aconteceram profundas mudanças no tratamento do conceito de “raça”, tanto por parte das ciências sociais quanto das ciências biológicas. Os conceitos antropológicos e biológicos passaram a enfatizar, entretanto,

⁹ A “perfectibilidade” é um conceito chave na teoria humanista de Rousseau, que via na “liberdade” de resistir aos ditames da natureza, ou acordar neles, uma especificidade propriamente humana. Longe da concepção que será utilizada pelos evolucionistas no decorrer do século XIX, a visão humanista entendida a partir desta noção percebia o homem como potencialmente capaz de sempre se superar. A perfectibilidade, no entanto, não supunha o acesso obrigatório à civilização como desejavam os teóricos do século XIX. Para aprofundar esta discussão ver Lilian Schwarcz (1993, p. 44-65).

que esse conceito não albergava o caráter determinista que lhe era atribuído, enfatizava uma dissociação entre raça, cultura e biologia.

Neste sentido, de acordo com Schwarcz (1993, p. 47), o termo “raça” passa a ser introduzido na literatura mais especializada em inícios do século XIX, por Georges Cuvier, inaugurando a ideia da existência de heranças físicas permanentes entre os vários grupos humanos. Delineia-se, a partir de então, certa reorientação intelectual em reação ao iluminismo no que diz respeito à sua visão unitária da humanidade. Tratava-se de uma investida contra os pressupostos igualitários das revoluções burguesas, cujo novo suporte intelectual concentrava-se na ideia de “raça” que, em tal contexto, cada vez mais se aproximava da noção de um povo.

Entretanto, a questão da hierarquia entre a humanidade tem origem mais remota. Podemos dizer então que o pensamento sobre a questão racial, em um primeiro momento, se uniu a duas vertentes: o monogenismo e o poligenismo. O monogenismo dominou até meados do século XIX e congregou a maior parte dos pensadores que, de acordo com as escrituras bíblicas, acreditavam numa origem única da humanidade. O homem teria se originado de uma fonte comum, sendo os diferentes tipos humanos o produto de degeneração maior ou menor em relação à perfeição do Éden. Pensava-se a humanidade como um gradiente, que iria do mais perfeito ao menos perfeito (degenerado), sem pressupor, primeiramente, uma noção de evolução. “A origem comum garantia um desenvolvimento, mais rápido ou mais devagar, porém de todos”. (SCHWARCZ, 1933, p. 48).

Já o poligenismo dava uma interpretação biológica da análise dos comportamentos humanos que passam a ser vistos à luz das leis biológicas. Esta vertente apareceu em torno de 1834, no momento da abolição da escravidão nos Estados Unidos. Para Arendt (apud VAZ, 2007, p.80), “os poligenistas destruíram a ideia de lei natural que une os homens e os povos”. Os pensadores poligenistas, portanto, acreditavam na existência de vários centros de criação, que corresponderiam às diferenças raciais.

Desde meados do século XIX, o pensamento racial apropriara-se de um desenvolvimento técnico que trouxe novas consequências ideológicas: a medição do índice cefálico, para examinar as diferenças entre as populações europeias, vistas até então como um conjunto unitário. Esta técnica foi desenvolvida pelo antropólogo suíço André Ratzius, que a partir da craniologia¹⁰, estimulou estudos quantitativos sobre a variedade do cérebro humano.

¹⁰ A Craniologia, também conhecida como craniometria, é a medida das características do crânio de modo a classificar as pessoas de acordo com raça, temperamento criminoso, inteligência, etc. Ver mais: SCHWARCZ,

Com isso, aliado à frenologia¹¹ e à antropometria¹², passou-se a avaliar a capacidade humana levando em consideração o tamanho e a proporção do cérebro dos diferentes povos.

Outro modelo determinista desenvolvido na mesma época foi a antropologia criminal de Lombroso, que considerava a criminalidade como um fenômeno físico e hereditário (SCHWARCZ, 1993, p.48-49). Os estudos sobre loucura, um dos primeiros domínios de aplicação da frenologia, tinham nesse modelo científico a base para as novas concepções e para a justificativa de seus métodos de tratamento moral sobre o indivíduo.

A ruptura com o pensamento Ilustrado, no século XVIII, leva então a humanidade a ser percebida como espécie, dentro da chave poligenista. Para Lilian Schwarcz (1993, p. 54), somente com a publicação e divulgação de *A origem das espécies*, em 1859, de Charles Darwin (1809-1882), é que o embate entre monogenistas e poligenistas se ameniza. A autora entende o conceito de evolução desenvolvido por Darwin como um paradigma, pois ele dispunha de predecessores, bem como de aliados que sustentavam postos-chave de sua teoria.

O impacto de sua obra foi tão significativo que a teoria evolucionista passou a se constituir em um paradigma, diluindo antigas disputas. O darwinismo forneceu uma nova relação com a natureza, passando a ser aplicada a diversas teorias sociais como antropologia, sociologia, história, teoria política e economia, formando uma geração social darwinista. Conceitos como “competição”, “seleção do mais forte”, “evolução” e “hereditariedade” passaram a ser aplicados na análise do comportamento da sociedade. (SCHWARCZ, 1993, p. 55-56).

O Darwinismo, ocasionalmente, foi outra ideologia racial que apareceu para substituir o poligenismo. Nessa perspectiva, os homens são animais que têm semelhanças entre si e com a natureza. Deste modo, considera-se a vida humana semelhante à vida animal, e a diferença entre as raças inferiores exprime diferenças graduais que há entre os homens e os outros animais. Segundo Arendt (apud VAZ, 2007), o sucesso do darwinismo decorreu da transformação do seu princípio de hereditariedade em ideologia racial e social que propagava o domínio de uma raça ou de uma classe sobre outra, podendo ser usado em favor ou contra a

Lilia Moritz. **O espetáculo das raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil**. São Paulo, Companhia das Letras, 1.ª Edição, 1993.

¹¹ A Frenologia pautava-se no estudo detalhado das características cranianas e das circunvoluções cerebrais dos indivíduos. Essa prática notabilizou-se pela análise de cérebros de indivíduos considerados geniais, possuidores de “dons naturais”, e de pessoas com comportamentos tido como desviantes (prostitutas, assassinos, homossexuais, etc.). Ver: MAIO, Marcos Chor; SANTOS, Ricardo Ventura (Orgs.). **Raça como questão: história, ciência e identidades no Brasil**. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2010.

¹² Teoria que passa a interpretar a capacidade humana tomando em conta o tamanho e proporção do cérebro dos diferentes povos (SCHWARCZ, 1993, p. 48).

discriminação racial. Com Herbert Spencer¹³, o darwinismo se transformou em explicação sociológica da evolução biológica da humanidade, e introduziu no debate político dois conceitos importantes: o da luta pela subsistência, que deu origem à “doutrina da sobrevivência dos mais aptos”; e o da evolução da espécie humana.

No entanto, partindo-se dessas observações, a relação entre biologia e sociologia também pode ser analisada sob outro viés, quando se faz, por exemplo, referência aos escritos de Auguste Comte (1798-1857)¹⁴ e Herbert Spencer (1820-1903). Após a Revolução Francesa, surgiram propostas de criação de uma ciência social para ordenar a sociedade, banir superstições e guiar o homem para o progresso. No século XIX, a ciência social foi apontada como a solução para os problemas políticos e econômicos.

Comte funda o que chama de sociologia positivista (1830/32), e esta era fortemente comprometida com as leis da evolução social. Na sua concepção, a antiga ordem foi destruída, não pela Revolução Francesa, mas pelo crescimento da ciência: Deus estava morto e pouco se podia fazer para restaurar a harmonia social e política, até que um novo sistema de crenças positivas fosse erigido em fundamentos científicos. A evolução social não se daria ao acaso, mas era inevitável.

Comte estava mais interessado no progresso da raça humana (branca) e menos na evolução particular de sociedades. E, enquanto rejeitou o conceito darwinista de “competitividade”, Spencer o glorificou, assim como também ao individualismo. Para Spencer, o desenvolvimento progressivo era atributo geral da existência, da lei universal da natureza, já para Comte, era uma característica peculiar. Existem mais divergências entre as teorias de Comte e Spencer, porém, o que é importante ressaltar aqui é a tendência que vigorava quando surgiram estes dois teóricos do social: a analogia entre sociedade e organismo, e a importância dos conceitos biológicos na formação das teorias sociais.

Outra questão fundamental neste contexto é a mistura de raças, que na versão poligenista apontava para um fenômeno recente. “Os mestiços exemplificavam a diferença fundamental entre as raças e personificavam a “degeneração”, que poderia advir do

¹³ Herbert Spencer (1820-1903) foi um filósofo evolucionista inglês que se apropriou em seus trabalhos das mesmas ideias de Charles Darwin sobre a seleção natural. Em linhas gerais, parte do princípio de que o desenvolvimento social é fruto de uma evolução natural, que pressupõe uma adaptação cada vez maior do indivíduo ao ambiente social. Deste modo, o alcance da civilização depende de adaptações referentes à aquisição de hábitos e comportamentos apropriados à luta pela sobrevivência.

¹⁴ Auguste Comte (1798-1857) foi um filósofo francês. Criou a corrente de pensamento chamada “Positivismo”. Sua ideia central de reorganizar a sociedade deve ser entendida no momento pós-revolução francesa, que Comte afirmava ser uma anarquia das ideias. Tomando por base a ciência, o positivismo vinha como uma maneira de reorganizar a sociedade. Representa e expressa às contradições do seu tempo, buscando explicá-las à luz de seu pensamento, o positivismo.

cruzamento das espécies diversas” (SCHWARCZ, 1993, p.56). As raças humanas, enquanto espécies diversas deveriam ver na hibridação um fenômeno a ser evitado. Para os poligenistas, *seleção natural* implicava pensar na *degeneração social*.

Ainda segundo Lilia Schwarcz (1993), a Antropologia Cultural¹⁵ ou Etnologia Social¹⁶ também se constituíram como disciplinas nesse momento e tinham como foco central a questão da cultura, vista, no entanto, sob uma ótica evolucionista. Antropólogos culturais como Morgan¹⁷, Tylor¹⁸ ou Frazer¹⁹, que na época também eram intitulados evolucionistas sociais, apontavam que o grande interesse concentrava-se no desenvolvimento cultural. Com isso, almejava-se captar o ritmo de crescimento sociocultural do homem e, mediante as similaridades apresentadas, formular esquemas que explicassem o desenvolvimento comum da história humana. Para os evolucionistas sociais, em todas as partes do mundo a cultura teria se desenvolvido em estados sucessivos, caracterizados por organizações econômicas e sociais específicas.

Paralelamente ao evolucionismo social, duas grandes escolas deterministas tornaram-se influentes. Em primeiro lugar, a escola determinista geográfica, com seus maiores representantes, Friedrich Ratzel²⁰ e Henry Thomas Buckle²¹, que defendia a tese de que o

¹⁵ A Antropologia Cultural é uma antropologia frequentemente empírica, caracterizada como disciplina pelo critério da continuidade ou descontinuidade entre a natureza e a cultura de um lado, e entre as próprias culturas, de outro. “Estuda os caracteres distintos das condutas dos seres humanos pertencendo a uma mesma cultura, considerada como uma totalidade irreduzível à outra. Atenta às descontinuidades, salienta a originalidade de tudo que devemos à sociedade a qual pertecemos”. (LAPLANTINE, 2006, p.121). Ver mais: LAPLANTINE, François. **Aprender Antropologia**. Tradução Marie-Agnès Chauvel. São Paulo: Brasiliense, 2006.

¹⁶ Para compreender a definição de Etnologia é preciso distingui-la da Etnografia. A Etnografia consiste na observação de grupos humanos tomados em sua especificidade, visando a restituição tão fiel quanto possível, do modo de vida de cada um deles. A Etnologia corresponde aproximadamente ao que se entende, nos países anglo-saxões (onde o termo “etnologia” está caindo em desuso), por antropologia social e cultural. A Etnologia se mantinha fiel a uma perspectiva mais filosófica e vinculada à tradição humanista de Rousseau. Ver mais: LÉVI-STRAUSS, Claude. **Antropologia Estrutural**. São Paulo: Cosac Naify, 2012.

¹⁷ Lewis Henry Morgan (1818-1881), estadunidense, formado em Direito, destacou-se pelo estudo das formas de parentesco e por aplicar o conhecimento antropológico para o entendimento da história passada. O ser humano não era visto em sua singularidade, mas como expressão do estágio de desenvolvimento de uma sociedade humana, que ia da selvageria à civilização, passando pela barbárie.

¹⁸ Edward Burnett Tylor (1832-1917), inglês, é por muitos considerado o pai da antropologia cultural, por ter construído a primeira definição formal de cultura. Para Tylor, Cultura ou Civilização, tomada em seu mais amplo sentido etnográfico, é aquele todo complexo que inclui conhecimento, crença, arte, moral, lei, costume e quaisquer outras capacidades e hábitos adquiridos pelo homem na condição de membro da sociedade” Ver: CASTRO, Celso (Org.). **Evolucionismo cultural: textos de Morgan, Tyler e Frazer**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2005.

¹⁹ James George Frazer (1854-1941), escocês, tornou-se conhecido como o fundador da antropologia social. Nessa descrição da esfera da Antropologia Social, está implícito que os ancestrais das nações civilizadas um dia foram selvagens, e que transmitiram, ou podem ter transmitido a seus descendentes mais cultos ideias e instituições que, embora incongruentes com contextos subsequentes, estavam perfeitamente de acordo com os modos de pensamento e ação da sociedade mais rude na qual se originaram. Ver: CASTRO, Celso (Org.). **Evolucionismo cultural: textos de Morgan, Tyler e Frazer**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2005.

²⁰ Friedrich Ratzel (1844-1904), historiador alemão era um grande mestre que Lucien Febvre considerou como determinista geográfico. Em Ratzel, porém, a adaptação do homem ao ambiente é entendida sob a ótica da

desenvolvimento cultural de uma nação seria totalmente condicionado pelo meio, e que a análise das condições físicas de cada país era suficiente para uma avaliação objetiva de seu potencial de “civilização”.

Em segundo, seria o determinismo racial, ou “teoria das raças”, que via de forma pessimista a miscigenação, já que esta escola acreditava que não se transmitiriam caracteres adquiridos, nem mesmo por meio de um processo de evolução social. Ou seja, as raças se constituiriam fenômenos finais, resultados imutáveis, sendo todo cruzamento, por princípio, entendido como erro. O clima foi o fator mais invocado como principal causa da distinção racial. Para alguns, embora geradas sob a influência do clima, as diferenças já estavam definidas e eram irreversíveis; para outros, havia a possibilidade de reversão se o grupo passasse a viver num meio ambiente adequado.

Esse saber sobre raças implicou um ideal político, o que Schwarcz (1993, p. 60) chamou de “prática avançada do darwinismo social”, a eugenia²², cuja meta era intervir na reprodução das populações humanas. O termo eugenia, cunhado pelo cientista britânico Francis Galton²³, em 1883, significava melhorar a raça. Mistura de movimento científico e social, ela supunha nova compreensão das leis da hereditariedade humana, cuja aplicação visava o nascimento de proles desejáveis. Enquanto movimento social procurava promover casamentos entre grupos desejáveis e desencorajava certas uniões consideradas nocivas à sociedade, nisso inclui-se casamentos inter-raciais, entre deficientes físicos, alcoólatras, sífilíticos e outros grupos indesejáveis. Para Galton, a capacidade humana era função da hereditariedade e não da educação.

utilização de recursos naturais para a reprodução dos elementos materiais da cultura, o que muda completamente o sentido da interpretação. Esse autor entendia que o ambiente interfere no desenvolvimento de uma sociedade na medida em que pode oferecer melhor ou pior acesso aos recursos, atuando assim como estímulo ou obstáculo ao progresso. Para Ratzel, promover a história significa acelerar a luta pela vida, a seleção natural entre as comunidades humanas no sentido darwiniano.

²¹ Henry Buckle (1821-1862), historiador britânico, autor da *História da Civilização na Inglaterra*. Buckle está associado ao positivismo historiográfico, tendo grande influência entre intelectuais brasileiros do século XIX, entre eles: Silvio Romero, Euclides da Cunha, Araripe Jr. e Capistrano de Abreu. Propunha um novo tipo de história que, apoiada em ciências como a estatística, pudesse descobrir as leis gerais que organizavam as sociedades humanas. Na busca dessas determinações, os condicionantes geográficos serão enfatizados por Buckle.

²² Eugenia é um termo criado em 1883 por Francis Galton (1822-1911), significando “bem nascido”. Galton definiu eugenia como o estudo dos agentes sob o controle social que podem melhorar ou empobrecer as qualidades raciais das futuras gerações, seja física ou mental.

²³ Francis Galton (1822-1911), cientista britânico, criou o conceito de “eugenia” baseado na obra de Darwin, que seria a melhora de uma determinada espécie através da seleção artificial. Galton acreditava que a “raça” humana poderia ser melhorada caso fossem evitados “cruzamentos indesejáveis”. O objetivo de Galton era incentivar o nascimento de indivíduos mais notáveis ou mais aptos na sociedade e desencorajar o nascimento dos inaptos. Galton buscava provar, “a partir de um método estatístico e genealógico, que a capacidade humana era função da hereditariedade e não da educação”. (SCHWARCZ, 1993, p. 60).

De acordo com Maio (2010), nas últimas décadas do século XIX, a ideia de eugenia emergiu em muitas áreas da América Latina como parte dos debates sobre evolução, degeneração, progresso e civilização. Seu desenvolvimento mais sistemático, no entanto, surgiu depois da Primeira Guerra Mundial, com o estabelecimento de sociedades e organizações eugênicas específicas. Na América Latina, segundo a historiadora Nancy Stepan (2005), diferentemente da eugenia “negativa” que emergiu em países da Europa do Norte e nos Estados Unidos, o movimento eugênico se caracterizou pela produção de ideias e práticas mais “suaves”, menos preocupadas com as questões biológicas e mais com os problemas sociais e do meio.

Stepan aponta que a eugenia latino-americana foi fundamentalmente marcada pela influência da biologia francesa neolamarckiana, que postulava a herança dos caracteres adquiridos em contraposição ao ferrenho darwinismo social que grassava desde final do século XIX. Por esse motivo, explica Nancy Stepan, a história da eugenia na América Latina teria se caracterizado por um tipo especial de conhecimento científico e social produzido e conformado pelas variáveis políticas, históricas e culturais peculiares desta região. Ao invés da eugenia “negativa”, que incentivava medidas radicais como a esterilização eugênica e controle matrimonial, os eugenistas latino-americanos teriam incentivado o desenvolvimento de uma eugenia “preventiva”, apostando em projetos de reforma social para melhorar as características de sua população.

A eugenia, com efeito, colocava por terra a hipótese evolucionista que acreditava que a humanidade estava fadada à civilização, sendo que o termo degeneração tomava aos poucos lugar antes ocupado pelo conceito de evolução, enquanto metáfora maior para explicar os caminhos e desvios do progresso ocidental. Para autores darwinistas sociais, o progresso estava restrito às sociedades “puras”, livres de um processo de miscigenação, deixando a evolução de ser entendida como obrigatória.

Purificar a raça, aperfeiçoar o homem, evoluir a cada geração, superar-se, ser saudável, ser belo, ser forte, segundo Diwan (2012, p. 21), são afirmativas contidas na concepção de eugenia. Para ser melhor, o mais apto, o mais adaptado, é necessário competir e derrotar o mais fraco pela concorrência, o que se caracteriza como uma luta de raças. A eugenia moderna nasceu sob essas ideias principais. Foi uma invenção burguesa gerada na Inglaterra industrial em crise. Para entender sua complexidade é importante ter em vista que a eugenia se inspirou nas ideias sobre superioridade, natureza e sociedade que foram construídas ao longo dos séculos pelo pensamento ocidental.

Ainda de acordo com Diwan (2012), as ideias de superioridade e de pureza de determinado grupo não são exclusivas da Antiguidade, tampouco dos eugenistas. Na Idade Média tudo era entendido como resultado da vontade divina, a noção de superioridade do povo cristão sobre os mulçumanos em relação à posse da Terra Santa e da inferioridade indígena, era utilizada para justificar a dominação do Novo Mundo, o que pode ser constatado. Não havia descrições raciais nesses argumentos, mas incontestavelmente se desenvolveram estratégias ideológicas que tomaram os cristãos como superiores e os mulçumanos e indígenas como inferiores, justificando-se assim as guerras de perseguição e o extermínio indígena nas Américas.

Os melhores, os eleitos, os superiores, sempre foram desejados pelo poder; e pertencer ao grupo dos melhores sempre foi o objetivo de muitos, em detrimento dos menos favorecidos. Para Diwan (2012), Michel Foucault, em seu livro *Microfísica do poder*, destaca que, na época contemporânea, temos estratégias e recursos na vida cotidiana para dominar uns, mas também para permitir que sejamos dominados por outros, às vezes simultaneamente.

Contudo, a novidade do século XIX em relação a todas essas sobreposições teóricas e todas essas temporalidades foi o advento do conhecimento biológico e sua influência na vida social com a finalidade de controlar as populações, entendendo-as como espécie, o que Foucault chamou de biopoder. Esse biopoder emergiu do rápido crescimento do capitalismo, que no século XIX e sua incidência sobre a vida sujeitará e docilizará os corpos a partir de então, potencializando com sutilezas disciplinares as relações do homem com seu meio social.

Outros conceitos foram também redefinidos nesse momento, como os de *Desigualdade e de diferença*, que passam a representar posturas e princípios diversos de análise. Nesse sentido, Schwarcz (1993) entende que as diversidades existentes entre os homens seriam apenas transitórias e remediáveis pela ação do tempo ou modificáveis mediante o contato cultural. Segundo os evolucionistas sociais, os homens seriam desiguais entre si, ou melhor, hierarquicamente desiguais, em seu desenvolvimento global. Já para os darwinistas sociais, a humanidade estaria dividida em espécies para sempre marcadas pela diferença, e em raças, cujo potencial seria ontologicamente diverso. Alguns teóricos, elegendo a noção de “diferença” como conceito chave de análise, propõem uma releitura da história dos povos. Dentre esses teóricos, quatro se destacaram: Renan, Le Bon, Taine e Gobineau.

Ernest Renan²⁴ (apud SCHWARCZ, 1993) defendia que havia três grandes raças: branca, negra e amarela. Segundo este autor, os grupos negros, amarelos e miscigenados

²⁴ Joseph Ernest Renan (1823-1892) foi seminarista, filósofo e professor. Frequentou o seminário até os 21 anos, de onde saiu com uma formação religiosa sólida. Porém, deixou de lado a vida eclesiástica ao entrar em crise

seriam inferiores não por serem incivilizados, mas por serem incivilizáveis não perfectíveis e não suscetíveis ao progresso. Renan apoiava-se no argumento poligenista, tendo como base a crítica ao ideal humanista da unidade e o conceito de “perfectibilidade” de Rousseau.

Gustave Le Bon²⁵ (1841-1931) foi um dos estudiosos que correlacionou raças às espécies animais, baseando-se em critérios anatômicos como cor de pele, forma e capacidade do crânio, e chegou à conclusão de que era possível estabelecer que o gênero humano compreendia muitas espécies separadas e de origens muito diferentes. Com Le Bon, passava-se a empregar a palavra *raça* de preferência à *espécie* e, com ele, o monogenismo cristão cai por terra.

Hippolyte Taine²⁶ (1828-1893), partidário de um determinismo integral, no qual caberia toda e qualquer manifestação humana, também foi responsável pela transformação do conceito de raça no final do século XIX. Além de ser entendida a partir da noção biológica, com ele, “raça” passava a equivaler à ideia de nação: as nacionalidades, o clima e os temperamentos correspondem à raça (SCHWARCZ, 1993, p. 61-63).

Na concepção de Conde de Gobineau (1816-1882), a “degeneração da raça” era resultado último da mistura de espécies humanas diferentes. O resultado da mistura, para ele, seria sempre danoso, o mestiço seria uma “sub-raça decadente e degenerada”. A ideia de uma evolução social única e geral aparecia como um engano, já que os caracteres fixos nas diferentes raças determinavam a necessidade da perpetuação dos “tipos puros”, não alterados pela miscigenação. A miscigenação transformava-se, desse modo, em um grande divisor entre as concepções monogenistas das escolas etnológicas e as interpretações poligenistas presentes na antropologia da época.

No Brasil, onde as ideias de Gobineau tiveram grande influência, os modelos deterministas foram bastante populares, porém, segundo Schwarcz (1993, p. 65), fazendo uso de certa forma inusitado da teoria original, na medida em que a interpretação darwinista social

vocacional. Abandona o seminário e a religião em 1845, passando a mestre de estudos e professor de filosofia no secundário. Adere à revolução de 1848 e assume-se como democrata. Autor de uma célebre e celebrada conferência realizada na Sorbonne, em 11 de março de 1882, intitulada *Qu'est ce qu'une Nation?*, e que constitui ponto de peregrinação obrigatória para todos quantos analisam teoricamente a questão da nação, entendida como *um plebiscito de todos os dias*, um *princípio espiritual*, a *alma do território*. A partir de então, assume o dualismo *science* e *nation*. Marcado pelo positivismo, foi companheiro de geração de Taine.

²⁵ Gustave Le Bon (1841-1931) foi um psicólogo social, sociólogo e físico amador francês. Produziu várias obras nas quais expôs teorias de características nacionais, superioridade racial, comportamento de manada e psicologia de massas. Mais conhecido por ter sido citado por Freud na *Psicologia das Massas e Análise do Ego* do que propriamente por suas ideias, seu nome aparece atualmente em poucos manuais de psicologia social ou de sociologia dos movimentos sociais.

²⁶ Hippolyte Taine (1828-1893) foi um filósofo positivista, crítico e historiador francês, figura exponencial do positivismo e grande teórico e fundador do naturalismo francês. Taine procura entender o homem a partir dos conceitos de raça, meio social e momento histórico.

foi combinada à perspectiva evolucionista e monogenista. O modelo racial servia, dessa forma, para explicar as diferenças e hierarquias, mas com certos arranjos teóricos para a possibilidade de se pensar sobre um país que já era mestiço.

3.2 Raça no contexto latino-americano: colonialidade e poder

Em fins do século XIX e início do XX, as teorias racistas se intensificaram com o desenvolvimento científico. Tais teorias vinham envoltas em um novo discurso, com a autoridade que a ciência lhe conferia. A literatura médica ganhou espaço nesse período e sua linguagem foi amplamente empregada por intelectuais²⁷ preocupados com o futuro da América Latina. A instabilidade política, a dependência do capital estrangeiro em decorrência das novas relações econômicas, importação de manufaturas e máquinas, exportação de matérias-primas e os problemas sociais comuns à maioria dos países latino-americanos na época, fizeram com que se proliferassem conjecturas acerca da incapacidade do continente de incorporar a modernização e alcançar o progresso.

Embora desde a primeira metade do século XIX, os estados nacionais latino-americanos viessem consolidando seu território, nas últimas décadas do Oitocentos, essa questão ainda não estava definida. Vários conflitos assolavam alguns países do continente, guerras civis e revoltas armadas se faziam presentes no contexto americano, como a Guerra Grande (1843-1851), no Uruguai, e a rivalidade caudilhista entre federalistas e unitários na Argentina, durante as primeiras décadas de emancipação política. O Brasil, desde a independência, também enfrentou uma série de revoltas, principalmente durante o período das regências, além de grandes conflitos, em disputas por fronteiras, como a Guerra do Paraguai (1860-1865), envolvendo Brasil, Uruguai e Argentina em uma aliança contra o Paraguai; e a Guerra do Pacífico (1879- 1884), que resultou na perda para o Chile de parte do território peruano e a saída do mar da Bolívia (GOLDMAN e SALVATORE, 2005; PAMPLONA e DOYLE, 2008, p. 25).

Nesse contexto, surgiu uma ensaística que procurou analisar a realidade latino-americana. Para tanto, esta recorreu ao paradigma das ciências naturais tendo em vista que o

²⁷ Entre os intelectuais da literatura médica deste período destacam-se os brasileiros: Raimundo Nina Rodrigues (1862-1906); Manoel Bonfim (1868-1932); Oswaldo Cruz (1871-1917), e, além deles, o médico argentino Victor Delfino e o peruano Carlos Enrique Paz Soldán (1885- 1972).

seu desenvolvimento, desde meados do Oitocentos, permitiu que determinados critérios das ciências fossem empregados para explicar o homem e a sociedade. Assim, surgiram proposições utilizando o vocabulário médico que comparavam a América a um corpo enfermo, com diagnósticos mórbidos e prognósticos condenatórios. Tal modo de interpretar a realidade latino-americana estava relacionado à autoridade que a ciência adquirira na época, uma vez que passou a ser percebida como uma forma de conhecimento neutro, empírico e confiável (STEPAN, 2005, p. 75).

No contexto da ciência, os conhecimentos da Biologia e da Medicina, tornaram-se sedutores, principalmente para a *intelligentsia* latino-americana, em função de representarem oportunas formas racionais de tratar o mundo social e natural, sem os inconvenientes das considerações religiosas tradicionais (STEPAN, 2005, p.50). Os intelectuais latino-americanos estudaram entusiasmados os trabalhos de importantes teóricos científicos europeus como Auguste Comte, Hippolyte Taine, Herbert Spencer, Cesare Lombroso²⁸, Gustave Le Bon, entre outros. E adotaram a ciência como uma forma de conhecimento progressista.

Na América foram recorrentes as análises que utilizaram categorias raciais para explicar os fracassos do continente frente aos países europeus e aos Estados Unidos, e fazer previsões sobre o futuro. Desde a segunda metade do século XIX, este último país havia se tornado uma grande potência, o que entusiasmou intelectuais argentinos, como Juan Bautista Alberdi e Domingo Faustino Sarmiento, levando-os a estimular em seu país a adoção do modelo estadunidense de desenvolvimento.

Importante lembrar que na época, o cenário interno dos países latino-americanos não era muito animador. Disputas caudilhistas promoviam um estado de guerras civis em vários países da América do Sul, principalmente na região rio-platense, criando instabilidade política, além de problemas econômicos, sociais e educacionais. Tal situação muitas vezes foi associada por uma parte da intelectualidade do continente à influência moral e cultural recebida durante séculos das nações ibéricas, vistas como atrasadas e decadentes.

²⁸ Cesare Lombroso (1835-1909) foi um professor universitário e criminologista italiano. É considerado o pai da criminologia moderna. Adepto da fisiognomia, ele propôs um extenso estudo das características físicas de loucos, criminosos, prostitutas e “pessoas normais” em sua Itália natal. Lombroso tentou relacionar certas características físicas, tais como o tamanho da mandíbula, à psicopatologia criminal, ou a tendência inata de indivíduos sociopatas e com comportamento criminal. Assim, a abordagem de Lombroso é descendente direta da frenologia.

Sarmiento²⁹ foi um dos intelectuais mais exaltados na defesa do modelo de desenvolvimento estadunidense. Quando presidente da Argentina (1868-1874), procurou implementá-lo incentivando ao desenvolvimento da educação primária laica, aceitando a “conquista do deserto” e o extermínio da população indígena. Para Sarmiento, os países da América do Sul seriam oriundos de uma “raça” que se encontraria “na última linha entre os povos civilizados” (VIANNA, 1991, p.153). O escritor argentino ainda ressaltou a absorção dos indígenas, ou seja, a miscigenação, como a pior herança recebida pela Espanha e por Portugal. Tal herança, de acordo com Sarmiento, fez prevalecer na América Ibérica aquelas “raças” incapazes de serem civilizadas.

As discussões envolvendo “raças” ainda permaneceram no cenário político e intelectual latino-americano e europeu na virada do século XIX para o XX. Outras questões, impostas ao contexto latino-americano contribuíram para reforçar tais posições, como, por exemplo, a guerra hispano-americana, em 1898, que foi capaz de promover ao mesmo tempo duas atitudes paradoxais. De um lado, encorajava as proposições de que os Estados Unidos eram os representantes da raça anglo-saxônica na América e modelo a ser seguido; de outro lado, abria espaço para o fortalecimento de uma corrente que partia em defesa da latinidade/*hispanidad*, e convertia a Espanha em herdeira direta da cultura latina.

Assim, a polaridade entre as raças permitiu acirrados debates no cenário político e intelectual, tanto na América quanto na Europa Ocidental. Em ambos os continentes, intelectuais influenciados por esses debates, defenderam ou rechaçaram ora a raça latina, ora a anglo-saxônica, contribuindo, dessa forma, para a criação e consolidação de estereótipos relativos aos povos originados de uma ou outra “raça”.

Na América Latina, esses debates inspiraram intelectuais que, fundamentados nas ideias raciais, procuraram diagnosticar a realidade latino-americana. Nota-se, contudo, entre esses intelectuais, uma apropriação original, em grande parte, das teses raciais, visando adequá-las ao contexto do Novo Mundo, uma vez que elas não poderiam ser aplicadas nos mesmos termos na América Latina. Isso significaria a exclusão da maior parte de sua população, tendo em vista que esta era geneticamente heterogênea.

²⁹ Domingo Faustino Sarmiento (Argentina, 1811-1888) foi um político, educador, escritor, professor, jornalista e militar argentino, governador da Província San Juan, entre 1862 e 1864, Senador Nacional para a Província entre 1874 e 1879 e presidente da Argentina entre 1868 e 1874. Atuou como ministro da Educação, embaixador da Argentina nos Estados Unidos e presidente da Nação. Em meio a tais atividades escreveu obras importantes, como *Facundo*, na qual expôs seu conceito de civilização e barbárie – o qual foi amplamente utilizado pelos intelectuais argentinos do final do século XIX e início do XX – com o intuito de caracterizar a Argentina do período pós-independência. Sua maior preocupação era desenvolver a educação pública, considerada por ele como um suporte necessário para viabilizar o projeto de construção da nação argentina dentro dos moldes das luzes e da civilização e como um meio para a superação da barbárie.

Entre as principais estratégias traçadas na época com o intuito de promover uma “limpeza racial” no continente, a médio e a longo prazo, estava a importação de imigrantes europeus e o retorno dos descendentes de africanos à África. Também se procurou impedir a vinda de imigrantes oriundos de lugares associados à barbárie e ao atraso.

Com a definição dos Estados-nação em fins do século XIX, os intelectuais positivistas assumiram a função de determinar o “contingente” nacional, o que significava estabelecer os que estariam presentes e os que ficariam de fora do projeto político das nações. Portanto, índios, negros e mestiços, estavam associados à ideia de crise e fracasso frente ao progresso. Diante disso, muitos intelectuais os culpavam pelo atraso do continente, uma vez que os percebiam como incapazes de assimilar a ciência e a técnica.

O darwinismo social, a sociobiologia e a literatura médica foram amplamente empregados para a definição de diagnósticos do continente. Isso seria utilizado para explicar que se a América Latina se encontrava alheia aos desenvolvimentos oriundos da modernização, uma das razões era porque seu povo estava enfermo, racialmente prejudicado. Com efeito, a mestiçagem foi condenada em muitos trabalhos. Como no Novo Mundo, a colonização ibérica permitiu a assimilação dos índios e negros, reunindo, segundo determinadas interpretações, os defeitos de cada raça, o resultado teria sido, portanto, um povo “degenerado”.

O sociólogo peruano Aníbal Quijano (2005) considera que a colonização do chamado Novo Mundo se deu desde o princípio com o estabelecimento de hierarquias econômicas, sociais e culturais, organizadas a partir da noção de raça. O homem branco europeu paulatinamente impôs o seu modo de vida às populações conquistadas integrando as mesmas, de forma subordinada, a um sistema-mundo fundado na hierarquia internacional do trabalho, caracterizada pela submissão dos povos indígenas e africanos conquistados, e aos conceitos e valores europeus.

O conceito de *Colonialidade* fixa-se na perspectiva do Pensamento Crítico de Fronteira e é uma das ferramentas de análise que Quijano se utiliza para criticar o atual padrão de poder mundial dentro do qual se insere a América Latina. A *Colonialidade do poder* se refere então a uma situação na qual a sociedade permanece colonial em suas relações de poder, mesmo após o processo de descolonização política formal e o estabelecimento de nações independentes, como o ocorrido com a América Latina, e com o Brasil, a partir do

século XIX. Para o sociólogo, a característica fundamental desse padrão de poder é a ideia de raça contida no Eurocentrismo³⁰, como bem observado a seguir:

Um dos eixos fundamentais desse padrão de poder é a classificação social da população mundial de acordo com a idéia de *raça*, uma construção mental que expressa a experiência básica da dominação colonial e que desde então permeia as dimensões mais importantes do poder mundial, incluindo sua racionalidade específica, o eurocentrismo (QUIJANO 2005).

Como as relações sociais decorrentes da conquista e da colonização se estruturaram a partir da percepção de que se tratava do contato entre raças diferentes e desiguais, elas deram origem a novas identidades históricas para europeus e colonizados, então categorizados a partir de sua suposta raça:

A idéia de raça, em seu sentido moderno, não tem história conhecida antes da América. Talvez se tenha originado como referência às diferenças fenotípicas entre conquistadores e conquistados, mas o que importa é que desde muito cedo foi construída como referência a supostas estruturas biológicas diferenciais entre esses grupos. A formação de relações sociais fundadas nessa idéia, produziu na América identidades sociais historicamente novas: *índios*, *negros* e *mestiços*, e redefiniu outras. Assim, termos com *espanhol* e *português*, e mais tarde *europeu*, que até então indicavam apenas procedência geográfica ou país de origem, desde então adquiriram também, em relação às novas identidades, uma conotação racial. (QUIJANO, 2005, grifos do autor).

A emergência deste novo padrão de poder mundial está relacionada à colonização europeia do Novo Mundo. A chegada do homem branco europeu a este espaço geográfico habitado por outros homens, que a primeira vista se distinguiam dos colonizadores pela cor da pele e por outros atributos físicos, provocou a distinção entre os homens através da ideia de raça. Ao mesmo tempo, a colonização possibilitou ao capitalismo nascente articular em torno de si todas as outras formas de controle do trabalho até então existentes, assumindo a condição hegemônica no controle mundial do trabalho, como bem assinala Quijano:

³⁰ *Eurocentrismo* corresponde a uma expressão que emite a ideia de que a Europa e seus elementos culturais são referência no contexto de composição de toda sociedade moderna. De acordo com Quijano, foi a situação de preponderância em termos mundiais que colocou a Europa em condições de elaborar a racionalidade que se chama eurocentrismo. Esta forma de pensar a realidade, características dos povos europeus, fundamenta-se em duas ideias-chaves que estão interligadas: a primeira é o evolucionismo, de acordo com o qual a Europa representa o resultado de uma evolução que parte do estado de natureza e culmina com sua própria civilização. A segunda ideia nuclear é que a Europa passa a atribuir um sentido racial (no sentido biológico) às diferenças existentes entre si e o mundo. Ver mais: QUIJANO, Anibal. **Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina**. *En libro: A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latino-americanas*. Edgardo Lander (org). Colección Sur Sur, CLACSO, Ciudad Autónoma de Buenos Aires, Argentina. setembro 2005. pp.227-278.

A América constitui-se como o primeiro espaço/tempo de um padrão de poder de vocação mundial e, desse modo e por isso, como a primeira *identidade* da modernidade. [...] Por um lado, a codificação das diferenças entre conquistadores e conquistados na idéia de raça, ou seja, uma supostamente distinta estrutura biológica que situava a uns em situação natural de inferioridade em relação a outros. [...] Nessas bases, conseqüentemente, foi classificada a população da América, e mais tarde do mundo, nesse novo padrão de poder. Por outro lado, a articulação de todas as formas históricas de controle do trabalho, de seus recursos e de seus produtos, em torno do capital e do mercado mundial. (QUIJANO, 2005, grifo do autor).

O efeito dessas duas formas de se organizar e pensar a sociedade mundial foi o estabelecimento de uma hierarquia internacional do trabalho, organizada a partir do pertencimento a uma determinada raça, sendo os europeus colocados no topo e os não-europeus na base desse sistema. Além disso, uma vez que o capitalismo se constituiu como a forma hegemônica de controle do trabalho, esta também passou a ser uma referência em termos de organização para todas as outras formas coetâneas de controle. Sendo a raça “superior”, os europeus reservaram para si o trabalho assalariado e relegaram aos outros formas de trabalhos consideradas menos desenvolvidas, como a servidão e a escravidão.

Em outras palavras, raça e identidade racial foram estabelecidas como instrumentos de classificação social básica da população. Com o tempo, os colonizadores codificaram como cor os traços fenotípicos dos colonizados e a assumiram como a característica emblemática da categoria racial. Essa codificação foi inicialmente estabelecida, provavelmente, na área britânico-americana. Os negros eram ali não apenas os explorados mais importantes, já que a parte principal da economia dependia de seu trabalho. Eram, sobretudo, a raça colonizada mais importante, já que os índios não formavam parte dessa sociedade colonial. Em conseqüência, os dominantes chamaram a si mesmos de brancos. (QUIJANO, 2005).

Para Quijano (2005), raça e identidade racial foram estabelecidos como instrumentos de classificação social básica da população. Com o tempo, os colonizadores codificaram com cor os traços fenotípicos dos colonizados e a assumiram como a característica emblemática da categoria racial. Essa codificação foi inicialmente estabelecida provavelmente na área britânico-americana. Os negros eram ali não apenas os explorados mais importantes, já que a parte principal da economia dependia de seu trabalho. Eram, sobretudo, a raça colonizada mais importante, já que os índios não formavam parte dessa sociedade colonial. Em conseqüência, os dominantes chamaram a si mesmos de brancos.

O sociólogo peruano afirma também que ao regular as relações sociais de dominação na América colonial, a partir da ideia de raça, e ao estender esse mesmo padrão de poder no seu relacionamento posterior com outras partes do mundo, os europeus teriam condicionado a criação de uma perspectiva epistemológica de mundo na qual a Europa se coloca no centro do mundo, como evidenciado a seguir:

Na América, a idéia de raça foi uma maneira de outorgar legitimidade às relações de dominação impostas pela conquista. A posterior constituição da Europa como nova entidade depois da América e a expansão do colonialismo europeu ao resto do mundo conduziram à elaboração da perspectiva eurocêntrica do conhecimento e com ela à elaboração teórica da idéia de raça como naturalização dessas relações coloniais de dominação entre europeus e não-europeus (QUIJANO, 2005).

Desta maneira, essa forma de relacionamento entre as pessoas e entre os grupos sociais permitiu aos europeus classificar a população mundial a partir da ideia de raça. E mais que isso, os europeus concebiam a si mesmos como sendo a raça superior, o que colocava todos os outros povos em uma condição natural de inferioridade da qual nunca poderiam escapar.

Com o processo de independência na América Latina, o que ocorreu foi um deslocamento para os brancos nascidos nas colônias que assumiram a condução do processo histórico de seus respectivos países. Nesse contexto, os não-brancos continuavam nos mesmos patamares que sempre haviam vivido, daí o princípio da Colonialidade: os países se tornam independentes e as sociedades permanecem coloniais, isto é, hierarquizadas a partir da ideia de raça. Essa classificação racista foi a norma geral em todo o mundo colonial e permaneceu intocável durante o período.

Quijano explica que o sucesso dessa nova maneira de se classificar as pessoas e os grupos teria levado os europeus a “exportarem” a fórmula para todos os lugares em que estabeleciam colônias. Assim, foi criada uma forma de controle do trabalho que se adaptava a cada raça que se desejava controlar. O controle do trabalho por meio do assalariamento ou do capital era reservado aos europeus que, com base no capitalismo, articulavam todas as outras formas de controle e reservavam para si mesmos a linha de frente do sistema, ou seja, apropriavam-se da riqueza produzida.

O autor explica que esta forma da classificação não teria construído apenas uma hierarquia internacional do trabalho em benefício dos europeus, mas também criado novas identidades para os europeus e para todos os povos do mundo. Identidades fundadas na ideia de raça que estavam hierarquizadas, tendo os europeus no topo da pirâmide. Assim,

A classificação *racial* da população e a velha associação das novas identidades raciais dos colonizados com as formas de controle não pago, não assalariado, do trabalho, desenvolveu entre os europeus ou brancos a específica percepção de que o trabalho pago era privilégio dos *brancos*. A inferioridade racial dos colonizados implicava que não eram dignos do pagamento de salário. Estavam naturalmente obrigados a trabalhar em benefício de seus amos. Não é muito difícil encontrar, ainda hoje, essa mesma atitude entre os terratenentes brancos de qualquer lugar do mundo. E o menor salário das *raças inferiores* pelo mesmo trabalho dos *brancos*, nos atuais centros capitalistas, não poderia ser, tampouco, explicado sem recorrer-se à classificação social racista da população do mundo. (QUIJANO, 2005).

Em síntese, isso quer dizer que o atual padrão mundial da *Colonialidade do Poder* sobre o qual repousa a força da Europa e dos europeus não diz respeito apenas a sua centralidade em termos de sistema econômico capitalista, mas também à capacidade de re-identificar historicamente cada uma das regiões do planeta com quem estabelece suas relações de domínio.

É por isso que o conceito de *Colonialidade do Poder* não pode ser separado do conceito de *Colonialidade do Saber*, já que uma das implicações imediatas da conformação desse tipo de padrão de poder é exatamente o de repousar em uma visão de mundo racista, sob a qual a Europa se situa em uma região privilegiada em termos de produção cultural.

A Colonialidade dos saberes a que se refere Quijano, e que está sempre acompanhada da *Colonialidade do Poder*, resultou de um processo que tem atravessado séculos de história mundial, e o seu efeito mais importante na estrutura dos processos culturais da América Latina e de outras partes do mundo é o de que os sentidos do mundo e da vida, os problemas econômicos, políticos, sociais, sexuais, enfim, toda a percepção cognitiva da realidade tem sido colocada em termos dessa centralidade europeia.

Para Quijano, a Colonialidade implicou primeiramente na destruição dos conhecimentos, das formas culturais e de percepção da realidade que eram produzidos pelos povos americanos e africanos à época da colonização. Além disso, as próprias formas sociais por meio das quais esses conhecimentos e culturas eram produzidos foram reprimidas, forçando aos colonizados à assimilação da cultura dos dominadores, na mesma medida em que esta se demonstrasse útil para atingir os objetivos da dominação.

No que se refere à educação, o campo educacional e as escolas primárias foram usados pelos colonizadores portugueses como forma de domínio ideológico-cultural, disseminando conceitos e valores semelhantes àqueles que eram usados pelas escolas

brasileiras de instrução pública primária durante o período final do Império e da Primeira República.

Assim como no Brasil, a ideologia da superioridade europeia, nesse caso portuguesa, era afirmada sobretudo em termos de superioridade da civilização, sendo a educação a principal forma que assumia essa ideologia. A importância estratégica da instrução pública é que por meio dela era garantida a existência e reprodução dessa pequena elite nativa que fazia a interface entre Portugal e o povo da Guiné-Bissau. Por outro lado, nessas condições, o domínio seria assegurado *se e apenas se* a educação fosse mantida no nível da instrução pública primária, e ainda assim acessível apenas a uma parcela pequena da população.

Desta forma, a instrução realçava o seu papel de transmissora de valores culturais tidos como superiores, mais que de conhecimentos científicos. Era a capacidade de assimilação desses valores europeus que se constituía em possibilidade de ascensão social para os indivíduos, diferenciando-os dos que não podiam, queriam ou suportavam os rigores do processo.

3.3 Educar para regenerar a nação

*A educação não é de certo, como inculcaram apóstolos
demasiado convictos, uma panacéia, mas é sem contestação
poderosíssimo modificador.*
**(José Veríssimo –
A Educação Nacional, 1985)**

Com esta breve análise das sociedades latino-americanas, observa-se a preocupação de intelectuais médicos, educadores, juristas e diferentes homens de ciência, que passaram a defender projetos de nação, com base na educação, como fator importante para a construção de nações ditas “civilizadas” ou “regeneradas”.

Entre eles, Manoel Bomfim, médico e educador sergipano, neste contexto, defendia a educação das massas como único remédio para superação do atraso e da ignorância. Preconizava a necessidade imediata da ampliação do ensino popular, que fora desde a era colonial descurado pelo poder político. Cabe ressaltar que, neste momento, começava a sistematizar-se no meio intelectual do país o debate em torno da questão educacional, tida como fundamental para formação e conquista da nacionalidade brasileira, ao qual a obra *A América Latina* veio aprofundar, a partir das contribuições de Bomfim. Ele defendia que ao Estado republicano em ascensão de poder caberia criar meios e condições inovadoras para o

progresso a partir da difusão da instrução primária, capaz de aglutinar as populações de negros, índios e brancos, corrigindo, assim, os desvios parasitários e a ignorância dos antecedentes.

Segundo Bomfim (apud MACHADO; NUNES, 2007, p. 66), “Não há regime livre na ignorância; para libertar homens, o primeiro passo é desembaraçá-los dessa ignorância e entregá-los à posse da própria inteligência.” Pois, para ele, “Um povo não poderá progredir sem a instrução, que encaminhe a educação e prepare a liberdade, o dever, a ciência, o conforto, a arte e a moral” (BOMFIM, 1993, p. 331). Mediante essa preocupação, Bomfim propôs uma ampla campanha aos governos latino-americanos, em cooperação com os setores esclarecidos da sociedade, tendo como principal bandeira a defesa da ampliação do ensino primário e, posteriormente, da educação integral, através da imprensa, das revistas, dos círculos de estudos, das bibliotecas e das universidades populares, como caminho para se atingir a felicidade e o progresso das nações do continente.

Segundo Veríssimo (1986), nota-se na América Latina, ou mais ainda na América espanhola, um movimento de opinião favorável a um mais consciente e expressivo sentimento de raça e de nacionalidade, a uma afirmação do eu étnico e pátrio. A educação, nesse período, era vista como um meio essencial para a reforma e modernização da sociedade brasileira, a construção da Identidade Nacional, bem como da formação de cidadãos aptos a atuarem ativamente no regime político Republicano. É alinhado a esta perspectiva que José Veríssimo constrói a obra *Educação Nacional*.

Para ele, à educação cumpria a tarefa de regenerar o povo não só no temperamento, princípios e costumes novos, mas também ser capaz de gerar o que o Estado enfraquecido não conseguia, “um espírito novo, o espírito nacional”, um sentimento nacional que faça da pátria “não só objeto do nosso amor, mas fonte do nosso orgulho” (VERÍSSIMO, 1985, p.51). Além disso, a educação nacional, “pedra angular da grande república” e do capitalismo industrial nascente, deveria também educar os cidadãos para o trabalho, retirando deles o “pendor para a indolência”.

Deve-se considerar que na concepção deste intelectual, superar o processo de degeneração do povo brasileiro significava mais educação, mas uma educação voltada para a nação, tendo em vista que “toda a instrução cujo fim não for a educação primando tudo, a educação nacional perde por esse simples fato, toda a eficácia para o progresso, para a civilização e para a grandeza de um povo” (VERÍSSIMO, 1985, p. 53).

Destaca-se que a perspectiva de progresso e civilização que compõem a análise social que constrói a concepção de educação de Veríssimo está atrelada a teoria de evolução

social, construída por Herbert Spencer, que de modo geral defende o desenvolvimento social do país como fruto da evolução natural, e que depende da adaptação cada vez maior do indivíduo ao ambiente social. Logo, a adaptação dependeria do surgimento de hábitos e comportamentos apropriados ao homem civilizado, esclarecendo o cidadão brasileiro.

Importante destacar que a disciplina, como elemento da construção moral e intelectual do mestiço, reflete também a intervenção no corpo, para que este seja forte, sadio e, portanto, forme o homem para a vida completa, como membro da família, da pátria e da humanidade. Para tanto, Veríssimo sugere a inclusão da ginástica e da higiene em todos os níveis de instrução. Este processo de intervenção do corpo proposto pelo autor está ligado à difusão de teorias higienistas, que difundiram o disciplinamento do corpo por meio de práticas de higiene e exercícios físicos. Nesse sentido, diz ainda que:

Sendo o caráter o conjunto das qualidades morais, a educação do caráter não é senão o desenvolvimento do que, na pedagogia prática, chamamos cultura moral ou, se quiserem, não é senão a generalização desta forma de educação escolar. A educação do caráter, entretanto, é, principalmente, fora da escola que se faz. Concorrem para ela não só a educação moral ali recebida em forma de preceitos, de regras, de exemplos, de conselhos, de comentários morais de fatos da vida escolar ou da mesma história, como a Educação física, que enrije o corpo e solidifica a saúde, garantindo o moral de enervamentos, debilidades e nervosismos; a educação doméstica, por ventura o mais poderoso agente da cultura moral e, finalmente, o meio, isto é, o complexo de forças físicas e morais que sobre nós atuam: a sociedade, a leitura, as festas, a religião, a arte, a literatura, a ciência, o trabalho. (VERÍSSIMO, 1985, p.73).

Tais ideias são evidentes principalmente na construção que realiza acerca da degeneração da raça mestiça (Teoria de raça), na proposta de incorporação da disciplina ginástica e higiene, como componente curricular (Higienismo), e na crença da evolução da sociedade brasileira, visto que esta devia ser formada para adaptar-se à configuração de nação (Evolucionismo social).

Edgar Roquette-Pinto (1884-1954), médico e antropólogo, sobre a questão da higiene, dizia em 1929 que

A “higiene” procura melhorar o “meio” e o “indivíduo”; a “eugenia” procura melhorar a “estirpe”, a “raça”, a “descendência”. São preocupações bem diferentes. Outrora, acreditava-se que, melhorado o “indivíduo”, estava, por isso, melhorada a “espécie”. Foram os tempos heroicos da Higiene, há uns trinta anos. Naquela época o problema era entregar o homem doente à

medicina e o são à higiene, para protegê-lo. Esta prevenia a doença, aquela procurava curar os doentes. Afinal, verificou-se que a higiene, sozinha não consegue impedir que surjam certos tipos enfermos. Porque há “doenças da raça”, há doenças ou deficiências do gérmen. E a higiene não vai lá. (ROQUETTE-PINTO, 1982, p.44).

Ao considerar o mestiço como um produto saudável, natural da própria herança mendeliana, entendia que a “[...] a mestiçagem só é um mal quando realizada ao deus-dará dos infortúnios, sem eira nem beira, sem higiene e sem eugenia, sem educação e sem família.” (ROQUETTE-PINTO, 1982, p.23). Admitia ainda que os mestiços fossem intelectualmente equiparáveis aos brancos, porém, disse em um de seus escritos que “[...] é verdade que eles não são tão profundos, embora sejam, às vezes, mais brilhantes.” E, do ponto de vista moral, observa que era preciso reconhecer que os mestiços manifestavam “[...] uma acentuada fraqueza: a emotividade exagerada, ótima condição para o surto dos estados passionais.” (ROQUETTE-PINTO, 1982, p.95). Também por isso atribuía importância ao processo educacional.

Na percepção do antropólogo Roquette-Pinto, a educação contribuía para o fortalecimento moral da população miscigenada, pois a educação “fortificava”. Além disso, ele a considerava fundamental para o avanço do programa eugênico, uma vez que, por meio dela, seria possível orientar a conduta dos indivíduos em relação a como proceder para evitar a proliferação das “doenças da raça e do gérmen”. Dizia ainda que nesses casos, “[...] mais depressa vai lá a educação, promovendo a seleção artificial da boa semente, facilitando a sua larga propagação e entavando senão estancando a má.” (Idem, p.44). Para esse eugênico, o homem brasileiro precisava ser educado e não substituído” (ROQUETTE-PINTO, 1982, p.107).

Segundo Vidal e Ascolani (2009), na Argentina, o processo de luta pela independência, iniciado em 1810, desencadeou um conjunto de novos problemas para a sociedade do velho vice-reinado do Rio da Prata. Junto a isso, foi necessária uma estratégia educativa de longo prazo destinada à produção de novos sujeitos políticos, capazes de impor e manter novos regimes políticos a serem criados com a conquista da independência.

Mariano Moreno, secretário da Primeira Junta de governo, era um jovem advogado que se identificava com as ideias revolucionárias da França e sua vontade era transformar a Buenos Aires de 1810 na Paris de 1789. Entre outras medidas, fundou a primeira Biblioteca Pública Nacional, assim como mandou difundir nas escolas, boa parte do *Contrato social* de J. J. Rousseau. Moreno propunha a educação de um novo sujeito político, que pudesse ser

resumido na categoria de cidadão e que se constituiria a partir da posse e exercício de certos direitos que deveria conhecer e exercer baseado no tripé razão, liberdade e indivíduo.

Para o caso latinoamericano, o que estava em jogo não era a passagem do Antigo regime à Revolução, da Monarquia à República, mas a transição da Colônia para a independência. Devido a isso, o cidadão a formar pressupunha a adesão a certas práticas culturais mais modernas, associadas à criação de sujeitos com maior nível de individualidade e auto-regulação que os que apresentavam os sujeitos políticos já existentes. Depois de 1820, quando já havia terminado a empresa independentista na Argentina, os temas da modernização social tomaram novos rumos. Como na década revolucionária, a educação também ocupou um lugar de destaque nos projetos. Os diversos pensadores e políticos de então seguiam com entusiasmo tanto os debates pedagógicos europeus como as fases de construção de seus sistemas educativos do outro lado do mar.

Ainda de acordo com Vidal e Ascolani (2009), o método lancasteriano³¹ chamou atenção especial entre as elites dirigentes. Muitos dos estrategistas argentinos de então se entusiasmaram com ele, já que se mostrava capaz de cumprir as necessidades educativas das novas gerações, haja vista que, ao mesmo tempo, era barato e simples de aplicar e não precisava de grande quantidade de professores formados. Na Argentina, seu resultado e difusão deste método foi bastante rápido, fazendo com que ele fosse oficializado em 1821, quando adotado pelo Departamento de Primeiras Letras da recente fundada Universidade de Buenos Aires.

Contudo, a opção por Lancaster não se limitou às vantagens práticas que ele oferecia (como a possibilidade de atender a grandes massas e os baixos custos), mas porque suas práticas concretas eram favoráveis à construção de novas identidades pós-independentistas, baseadas no estímulo do individualismo, da competência e do utilitarismo, em oposição às características que afirmavam encontrar nas povoações herdadas da Colônia, descritas como ociosas e sem vontade de progresso.

A nova questão que guiou os debates políticos foi o “progresso”; era necessário se juntar às novas nações que haviam gastado suas energias e levado mais de meio século para o seu avanço. Já mais amadurecido o espírito oitocentista, a educação tinha lugar principal a

³¹ Foi uma iniciativa que teve origem na Inglaterra da Revolução Agrícola e Industrial, e a qual quiseram arraigar (sem muito êxito, salvo no México, onde teve vida prolongada) em Nossa América alguns protagonistas de nossa emancipação, preocupados em superar os inconvenientes por uma sociedade agitada, sensibilizada e um sistema educativo que, embora reduzido nem por isso deixava de sofrer os embates de guerras prolongadas. Por um momento, Lancaster e sua escola pareceram oferecer uma saída, mas não foi coisa senão um episódio a mais na busca de soluções, com decisão ou apenas como tentativa, continuariam explorando, por diferentes vias, as próximas gerações. (WEINBERG apud VIDAL; ASCOLANI, 2009).

ocupar em sua construção, pelo que se constituiu num tema prioritário na formação do Estado e da nação. Neste cenário, dois modelos opostos foram sustentados pelos grupos dominantes, destacados pelas posturas de Juan Batista Alberdi e Domingos Sarmiento.

J. B. Alberdi considerava que a solução para os problemas que o país enfrentava passava por uma modernização econômica que permitisse à nova Nação inserir-se no mercado capitalista mundial, mas para que isso pudesse ocorrer, era necessário estabelecer um governo republicano forte e estável que garantisse certa estabilidade social. A argentina precisava de uma forma mista de governo forte com amplos direitos civis, garantidos a toda população, e direitos políticos restritos, monopolizados pelos grupos dominantes. Em função disso, dividia-se a sociedade argentina em três grandes grupos:

- 1- os grupos indígenas, compostos pelos nativos que ainda habitam o território;
- 2- os grupos populares, os “habitantes”, integrados pela já existente e futura força de trabalho, em especial os gaúchos, os trabalhadores urbanos e os imigrantes;
- 3- os setores cultos, os “cidadãos”, formados pelos proprietários dos meios de produção, em especial os latifundiários vinculados ao comércio internacional.

A partir disso, Alberdi apresenta uma forte divisão entre duas formas educativas a serem promovidas pela nova Constituição de 1853: a educação e a instrução. Segundo ele, a educação de massas, diferenciada da instrução, devia se dar por imitação, pelo aprendizado das coisas. A melhor forma de atingi-los se dava em colocar os setores trabalhadores em contato com quem pudesse ensiná-los por meio do exemplo e servi-lhes de modelo de imitação. Dessa forma, passava a estimular a imigração dos países anglo-saxões, os quais ajudariam o homem do campo a tornarem-se mais produtivo. A instrução, que por outro lado deveria ser reorientada com fins produtivos, é compreendida como um “direito cívil”, cujo exercício fica a cargo dos sujeitos.

Protanto, o modelo de sociedade desejada por Sarmiento era o capitalismo de livre concorrência, baseado em pequenos produtos europeuários. Começa-se a estabelecer um par de categorias dicotômicas: “Civilização e barbárie”. Para Sarmiento, o primeiro termo implicava o menosprezo americano e a exaltação do europeu. A barbárie simbolizava o americano e o autóctone, assim como o analfabetismo, o dogmatismo, o autoritarismo e o latifúndio. Em função disso, Sarmiento divide a sociedade em três grandes grupos:

- 1- os setores “americanos”, formados pelos nativos não integrados. Esses sujeitos não conseguiam sequer fazer parte da categoria de barbárie. Portanto, eram biologicamente determinados a ser um escorvo para o desenvolvimento. Não havia nenhuma forma de redimi-los;

2- os grupos bárbaros, que eram compostos pelos grupos rurais, os gaúchos, os grupos urbanos “pobre e incultos” e os índios integrados. Para estes setores havia a possibilidade de serem redimidos pela civilização e, desta forma, tornarem-se beneficiários do progresso;

3- os grupos civilizados, que eram compostos pelos setores urbanos e de boa posição, e os imigrantes do norte da Europa e EUA. Estes sujeitos tinham a missão de civilizar os setores bárbaros.

Para civilizar a barbárie, Sarmiento propôs um sistema educativo formal que combinava elementos provenientes dos modelos norte-americanos e francês. Desta forma, concluiu a constituição da Instrução Pública como necessidade das classes governantes para a construção do Estado Nacional. Sobre as ideias de Sarmiento, e por meio das leis provinciais e nacionais, foi estabelecido até 1880 o sistema educativo oficial.

Assim, a escola, que desde os anos de 1880 havia se transformado numa ferramenta em prol da questão nacional, na década de 1910 teve papel fundamental, pois, por seu intermédio, a elite pretendia transformar os filhos dos imigrantes em seres argentinos. Isto é, a instrução primária tinha a finalidade de incorporar os imigrantes e recuperar a argentinidade. Pela utilização de símbolos como a bandeira, o hino e o escudo nacional, da história nacional e das instituições políticas, o governo pretendia assimilar os filhos dos estrangeiros, acreditando que, quando aqueles se vissem rodeados pelos símbolos nacionais e pela exaltação dos heróis pátrios, passariam a se sentir pertencente à nação argentina e passariam a introjetá-la.

Seguindo essa perspectiva, o ensino da história nacional deveria apontar as responsabilidades individuais mostrando o caminho percorrido pelos grandes personagens e despertando, assim, um sentimento de pertencimento à pátria. Já no final do século XIX, o governo argentino incentivou, ainda que em segundo plano, a construção de uma rede de bibliotecas comunitárias, pois partia da premissa de que a melhor maneira para levantar o nível intelectual da nação era fomentar o hábito da leitura até convertê-lo numa característica do caráter ou dos costumes nacionais.

Neste sentido, deve-se destacar que a concepção de educação proposta por José Ingenieros também está vinculada ao ideal de nação, tendo em vista a evolução social. Assim, “a escola é uma ponte entre o lar e a sociedade. Sendo sua finalidade imediata fazer da criança um cidadão, deverá entrar em contato com a própria vida social, com a família, com a rua e com o povo, vinculada a seus sentimentos, a seus ideais”. (INGENIEROS, 2004, p. 108-109).

Destaca que:

Se necessitamos, pois, de poetas e prosistas, a obra mais sana e patriótica será estimular seu fecundíssimo trabalho. Seus irmãos nas letras e artes não de ajudá-los, sem torpes rivalidades [...]. O estado há de protegê-los, e não com menor constância, eficácia e ainda sacrifício que as indústrias nacionais, posto que não são menos úteis. Enfim, o povo há de amar-los e respeitá-los [...] hora é de que comecemos a apreciar nossos positivos valores culturais, se não queremos viver sempre da imitação estéril e deprimente. A intelectualidade argentina é felizmente rica e poderosa. Só lhe falta para ser grande um fator indispensável: o estímulo social. (INGENIEROS, 1915, p.324).

Grande precursor teórico da Reforma Universitária, Ingenieros expressava nitidamente o modo como a universidade era concebida, como uma engrenagem vital dentro do projeto nacional. Explorou questões importantes para a constituição ética e moral de uma nação, principalmente dos jovens estudantes, como: o trabalho, a justiça, a iniciativa, a solidariedade, o dever, a ciência, a religião, a educação, a escola e os mestres.

No Brasil, talvez mais do que na Argentina, observa-se o caráter autoritário de que se revestiam, para as elites imperiais e republicanas brasileiras, as propostas de educação das chamadas “classes inferiores” da sociedade no decorrer do século XIX. Logo após a independência, a afirmação do Estado e a construção da Nação estavam intimamente relacionadas à capacidade de fazer valer no Império brasileiro, o império da lei. Assim, no legislativo, na imprensa em diversas outras instâncias sociais, discutia-se a necessidade de educar e instruir o povo para garantir a ordem social.

E possível afirmar que a história dos países que hoje compõem a América Latina está intimamente conectada. No entanto, esta constatação não pode apagar singularidades que marcam a história de cada um de nossos países. Se por um lado há uma grande proximidade quanto ao momento de ruptura do pacto colonial pelo Brasil e pela Argentina, o que demonstra a existência de fatores que ultrapassam as fronteiras nacionais, a organização política adotada na Argentina (República) e no Brasil (Império) está a demonstrar as peculiaridades da história de cada uma das nações que se construía naquele momento.

Aproxima os dois países, como se viu, a crença na educação escolar como fator de construção de homogeneidades culturais e políticas e, por outro lado, de manter as desigualdades sociais e econômicas. No caso brasileiro, muito mais que o argentino, o discurso em favor de uma educação que integrasse os mais pobres à nação era contraditório, devido ao regime da escravidão e pela visão negativa que este emprestava ao trabalho manual de quase toda a natureza. No caso argentino, a precoce opção por um modelo republicano deu

lugar a uma construção de projetos educativos baseados tanto na ampliação dos direitos que esse modelo implicava como na exclusão dos setores populares desse debate.

Assim, educar, instruir, civilizar, eram ideias continuamente mobilizadas nos mais diferentes discursos que visavam criar, no horizonte de expectativas de nossas jovens nações, um futuro grandioso, mesmo que isso tivesse que ser feito aniquilando inimigos internos, externos, como muitas vezes se fez ao longo do século XIX.

4 O CONTEXTO E A IMPORTÂNCIA DO PENSAMENTO LATINO-AMERICANO DE JOSÉ VERÍSSIMO E JOSÉ INGENIEROS.

Se alguma vez lemos obras de historiadores mais velhos, ou é porque eles nos proporcionam algum corpus permanente de materia- prima histórica, como uma edição insuportável de crônicas medievais, ou porque as usualmente se interessaram por um tópico que não suscitou obra posterior, mas que por alguma razão, passou novamente a despertar nosso interesse: em outras palavras, porque nesses tópicos não são historiadores velhos

(Eric Hobsbawn, Sobre História)

4.1 Os projetos de formação de nação: o cenário brasileiro e argentino

Para compreendermos o contexto no qual foram produzidos os pensamentos de José Verissimo e José Ingenieros, faz-se necessário analisar alguns pontos que serão importantes para entendimento não só da sua crítica, mas também da formação de parâmetros dominantes entre estes intelectuais da América Latina, tais como o processo de formação do Estado Nacional na Argentina e no Brasil; a forma como se estruturou o nacionalismo e as questões raciais no final do século XIX e início do século XX; e, principalmente, como essas ideias foram sendo absorvidas dentro do contexto de seus países, produzindo um pensamento marcado pela reprodução e adaptação de modelos europeus, condizentes com os interesses da América Latina.

Como já observado, o século XIX apresentou características singulares, devido principalmente, ao positivismo, ao liberalismo e ao evolucionismo, que surgiram como novas formas de pensamento e exerceram influência na maneira de analisar o mundo e o homem em seus múltiplos aspectos. A doutrina positivista engloba um espectro de nomes, tais como John

Stuart Mill³², Herbert Spencer³³ e Ernest Renan³⁴, mas está associada fundamentalmente às ideias do filósofo francês Augusto Comte³⁵. O ideal positivista era um suposto portador de um olhar para o futuro e tinha por objetivo fazer do progresso, atingindo graças ao crescente desenvolvimento industrial, um sólido princípio da filosofia da história.

Adam Anderle (1988, p.40) explica o conceito de nação expresso pelo positivismo. Segundo esse autor, no final do século XIX a intelectualidade latino-americana tinha a sensação de que algo ia mal, de que a sociedade não estava sã e existia, portanto, a vontade de corrigi-la. Entretanto, esses intelectuais não eram a favor de que tal correção ocorresse por meio de revoluções, mas sim por meio de reformas que pretendiam realizar a partir do ensino e das ciências.

Nesse sentido, a preocupação comum aos pensadores latino-americanos do período concentrou-se sobre a questão nacional. A maior parte dos países havia conquistado sua independência a partir de guerras contra as metrópoles Portugal e Espanha. Segundo Maria Ligia Prado (1994), a independência política e a formação dos Estados Nacionais na América Latina ocorreram a partir do rompimento do sistema colonial e foram dirigidas por setores dominantes da colônia descontentes com a impossibilidade de usufruir as “novas vantagens” que o capitalismo do novo século lhes oferecia, isso distanciaria o processo latino-americano do processo pelo qual a Europa passou. Portugal e Espanha quiseram se sobrepor e “engolir” as demais culturas, num processo de homogeneização praticado por meio da língua, da religião e dos padrões econômicos.

Na Argentina, a preocupação com a formação da nacionalidade por parte da elite dirigente não constituía um tema novo do final do século XIX. A preocupação com a questão nacional surgiu a partir da independência, cresceu com o movimento romântico de 1830 e articulou-se com a construção do Estado Nacional. Existiu, portanto, no final do século XIX e início do XX uma tensão pairando sobre a sociedade argentina. De um lado os intelectuais cientificistas, que defendiam a criação de uma identidade nacional a partir da figura do imigrante, excluía os negros, os indígenas e o gaúcho (mestiço); e, de outro, os criollistas que, assim como os cientificistas, também eram a favor de um projeto identitário para a

³² John Stuart Mill (1806-1873) foi um filósofo e economista inglês, e um dos pensadores liberais mais influentes do século XIX. É influenciado decisivamente pelo pensamento liberal, eis que nos seus últimos escritos mostra certa simpatia pelas teorias socialistas. reinventam um socialismo democrático que esteve na origem do trabalhismo britânico, influenciando o programa de 1918, Labour and Social Order, esboçado por Sidney Webb. Informações disponíveis em: <http://maltez.info/biografia/mill,%20j%20stuart.pdf>. Acesso em: 20 de maio de 2014.

³³ Ver p. 40

³⁴ Ver p. 45

³⁵ Ver p. 40

Argentina, porém, com um resultado diferente: o gaúcho deveria se transformar no símbolo nacional.

Assim, uma série de políticas públicas foram implementadas com o objetivo de contribuir com a organização nacional. A Geração de 1880 desempenhou um importante papel no estímulo à imigração, pois via no imigrante europeu a solução para o problema cultural que acreditava atingir a população argentina. Geração de 1880 foi à designação atribuída pela historiografia argentina a um grupo de intelectuais que participavam ou exerciam influência sobre a política e a sociedade argentina no final do século XIX, e expressavam um objetivo comum: a necessidade de construir uma identidade nacional para o país. No mesmo período em que esse grupo de intelectuais se propunha a pensar os problemas nacionais, consolidava-se, na Argentina, uma nova estrutura econômica e social.

A imigração europeia era vista por Alberdi como a responsável pela implantação de novos hábitos e comportamentos que seriam assimilados pela população argentina em seu cotidiano. Sarmiento também via os imigrantes como os atores da mudança, mas, para ele, essa mudança ocorreria por meio do trabalho agrícola que desempenhariam, o qual culminaria com a eliminação do verdadeiro inimigo da civilização e do progresso: o deserto. Fernando Devoto destaca que, ao contrário de Alberdi, que defendia a imigração europeia como capaz de transformar a Argentina, Sarmiento não precisava de um tipo especial de imigrantes, pois acreditava que, se aqueles não fossem modernos, seus filhos o seriam por meio de um instrumento considerado por ele como transformador: a escola pública (DEVOTO, 2000, p.35).

A promoção da imigração e a ideia de que o imigrante poderia contribuir com o desenvolvimento da sociedade argentina constitui um exemplo de aproximação entre os homens de 1837 e 1880, através do qual podemos afirmar que, apesar da problemática em torno da construção de uma identidade nacional argentina ter surgido logo que se deu a independência política do país, ela ainda não havia sido solucionada e o projeto de construção de uma nação moderna continuava presente no pensamento dos intelectuais argentinos do final do século XIX.

A consolidação do Estado nacional argentino ocorreu somente em 1880, isto é, setenta anos após a Revolução de Maio. Essa consolidação tão-somente foi possível quando conseguiu se estabelecer um consenso entre as elites argentinas, encerrando os desentendimentos entre unitários e federalistas e, principalmente, a partir da resolução do dilema que permeava a questão da federalização de Buenos Aires. Após o movimento de Independência, a Argentina passou por um período de lutas internas e desentendimentos

políticos, desde a década de 1880 o país passou a ser governado de maneira unificada por Buenos Aires, transformada em Distrito Federal nesse mesmo ano.

A década de 1880 constituiu-se também num momento importante para a economia argentina. Nesse período, conhecido como *Belle Époque*, o país tornou-se um dos mais prósperos do mundo, fundamentalmente pelo impulso gerado pela criação de bovinos, que foi tornando-se cada vez mais refinada, a fim de atender às demandas do mercado internacional.

As cidades argentinas refletiam os ares da modernidade pela construção de parques e de edifícios. Buenos Aires, por exemplo, transformou-se num grande centro cosmopolita, e já no final do século XIX contava com diversos meios de transporte, como metrô, trens e bondes; possuía telefones, cinemas, teatros, cafés e restaurantes frequentados pela elite política e intelectual idealizadora do projeto modernizador. O setor educacional, que já havia adquirido destaque nos governos de Mitre, Sarmiento e Avellaneda, continuou em alta durante a presidência de Júlio Argentino Roca, quem em 1884 promulgou a Lei 1.420, que previa o ensino gratuito, laico e obrigatório.

O campo educacional também foi um dos pontos de atuação da elite argentina do final do século XIX. Em 1880 havia aqueles que se manifestavam em defesa das ideias católicas, mas a maior parte dos políticos e intelectuais dessa época defendiam o predomínio do ensino laico, cuja responsabilidade seria atribuída ao Estado, como argumenta Stella Franco ao afirmar que, nessa década, foram instituídos o registro e o matrimônio civis, além da atribuição oficial ao Estado do papel tutelar sobre as questões educacionais.

Entretanto, a intolerância dos intelectuais argentinos para com a intervenção da Igreja nos assuntos educacionais não foi um fato isolado, pois, de acordo com Maria Lígia Prado, o conflito entre os liberais e a Igreja Católica acerca da questão educacional esteve presente em países como Brasil, Chile e México e pode ser relacionado à identificação dos intelectuais liberais com as ideias positivistas amplamente difundidas na América Latina no final do século XIX e início do XX.

A importância da Geração de 1880³⁶ também pode ser explicada pelo fato de que os ideais por ela propostos não se perderam no tempo, pois, principalmente durante as primeiras décadas do século XX, os intelectuais argentinos continuavam a defender ideias muito

³⁶ Geração de 1880 foi a designação atribuída pela historiografia argentina a um grupo de intelectuais que participavam ou exerciam influência sobre a política e a sociedade argentina no final do século XIX e expressavam um objetivo em comum: a necessidade de construir uma identidade nacional para o país. No mesmo período em que esse grupo de intelectuais se propunha a pensar os problemas nacionais, consolidava-se, na Argentina, uma nova estrutura econômica e social. (GREJA, 2009, p. 27).

semelhantes às dos de 80. Esse é o caso de José Ingenieros, que, influenciado pelas ideias positivistas e biologists da geração anterior à sua, esboçava o interesse de criar uma identidade nacional para o país. Em suas obras e textos é clara a alusão ao pensamento do final do século, por isso, o vemos como herdeiro dos ideais de 1880.

No Brasil, desde a extinção do tráfico negreiro, em 1850, e a decadência da economia açucareira, inicia-se um deslocamento do eixo de prestígio socio-econômico do norte para o sul do país, gerando, como um quadro novo para a nação, os anseios das classes médias urbanas, influenciadas pelas ideias liberais, abolicionistas e republicanas. Permeadas pelo pensamento europeu positivista e evolucionista, essas ideias, a partir de 1870, foram introduzidas na intelectualidade brasileira e propiciaram o rompimento com a então visão romanesca, típica do século XIX. Comte, Taine, Spencer, Darwin e Haeckel tornam-se autores referências desta nova geração de intelectuais nacionais, a chamada "geração modernista de 1870"³⁷.

Começando a escrever por volta de 1875-1880, a "geração de 1870, orientada pelas influências de Tobias Barreto e a Escola de Recife, afirmava o novo espírito crítico, aplicando-o aos diferentes aspectos da realidade brasileira. Desta geração destacam-se Capistrano de Abreu, no desenvolvimento da História, Sílvio Romero, desdobrando-se sobre as letras, a etnografia, o folclore e a teoria da cultura, Araripe Júnior e José Veríssimo, ambos voltados intensamente para a crítica sócio literária.

Influenciados pelas filosofias da história, centradas no determinismo geográfico e racial, revestidas de um sabor cientificista e modernizador, esses intelectuais buscavam pensar a integração do Brasil na cultura ocidental. Consideravam prioritário, para a realização desta integração, o desenvolvimento da cultura e da ciência. Somente o poder das ideias, a confiança total na ciência e a certeza da importância da educação intelectual constituíam caminhos legítimos para melhorar os homens e atualizar o país, superando o atraso cultural e acelerando sua marcha evolutiva. A construção do Brasil como uma nação moderna era meta essencial dessa intelectualidade assim como a formação do sentimento brasileiro. A

³⁷ A Geração de 1870 foi formada por um conjunto de homens que discutiram o destino político, econômico e social do Brasil do final do Oitocentos. Era composta por advogados, engenheiros, médicos, parlamentares, literatos, estudantes das escolas militares e homens da imprensa que se debruçaram sobre a eliminação do trabalho escravo e da centralização política e administrativa, representada pelo Poder Moderador. A atuação política da geração de 1870, desenvolveu uma perspectiva extremamente crítica da sociedade do Segundo Reinado, em especial do núcleo de poder constituído pelos monarquistas conservadores. Ver mais In: MAIO, Marcos Chor; SANTOS, Ricardo Ventura (Orgs.). **Raça como questão**: história, ciência e identidades no Brasil. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 2010.

nacionalidade era tomada como critério básico e indispensável de avaliação dos produtos literários, científicos e culturais brasileiros.

Para essa geração de intelectuais, o fluxo europeu era a verdadeira, única e definitiva tábua de salvação. Somente assim era possível sanar de uma vez a sorte de um passado obscuro e vazio de possibilidades, e de abrir um mundo novo, liberal, democrático, progressista, abundante e de perspectivas ilimitadas, como se prometia. A palavra de ordem da geração modernista de 1870 era condenar a sociedade fossilizada do Império e pregar as grandes reformas redentoras: a abolição, a república, a democracia.

Assim, toda essa elite europeizada foi responsável pelos fatos que mudaram o cenário político, econômico e social brasileiro: eram todos abolicionistas, todos liberais democratas e praticamente todos republicanos (Joaquim Nabuco não era republicano, embora fosse um liberal progressista), todos trazem como lastro de seus argumentos as novas ideias europeias e se pretendem os difusores no Brasil. (SEVCENKO, 1999, p.79).

Como o modelo de edificação do Brasil moderno foi buscado nas grandes nações imperiais europeias, os intelectuais brasileiros se deparavam com problemas semelhantes, no que se refere à instauração do Estado brasileiro moderno: a ausência de uma nação e de um Estado forte. A construção da nação e a remodelação do Estado foram dois parâmetros essenciais da produção intelectual daquele momento, produção que tinha como finalidade atualizar o Brasil frente ao exemplo político-cultural europeu e americano.

Embora essa ideia de construção da nação só tenha começado a tomar expressão no meio intelectual nos anos de 1870, ela não era nova. Sua constituição já se fazia presente na elite imperial desde 1820, principalmente entre os políticos brasileiros que lideraram o processo de independência, muito embora, até 1870, esse mesmo sentimento de identidade nacional estivesse ausente entre os grupos locais e na população em geral. Nas províncias, até a década de 70, transpareciam ressentimentos contra o Imperador, a Corte e o Rio de Janeiro, e nenhuma preocupação era registrada com relação à manutenção da unidade nacional.

A “geração de 1870”, imersa nesse fluxo de acontecimentos e influenciada pelo pensamento europeu positivista, acaba conduzindo a dianteira do debate sobre a definição e a construção da nacionalidade. Políticos, jornalistas, cronistas e escritores, espantados com o ritmo com que as grandes potências retalhavam o globo terrestre nas últimas décadas do século XIX, temerosos de que o Brasil viesse a sofrer uma invasão das potências expansionistas, perdendo sua autonomia ou parte do seu território, passam a veicular em seus discursos e produções literárias posições tanto de alarme quanto de defesa da nação. Como uma maneira de aprofundar o conhecimento sobre o Brasil, essa geração dedica-se à

realização de estudos sobre os diversificados aspectos da realidade brasileira, fortalecendo o já evidente nacionalismo intelectual.

O advento concatenado da Abolição em 1888 e da República em 1889, com a promessa de democratização, significou ironicamente experiência mais traumática e desagregadora dessa geração. Foi uma verdadeira decepção que pairou sobre essa elite intelectual modernizadora. A agitação política dos primeiros anos da vida republicana conduziu ao afastamento de muitos intelectuais da arena política. Entre 1890 e 1900, um grande número de escritores abandona a posição de engajamento na vida social para defender uma posição de ceticismo e distanciamento frente à estrutura política, social e econômica do país. José Veríssimo, intelectual de destaque dessa geração, de sua coluna no *Jornal do Comércio* dirigia praticamente todo o movimento literário na primeira década do século XX, descrevia essa decepção com frequência e clareza, salientando o pessimismo e o inconformismo que permeavam os debates do período.

4.2 A Educação e os projetos de regeneração das raças

A historiografia latino-americana do século XIX esteve marcada pela caracterização dos obstáculos à consolidação das nações latino-americanas e pelas tentativas de solucionar os problemas que se apresentavam à construção das novas nacionalidades. Após o processo de independência dos países latinos da condição de colônias, a educação figura como um elemento primordial para a construção das emergentes Repúblicas latino-americanas. Neste momento histórico de passagem para o “mundo moderno” se fazia urgente tanto a organização política dos países latinos quanto a formação de cidadãos aptos ao novo regime político, logourgia a necessidade de extensão da instrução a todas as classes sociais.

Os autores da época propugnavam o branqueamento da população³⁸, o que se dava por meio de práticas de extermínio do índio e do negro e da imigração massiva de europeus. As ideias de superioridade da raça branca eram tão marcantes no pensamento da época que mesmo os espanhóis ou latinos eram preteridos em relação ao tipo anglo-saxão.

³⁸ A tese do branqueamento, escreveu Skidmore (1976), baseava-se na presunção da superioridade branca, às vezes pelo uso dos eufemismos raças “mais adiantadas” e “menos adiantadas”. Esta tese fundamenta-se na ideia de que a inferioridade entre os homens é inata. Para Skidmore, o ideal do branqueamento (com seus pressupostos notadamente racistas) foi compartilhado pela intelectualidade nacional, presente na obra de inúmeros e influentes pensadores, juristas, políticos e escritores brasileiros (são citados, dentre outros, Euclides da Cunha, Afrânio Peixoto, Clóvis Beviláqua, Monteiro Lobato, Gilberto Freire, Oliveira Vianna, Paulo Prado).

Na Argentina, seguindo uma perspectiva que já havia sido enunciada por Juan Bautista Alberdi³⁹, em meados do século XIX, Carlos Alberto Bunge, um intelectual argentino, autor do livro *Nuestra América* (1903), afirmou que o caráter do hispano-americano deveria ser tomado como o inverso do caráter europeu, pois, enquanto na Europa existiam instituições, riqueza e civilização, no Novo Mundo predominavam, respectivamente, o caciquismo, a pobreza e a barbárie.

Todavia, ao questionar-se à respeito da cura desses males, Bunge encontrou um remédio, a solução era que os hispano-americanos se europeizassem por meio do trabalho. Essa europeização defendida pelo autor deve ser analisada sob a ótica da crença na superioridade da raça branca; por isso, o único meio encontrado para a europeização dos argentinos seria pela introdução do elemento branco, que estava representado pelo imigrante europeu.

O autor de *Nuestra América* procurou demonstrar que os nativos da América constituíam um povo triste, ou melhor, que a tristeza se mostrava como uma condição geral, fosse nos araucanos ou nos guaranis. Sua justificativa para tal afirmação era que o amálgama entre a tristeza dos conquistados e a dos conquistadores não poderia produzir outro tipo de herança psicológica. A preguiça coletiva era considerada por esse intelectual como a base sobre a qual se ergueram os alicerces do caudilhismo e do caciquismo na hispanoamérica.

Durante o período alto do pensamento racial brasileiro – 1880 a 1920 – a ideologia do “branqueamento” ganhou legitimidade científica à medida que as teorias racistas passaram a ser interpretadas como confirmação das ideias de que a raça superior (branca) acabaria por prevalecer no processo de amalgamação (SKIDMORE, 1976, p. 63). Então, no projeto de construção de uma identidade nacional, na época de transição entre império e república, a imigração foi muito discutida, primeiro pelo fato de não haver imigração espontânea para o país. Mas qual seria o “melhor” imigrante? A imigração aqui passa a ser entendida também como corolário de um projeto de civilização para a nação.

Uma das principais temáticas desses historiadores era o problema do caudilhismo. O argentino Domingos Faustino Sarmiento, por exemplo, serviu-se de Facundo Quiroga para caracterizar o que ele considerava fruto da desordem e da barbárie. A introdução de Sarmiento ao seu *Facundo*⁴⁰ constitui-se numa descrição detalhada dos problemas encontrados no país

³⁹ Juan Bautista Alberdi (1810-1884) foi político, diplomata, escritor e um dos mais influentes ativistas liberais argentinos de seu tempo. Autor do livro *Bases y puntos de partida para la organización política de la República Argentina* que serviu como uma das inspirações para a elaboração da Constituição da Argentina.

⁴⁰ Este livro, cujo título completo é *Vida de Juan Facundo Quiroga*, tem como subtítulo: *Civilização e Barbárie* (1845). Facundo é o representante da barbárie. Sarmiento toma um esboço das características físicas de seu país:

para organização nacional e é elemento exemplar das questões que preocupavam esta geração: clima, terra, raça e paisagem. Se a paisagem ajudava, em alguma medida no progresso, como no caso da abundância de rios navegáveis, Sarmiento distinguiu o homem como responsável pela não utilização desse formidável recurso. Imbricados, esses quatro elementos eram tidos como responsáveis pelo atraso argentino.

O governo de Domingo Faustino Sarmiento (1868-1874), portanto, ficou marcado principalmente pelo impulso dado à educação. Sua maior preocupação era desenvolver a educação pública, considerada por ele como um suporte necessário para viabilizar o projeto de construção da nação argentina dentro dos moldes das luzes e da civilização e como um meio para a superação da barbárie. Como um exemplo do empenho de Sarmiento sobre a questão educacional, podemos citar a Escola Normal do Paraná, fundada por ele em 1870, que se constituiu em um dos focos irradiadores da filosofia positivista na Argentina.

Entretanto, atribuir à educação a missão de civilizar o país não foi exclusividade do pensamento de Sarmiento. Assim como ele, outros intelectuais liberais de sua geração tinham a concepção de que cabia a eles a função de preparar as massas para o desempenho das atividades políticas e acreditavam que isso somente seria possível por meio da educação (PRADO, 1999, p.82).

Deste modo, uma das características marcantes da educação popular na América Latina neste período foi a difusão do Método Lancasteriano, também conhecido como mútuo ou monitoral, que, de acordo com Bastos (2011), contribuiu largamente para o desenvolvimento e generalização do ensino elementar nos países latino-americanos.

Outra característica que marca as concepções de educação popular latino-americana no século XIX é a forte influência de teorias científicas, que neste período foram largamente utilizadas para explicar diversas problemáticas sociais, educacionais e culturais. De acordo com Camara e Cockel (2011, p. 298) até a esse momento (século XIX), as teorias explicativas para o atraso ou progresso das nações “advinham especialmente do positivismo de Comte; do evolucionismo de Spencer; do transformismo de Darwin e da etnologia de Gobineau, dentre outros”.

Dentre os autores latino-americanos que adotaram a teoria inata das raças e outras afins em seus discursos sobre a inferioridade das nações e, conseqüentemente, suas

"O mal que aflige a Argentina é o seu comprimento, e do tipo de vida que ele cria." Ele também descobre e analisa as causas do atraso: sua natureza selvagem, o primitivismo de gaúchos e ociosidade dos crioulos. Propõe, portanto, em seu "projeto civilizatório" europeu repovoar o país com raças fortes e de trabalho, bem como incentivar a imigração de italianos, que gosta tanto de trabalhar a terra, precisamente o que a Argentina precisa para desenvolver a sua agricultura. Ele também aponta, como conseqüência das guerras de independência, o despovoamento das cidades e do declínio da civilização.

concepções educacionais estão: Oliveira Martins (1845-1894), Oliveira Viana (Brasil/ 1883-1951), Silvio Romero (Brasil/ 1851-1914), e José Veríssimo (Brasil/ 1857- 1916). É importante demarcar que a necessidade de generalização da instrução durante o século XIX reflete a ideologia vigente à época, em que a educação era considerada o elemento chave que iria desenvolver os países latino-americanos rumo à civilização.

Prado (2004) acentua que, durante o século XIX, os liberais tentaram construir no continente novas instituições educacionais ancoradas nas ideias do liberalismo. Isto acontece especialmente porque neste período já havia entre a população francamente mestiça a assunção da escola como instrumental de sobrevivência.

Alinhados à concepção de educação popular como elemento de regeneração das populações mestiças, Costa (2011) destaca autores brasileiros como José Veríssimo (1857-1916), Silvio Romero (1851-1914), Euclides da Cunha (1866-1909), Oliveira Vianna (1883-1951), e de modo indireto Paulo Prado (1869-1943), como autores que fortaleceram a concepção racista e a crença na degeneração racial dos países latino-americanos como consequência da mestiçagem.

Em linhas gerais, estes intelectuais vinculavam o atraso dos países latino-americanos à inferioridade das raças mestiças, que a partir da miscigenação com os indígenas, escravos e colonizadores com valores corrompidos, adquiriram a indolência, a inaptidão para o trabalho, entre outras características, que os tornavam inferiores ou degenerados frente ao padrão moderno pautado na civilização branca.

De modo geral, os autores alinhados à concepção de educação como regeneração do mestiço, atribuíam os hábitos e comportamentos que auxiliavam os países latino-americanos a atender aos novos padrões de modernidade e civilização a princípios como: educação cívica, a identidade nacional, a padrões de higiene (Higienismo) e em alguns casos mais radicais (Paulo Prado) o cruzamento racial vinculado a Teoria do branqueamento.

Contudo, faz-se necessário destacar que dentro da concepção de educação como elemento regenerador da população latino-americanas, as teorias de raça não eram unânimes em explicar a origem do atraso destas populações. Entre as vozes dissonantes destas teorias raciais está o do intelectual sergipano, médico e educador Manoel Bomfim. Para ele, o fator explicativo do atraso era o parasitismo social e a educação popular era o caminho para superá-lo, para assim desenvolver a nação rumo ao progresso e à democracia.

Segundo Costa (2010), o elemento em comum apontado por Manoel Bomfim, está no processo pelo qual essas sociedades foram formadas. E, para tanto, baseou seus argumentos nos pressupostos evolucionistas, que em sua época influenciaram várias teses

sobre o “atraso brasileiro”, e nas analogias entre organismos biológicos e organismos sociais, utilizando-se da metáfora “parasitismo social”, identificada como ideia central em sua obra mais conhecida: *A América Latina: males de origem*, (1905).

De acordo com Machado e Nunes (2007), Manoel Bomfim argumentava em uma das primeiras análises comparativas no contexto sul-americano, que a América Latina se encontrava em descompasso com a marcha da evolução social, refletindo nas economias nacionais o mal-estar gerado pelo trabalho escravo, que por muito tempo havia sustentado a economia dessas nações.

Para ele, essa situação perpetuava-se ou, usando seu próprio termo, era passada por “hereditariedade” para o caráter nacional das novas nações. A escravidão, portanto, é entendida como efeito do parasitismo social imposto no processo de colonização ibérico. Bomfim evidenciava que na América Latina o processo de colonização deixou para a posteridade uma herança parasitária e destrutiva dos organismos sociais, que persistia devido à histórica noção de inferioridade que fora assimilada em nossa cultura: países de preguiçosos, de mestiços degenerados, de bulhentos e de bárbaros.

De acordo com Bomfim, o atraso do país advinha, de fato, da formação originária, mas sociocultural e não biológica, como advogavam os arianistas da época. Isto posto, entendia o autor que essa herança formadora de uma mentalidade deixada pelo processo de colonização luso-espanhola, ao contrário do que ocorrera com a colonização norte-americana, fora apenas fundamentada numa educação nociva, caracterizada organicamente pela necessidade de obter riqueza de fácil acesso, pela falta de tradição científica e pela ausência de um sistema político eficaz.

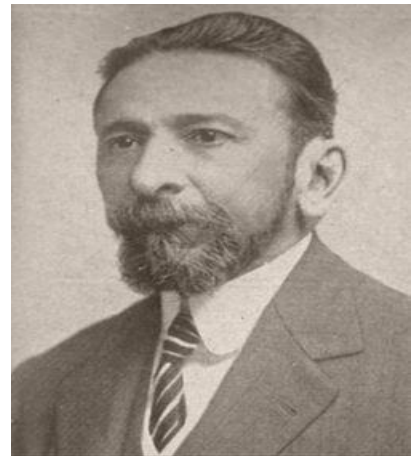
Dito de outra forma, esses países, especialmente o Brasil, tiveram, segundo ele, uma tradição parasitária que corroeu historicamente as condições morais, políticas e sociais, impondo aos seus hospedeiros uma condição patológica de suas funções naturais, o que, por conseguinte, ocasionou a degradação e o atraso, reduzindo as massas à ignorância e à abjeção. Em sua obra *A América Latina: males de origem*, Bomfim defende a educação como única via que as populações latino-americanas possuíam para superar o atraso advindo do parasitismo social, e rumarem em direção ao progresso, à democracia, à igualdade e também à liberdade.

É nesse sentido que podemos observar que o ideal de progresso no pensamento de Bomfim estava atrelado não apenas ao elemento material, mas também a uma ideia de progresso que elevasse essas sociedades ao seu quádruplo aspecto: econômico, político, moral e intelectual. Seria, portanto, por meio da educação que o povo superaria o passado comum, a

colonização parasitária ibérica e a partir de então conseguiria lutar por uma vida próspera, livre e justa. Foi no bojo dessas relações que a instituição escravista conseguiu perdurar por muito tempo, sendo reforçada por uma população de analfabetos e por uma elite que pensava a nação de maneira superficial e vazia e que, por isso, não conseguia ser criativa diante da sua realidade.

Neste cenário, não por acaso, é que surgiu um grande número de intelectuais colocando em pauta a discussão de temas variados no sentido de construir um discurso que embasasse as mudanças necessárias para formar um país moderno e civilizado aos moldes dos países europeus. Destacam-se neste contexto, o intelectual brasileiro José Veríssimo e o argentino José Ingenieros, que se empenharam numa construção teórica, política e ideológica pautada no ideário da modernização de seus respectivos países, construído por meio da mescla entre o positivismo, o nacionalismo, cientificismo e republicanismo. As subseções seguintes, apresentam um breve contexto da vida e obra destes pensadores latinoamericanos.

4.3 Veríssimo e Ingenieros: aproximações e distanciamentos.



José Veríssimo Dias de Matos (1857- 1916)

A América é o vastíssimo cadinho em que se fundem hoje as diversas raças e gentes do globo. Porventura sua missão histórica é dar, servindo de campo para o cruzamento de todas ellas, unidade étnica à humanidade, e, portanto, nova fase às sociedades que hão de viver no futuro.

**(José Veríssimo -
As Populações indígenas e mestiças da Amazônia, 1887)**



José Ingenieros (1877-1925)

Dichosos los pueblos de la América latina si los jóvenes de la Nueva Generación descubren en sí mismos las fuerzas morales necesarias para la magna Obra: desenvolver la justicia social en la nacionalidad continental.

**(José Ingenieros –
Las Fuerzas Morales, Óbra Póstuma)**

As informações biográficas sobre José Veríssimo permitem ilustrar a amplitude de sua contribuição à cultura brasileira. Este intelectual brasileiro viveu num contexto sociopolítico da segunda metade do século XIX, momento em que grande parte das produções intelectuais eram marcadas pela intenção de entender o Brasil a partir de uma concepção eurocêntrica. Era um intelectual nortista, que fez parte de um conjunto de intelectuais brasileiros inseridos numa conjuntura de passagem da Monarquia para a República, que se empenhou numa construção teórica, política e ideológica pautada no ideário de modernização do país, amalgamados pelo positivismo, o nacionalismo, cientificismo e republicanismo. Em seus escritos, Veríssimo apresenta como referências as inscrições positivistas de Comte, Herbert Spencer e Stuart Mill, como aliás a maior parte da intelectualidade brasileira.

José Veríssimo Dias de Matos (Óbidos, PA, 1857 – Rio de Janeiro, RJ, 1916) era filho de José Veríssimo de Matos, um médico militar da Colônia Militar de Óbidos-Pará, e de Anna Flora Dias de Matos. Para dar início ao curso primário, Veríssimo, aos oito anos de idade, em 1865, segue para Manaus, hospedando-se na casa do Tenente Coronel Inocêncio de Araújo, amigo de seu pai. No ano seguinte, em 1866, junto com os pais, muda-se para Belém, onde estuda durante três anos no Seminário Episcopal.

Aos doze anos, em 1869, chega sozinho ao Rio de Janeiro e hospeda-se na casa de seu tio, o advogado Conselheiro Antônio Veríssimo de Matos. Estuda no Imperial Collegio de Pedro II, em seguida no Colégio Vitório e, por fim, para se dedicar à engenharia, na Escola Central. Com problemas de saúde, cursa apenas o primeiro ano de engenharia, cancelando a matrícula e regressando ao Pará em 1876, com dezenove anos. Emprega-se na Companhia de Navegação do Amazonas e, posteriormente, por concurso, ingressa na Secretaria do Estado. Paralelamente, começa a publicar contos, críticas literárias e impressões de viagens, juntamente com escritores e redatores de notoriedade reconhecida nos jornais de renome da Província.

Em 1881, aos vinte e quatro anos, viaja para a Europa, objetivando cuidar da saúde e participar do Congresso Literário Internacional, em Lisboa. Lá, recebe a Comenda da Ordem de Cristo, com a apresentação da memória sobre o movimento literário no Brasil. Em 1883, retorna ao Pará, voltando a colaborar com jornais provincianos. Cria neste mesmo ano, entusiasmado com assuntos educacionais, a Sociedade Paraense Promotora da Instrução. Em 1884, funda o Colégio Americano, que dirige até 1890, introduzindo no Brasil a Educação Física e o Jardim da Infância. No mesmo ano, casa-se com a professora Maria Elói Tavares. Em 1886, organiza, juntamente com Lauro Sodré, o Clube Republicano do Pará.

Em 1889, realiza sua segunda viagem à Europa, para participar do Congresso de Antropologia e Pré-História, em Paris, apresentando a tese *O homem do Marajó e a antiga civilização amazônica*. Em 1890, é nomeado, no Governo Interino de Paes de Carvalho, Diretor da Instrução Pública do Estado, iniciando reformas que visavam à modernização do ensino no Pará. Como Diretor da Instrução Pública, inaugura, na Escola Normal, a frequência de alunos dos dois sexos e prestigia o Museu Paraense, que, naquele momento, experimentava uma enorme decadência.

Em 1891, muda-se para o Rio de Janeiro e começa a trabalhar, a contragosto, em um escritório comercial. Em 1892, com a fundação do *Jornal do Brasil*, de Rodolfo Dantas, José Veríssimo passa a se dedicar à crítica literária e ao magistério. Entre os anos de 1892 e 1897 dirige o *Externato do Gyrnasio Nacional*. Neste período, leciona Português e História geral da América na antiga Escola Normal e rege as cadeiras de Pedagogia e de História da Instrução Pública Brasileira no *Pedagogium*.

Em 1895, torna-se sócio fundador da Academia Brasileira de Letras, ocupando a cadeira cujo patrono é João Francisco Lisboa. Foi também sócio do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. Em 1906, submete-se ao concurso para catedrático de História do Externato do *Gymnasio Nacional*, conseguindo o primeiro lugar perante a banca, constituída

por Capistrano de Abreu, João Ribeiro e Dr. Eugênio de Barros Raja Gabaglia. Em 1910 e 1912 exerce a direção da Escola Normal, falecendo em 1916, no Rio de Janeiro.

Jornalista, educador e crítico literário, Veríssimo buscou, a partir da incansável dedicação ao trabalho intelectual, construir, à época, um modelo brasileiro de pensamento crítico, objetivo que se evidencia na sua rica e diversificada produção intelectual. Os vários escritos publicados por ele constituem obras exemplares. Essas obras podem ser agrupadas em duas fases de sua vida. A primeira compreende livros publicados e participações como publicista e editor de periódicos da Província, entre os anos de 1878 e 1890, antes de sua mudança para o Rio de Janeiro. A segunda fase tem seu começo em 1891, quando Veríssimo inicia uma atividade inintemta de jornalismo literário no *Jornal do Brasil*, no Rio de Janeiro. Nesta fase é expressiva sua produção no campo da crítica literária na imprensa periódica da capital do país.

No período em que vive em Belém do Pará, dá início a sua experiência de escritor. Colabora com o *Liberal do Pará*, mais tarde, com o *Diário do Grão-Pará* e, por fim, funda o jornal trimestral *A Gazeta do Norte*. Contribui também na *Província do Pará*, em *O Comércio do Pará* e na *República*, em 1883. Cria e dirige a *Revista Amazônica*, da qual foram publicados dez fascículos, no período de março de 1883 a fevereiro de 1884. Veríssimo publicou quatro livros: *Primeiras Páginas, 1878*; *Cenas da vida Amazônica*, de 1886; a primeira série de *Estudos brasileiros (1877-1885)*, de 1889; e *A Educação Nacional*, de 1890.

Na obra de Veríssimo, nessa primeira fase, predomina o esforço de compreender o estado intelectual e cultural do Brasil, seja através dos estudos etnográficos regionalistas, pintando cenários amazonenses, seja através dos ensaios de síntese em que busca assimilar, sob a inspiração das teorias evolucionistas e positivistas, a evolução da vida intelectual e da própria literatura brasileira, como nos ensaios *A Literatura Brasileira, sua formação e destino*, *O Movimento Intelectual Brasileiro de 1873-83*, *Literatura e Homens de Letras no Brasil* e *Do Nacionalismo na Poesia Brasileira*, todos incluídos na 1ª série da obra *Estudos Brasileiros*.

Na segunda fase, no Rio de Janeiro, em virtude de sua atuação no *Jornal do Brasil*, em 1894, publica a segunda série dos *Estudos brasileiros (1889-1893)*, primeiro resultado valioso para sua trajetória crítica. Fica encarregado da edição e direção da *Revista Brasileira* a partir de 1895, além de dezenove volumes terem sido publicados até 1899, quando nasce a ideia da fundação da Academia Brasileira de Letras, renovando o interesse do país pela cultura literária e mobilizando intelectuais de expressão.

A *Revista Brasileira* dá também a Veríssimo não apenas a oportunidade de publicar numerosos ensaios críticos e notas bibliográficas, muitos dos quais vão compor a primeira série dos *Estudos de literatura brasileira*, de 1901, mas ainda uma enorme visibilidade no cenário cultural da capital do país. No Rio de Janeiro, ele também intensifica sua fase de produção jornalística na área da educação, destacando-se os artigos: *O mal de nosso ensino público*; *O ensino da História na Escola Normal*; *O ensino municipal do Rio de Janeiro* (este publicado na Revista Educação Nacional); e ainda *A educação em geral*, *A pedagogia* e *A educação física*, divulgados pela revista *Educação e Ensino*.

Pertencendo à “Geração de 1870”, herdando o novo espírito crítico e científico do período, este intelectual destacava-se no cenário intelectual da época por colaboração efetiva no fortalecimento da educação, da literatura, do jornalismo, enfim, da cultura e da política brasileira. Sua produção espelhava um projeto de construção do Brasil-Nação. Essa preocupação, presente de diferentes maneiras em suas obras, refletia e mesmo potencializava o debate e o pensamento intelectual daquele momento. Permeadas pelo pensamento europeu positivista e evolucionista, essas ideias, a partir de 1870, introduzem-se na intelectualidade brasileira e propiciam o rompimento com a então visão romântica, típica do século XIX.

Destacam-se as suas principais obras: *Primeiras Páginas: viagens ao sertão, quadros paraenses e estudos* (1878); *Scenas da vida Amazônica* (1886); *A Instrução Pública no Pará de 1890-1891* (1871); *As populações indígenas e mestiças da Amazônia: sua linguagem, suas crenças e seus costumes* (1887); *Noticia Geral Sobre o Colégio Americano* (1888); *Estudos Brasileiros (1877-1885)* (1889); *A Amazônia* (1892); *Ginásio Nacional* (1894); *Estudos Brasileiros (1889-1893)* (1894); *A Pedagogia* (1895); *A Pesca na Amazônia* (1895); *Pará e Amazonas: questão de limites* (1899); *Estudos de Literatura Brasileira* (1901); *Homens e Coisas Estrangeiras (1899-1900)* (1902); *Estudos de Literatura Brasileira, 3ª. Série* (1903); *Estudos de Literatura Brasileira, 4ª. Série* (1904); *Estudos de Literatura Brasileira, 5ª. Série* (1905); *Homens e Coisas Estrangeiras (1901-1902), 2ª série* (1905); *A Educação Nacional* (1906); *Estudos de Literatura Brasileira, 6ª. Série* (1907); *Que é Literatura? E Outros Escritos* (1907); *Homens e Coisas Estrangeiras (1905-1908), 3ª série* (1910); *Interesses da Amazônia* (1915); *História da Literatura Brasileira: de Bento Teixeira (1601) a Machado de Assis (1908)* (1916).

Por sua vez, as obras de José Ingenieros, na Argentina, datam dos finais do século XIX e início do século XX. Este intelectual argentino foi sem dúvida um grande pensador. Ocupa lugar de destaque entre os intelectuais representativos do pensamento argentino no final deste século. Seu pensamento recebe aportes do mais variado e diverso movimento

cultural e filosófico. Sua influência vai da vertente positivista e evolucionista, passando por uma linhagem modernista, romântica e espiritualista, até o marxismo da ala revolucionária.

José Ingenieros nasceu em 1877 em Palermo, na Itália, e a imigração de sua família para a América do Sul, quando ainda era um menino, pode ser explicada pelo fato de seu pai, um professor e jornalista italiano, ter se vinculado a Primeira Internacional e dirigido o primeiro periódico socialista daquele país. A ele se devem numerosos trabalhos no campo da psiquiatria e da criminologia. Foi professor, médico, sociólogo e franco-maçom argentino, além de ter sido um importante intelectual de seu tempo, nos campos da filosofia e da psicologia. Em 1914, casa-se com Eva Rutenberg, em Lausana, Suíça. Do casamento nasceram quatro filhos, Dália, Amália, Julio e Cecília. Sua mulher viveu por apenas 30 anos. A filha menor, Cecília, faleceu em 1995 e a maior, Dália, em 1996.

Destacou-se, desde muito pequeno pelo seu amor aos estudos. Quando universitário, cursou simultaneamente, duas carreiras, ciências naturais e médico-biológicas. Estudou Medicina, carreira na qual teve como mestre José Maria Ramos Mejía. Em 1892, quando já havia finalizado seus estudos secundários, fundou o periódico *La Reforma* e um ano depois, 1893, ingressou como aluno da Faculdade de Medicina de Buenos Aires, onde em 1897, recebeu o título de farmacêutico, e em 1900 de médico, com sua tese *Simulación em la lucha por la vida*. Ingenieros especializou-se em psiquiatria e criminologia, centrando seus estudos fundamentalmente nas patologias mentais.

Sua Tese *La simulación de la Locura* foi premiada pela *Academia de Medicina de Paris* e ganhadora da Medalha de Ouro da *Academia Nacional de Medicina de Buenos Aires*. Em seguida, obteve um importante cargo na Cátedra de Neurologia de Ramos Mejía e passou a desempenhar-se no Serviço de Observação de Alienados da Polícia da Capital. Aos 23 anos já era um destacado psiquiatra, sociólogo e criminalista. Seus trabalhos no âmbito da psicologia disciplinar ganharam impulsos em 1904, quando ganhou por concurso, a suplência da Cátedra de Psicologia Experimental na Faculdade de Filosofia e Letras.

Em 1908 fundou a Sociedade de Psicologia e concluiu a sua obra *Princípios de Psicologia*, que seria o primeiro sistema completo de aprendizagem dessa matéria no país. Ingenieros teve uma grande oportunidade de levar à prática seus saberes científicos, quando assumiu o cargo no Instituto de Criminologia da Penitenciária Nacional de Buenos Aires. A chegada a Buenos Aires do criminólogo e anarquista italiano Pietro Gori⁴¹ o entusiasmo pela

⁴¹ Pietro Gori (1865 - 1911) foi um anarquista italiano. Advogado de profissão, que defendeu membros do movimento anarquista em diversas ocasiões. Atuou na Itália, Argentina e Estados Unidos. Além da sua atividade

criminologia. A partir da criação dos Arquivos de Psiquiatria e Criminologia discute a tese de degeneração de Lombroso. Em Criminologia, em 1907, reunirá suas concepções, explicando que o estudo específico dos delinquentes não pode ser senão de um funcionamento psíquico e propõe classificações psicopatológicas, pois o temperamento criminal é considerado para ele uma síndrome psicológica.

Ainda que escape dos marcos de toda psicologia intelectualista, Ingenieros reduz-se ao marco biológico. Já havia sido um teórico de uma medicina social preventiva, organizando a defesa social contra os indivíduos inadaptados. Na Argentina, ele frequentava os círculos maçons e anticlericais e escrevia como colaborador para alguns jornais liberais italianos. Devido à relação que mantinha com os esquerdistas, principalmente europeus, muitos se hospedavam em sua casa sempre quando viajavam à Argentina.

O pensamento de Ingenieros, especialmente aquele expresso em seus primeiros trabalhos, ainda no final do século XIX, esteve sustentado por concepções biologistas aplicadas com o intuito de que, a partir delas, fosse possível extrair conclusões sociológicas. O conceito de luta pela vida proposto por Darwin está presente numa de suas primeiras obras: *La simulación em a lucha por la vida*. Esse trabalho foi apenas a introdução de sua tese *La simulación de la locura*, apresentada em 1900 à Faculdade de Medicina de Buenos Aires, mas já podemos perceber a apropriação de conceitos biologistas e evolucionistas como um meio de justificar a teoria da seleção natural.

Em 1915, funda e dirige *A Revista de Filosofía*. As publicações bimestrais eram dedicadas à ciência e à filosofia com artigos de autores nacionais e com uma profusa seção de análises de revistas e livros. Reinstalando-se como docente da Faculdade de filosofia, funda o primeiro Seminário de Filosofia. No Congresso Científico de Washington apresentou seu ensaio *La Universidad del Porvenir*. Ingenieros inicia uma série de trabalhos que completam uma ética funcional, e o levam a ser considerado o Condutor das Juventudes da América por publicar, em 1917, *Hacia una Moral sen Dogmas e Las Fuerzas Morales*, entre 1918 a 1923.

Entre outras coisas, propõe que as faculdades de filosofia se transformem em centros destinados à sínteses das produções científicas de cada faculdade em particular, em favor de uma filosofia científica que coordene o conhecimento dos feitos. Para ele, as faculdades devem representar o saber organizado e sintetizar as ideias de sua época. A esta mesma etapa correspondem *Proposições Relativas ao Porvenir da Filosofía* em 1918, Ciência e Filosofia tem o mesmo objeto e estão igualmente determinadas.

política, é conhecido também como compositor de peças de teatro e algumas das mais famosas canções anarquistas do fim do século XIX.

A filosofia se diferencia aqui porque tem por objeto problemas que vão mais além da experiência científica, destinada a ser uma metafísica da experiência. Em 1919 renunciou a todos os cargos docentes e começou em meados de 1920 sua etapa de luta política, participando de maneira ativa em favor do grupo progressista *Claridad*, de tendência comunista. Em 1922 propõe a formação da *União Latino-americana*, um organismo de luta contra o imperialismo que difundiu continentalmente as ideias anti-imperialistas.

Em seu legado, destacou-se por ter sido o mais importante introdutor da psicologia na Argentina, contudo, não se limitou ao experimental. Na área da Criminologia foi onde teve mais seguidores, a ponto de esta área ser considerada uma invenção argentina, inclusive, mais precisamente, de Ingenieros. Sua tarefa deixou páginas brilhantes, plenas de intuições valiosas, sobretudo quando seus propósitos estão afastados do científico.

As obras *Crônicas de Viaje* e *Al Margen de La Ciencia* são boas referências dele. Talvez sua influência mais importante se expresse através dos seus inflamados textos moralizantes. À exemplo disto, foi impulsor de grandiosas tentativas culturais, que elevaram sua extraordinária capacidade de trabalho a um êxito considerável, e adere ao positivismo. Apesar de toda originalidade em seu enfoque na forma de incluir a ética e a filosofia, não conseguiu desprender-se de uma visão científicista.

Em 1925, há poucos meses de sua morte, criou o mensário *Renovación*, contra o imperialismo, assinando com os pseudônimos de Julio Barreda Lynch e de Raúl H. Cisneros. Com o passar do tempo, discordou das posturas do socialismo de Estado e começou a colaborar com periódicos anarquistas, chegando a ser abertamente um simpatizante do Anarquismo. Várias de suas obras literárias refletem este posicionamento. Isto se deveu em parte à influência do criminólogo italiano Pietro Gori.

A trajetória de vida e de intelectual de Ingenieros atravessa o clima do final do século XIX e início de um novo século dos radicais anos 20. Entre 1895 e 1898, aparecem escritos de José Ingenieros de influências socioanarquizantes. Milita no Partido Socialista Argentino nesses anos juntamente com Juan B. Justo e dirige, junto a Lugones, o periódico *La Montaña* (1897). Entre 1898-1899, o discurso deste intelectual se vê permeado por categorias que discordam de uma sociologia científica, enquadradas agora sem coerência dentro das matrizes do positivismo evolucionista e darwiniano. Produz-se aqui uma fusão entre categorias biologicistas com outras de tipo economicistas, provenientes do marxismo reformista.

Alguns dos trabalhos desenvolvidos por Ingenieros no final do século XIX e início do XX foram reunidos sob o título *La evolución sociológica argentina*. Numa nova edição, publicada em 1913, essa obra ganhou novo título – *Sociologia argentina* – e passou a conter

análises críticas de obras de grande repercussão no período, como, por exemplo, *Las multitudes argentinas*, escrita por José Maria Ramos Mejía; *Nuestra América*, de Carlos Octavio Bunge; *La anarquia argentina y El caudillismo*, de Lucas Ayarragaray; e *La ciudad indiana*, de Juan Augustin García. Tais escritos da época da juventude de Ingenieros, publicados anteriormente na *Revista de Derecho, Historia y Letras*, mostram o empenho de seu autor em compreender a evolução do povo argentino e de diagnosticar e justificar a origem dos empecilhos que, a seu ver, prejudicavam a construção da nação. Para ele, a sociologia constituía-se numa ciência natural que tinha como objetivo estudar a evolução humana.

Dentro do quadro composto pela análise sociológica de Ingenieros, deve ser ressaltada a presença do economismo histórico funcionando como uma força determinante da posição social ocupada pelos indivíduos. A problemática envolvendo a evolução social é abordada por Ingenieros como uma consequência da necessidade biológica que os homens têm de conservar o grupo e de, ao mesmo tempo, garantir sua continuidade, o que seria assegurado de acordo com a posição econômica dos indivíduos. Portanto, a atividade econômica não deve ser interpretada como contrária à evolução biológica, mas sim como a aplicação da sociologia biológica ao estudo evolutivo das sociedades humanas por atuar como um dos mecanismos da seleção natural.

Ainda que a sociologia de Ingenieros utilize métodos das ciências positivas, a análise do social encontra-se bloqueada pela importância dada ao fator econômico na evolução histórica e na definição do homem como produtor, qualidade que permite engendrar um ambiente artificial que altera as condições em que se desenvolve a luta pela vida. A ideia se resume na compreensão de que as sociedades humanas evoluíram dentro das leis biológicas especiais, que são leis econômicas.

De acordo com Ingenieros, a economia deveria ser utilizada juntamente com as ciências para complementar a compreensão da história, constituindo o que o próprio autor chamou de “economismo histórico”. A aplicação dos conceitos econômicos juntamente aos biológicos nas obras iniciais de Ingenieros deve ser compreendida como uma característica resultante da orientação ideológica seguida pelo mesmo no final do século XIX.

Além do marco evolucionista, aparece na escrita ingenieriana sua formação médica, e sua referência à antropologia criminológica proposta por Lombroso. Vale lembrar que a teoria lombrosiana refere-se à existência de caracteres físicos que permitem definir o tipo clássico do criminoso nato.

No estudo da relação entre as perturbações mentais do indivíduo e dos problemas sociais, conclui que são as primeiras causas determinantes da atividade antissocial. Contudo, tudo isto adquire sentido dentro de seu projeto de nação moderna, integrada ao mercado e à cultura ocidental. Ingenieros acredita que as sociedades caminham para novas formas de evolução. A reflexão sobre a questão social demandará a discussão emergente das ciências sociais como saberes normativos que permitam integrar o dissenso e segregar os estratos sociais patologizados ou resistentes a integrar-se ao projeto de nação moderna.

Os estudos médicos de José Ingenieros foram publicados em importantes periódicos sobre o assunto, tais como *Criminologia moderna* e *Archivos de psiquiatria, medicina legal y psiquiatria*, do qual foi diretor até 1913. Entretanto, sua atividade intelectual, nesse período, esteve centrada na investigação psiquiátrica e criminológica, mas não se dissociou da questão social, uma vez que esta última era vista pelo próprio autor como um sintoma de mal-estar profundo que deveria ser detectado e tratado terapeuticamente. As ciências sociais constituíam-se num mecanismo por meio do qual Ingenieros considerava possível segregar os núcleos sociais patologizados ou marginais que tendiam a prejudicar o desenvolvimento da Argentina enquanto uma nação moderna.

Este intelectual também se voltou ao passado, isto é, aos primórdios da colonização espanhola, com o intuito de encontrar as raízes dos problemas apresentados pela sociedade argentina e, ao mesmo tempo, buscar soluções para os mesmos. Para ele, a formação da nacionalidade argentina constituiu-se num simples episódio da luta de raças e de sua adaptação às condições geográficas do meio cósmico. Partindo dessa perspectiva, considerou que todos os povos, para chegar ao estado de civilização, teriam de passar por sucessivas integrações e desintegrações, pelas diversas etapas da selvageria e da barbárie, cuja sucessão estaria determinada pelos diferentes sistemas que caracterizavam a produção em cada sociedade, atribuindo ao fator econômico a determinação das estruturas sociais.

A trajetória intelectual do autor não termina com seu trabalho como psiquiatra, criminólogo e sociólogo positivista. Entre 1910 e 1916 produz-se um giro em seu itinerário que é marcado também por sua adesão a Revolução Russa e a Reforma Universitária. Neste giro, seu pensamento se vê influenciado pelo modernismo estético e político e ao marxismo revolucionário.

Suas publicações e seus ensaios sociológicos, como no *El Hombre Mediocre y ensayos críticos y políticos*, *Al margen de la ciencia*, *Hacia una moral sin dogmas*, *Las Fuerzas Morales*, *Evolución de las ideas argentinas* y *Los tempos nuevos*, tiveram grande impacto no ensino universitário na Argentina e grande adesão moral entre a juventude latino-

americana. Além de dirigir seu periódico bimestral, *Seminário de Filosofia*, mesclou a paixão pela ciência com uma ética social acentuada. Em suas múltiplas atividades, demonstrou capacidade e grande envolvimento com a Reforma Universitária iniciado em 1918.

Duas obras de Ingenieros são significativas deste momento, uma é *El Hombre Mediocre*, escrita a partir de um curso na Faculdade de Filosofia do ano de 1910, onde o autor estigmatiza sem piedade ao partidário da rotina e ao espírito conservador, ao domesticado e ao submisso, enquanto reivindica aos idealistas. Nesta obra percebe-se a clara influência das ideias do espiritualismo modernista de Rodó.

A outra obra significativa é um trabalho que Ingenieros apresenta em 1916, no II Congresso Científico Pan-americano, chamado *La Universidad del porvenir*, onde prolonga pontualmente as apreciações de *El hombre mediocre*, questionando a universalidade da rotina, assim como o mecanismo administrativo e burocrático. Em ambos os casos, 1910 e 1916, estava em jogo a luta entre renovação e rotina, entre os novos ideais e a burocratização domesticadora, entre as forças morais promotoras da renovação incessante e as forças inerciais corroídas pela ausência de ideais e da juventude.

Entre suas publicações destacam-se: *La simulación em la lucha por la vida* (1902); *Simulación de la locura* (1903); *La psicopatología em el arte* (1902); *Histeria y sugestión* (1904); *Crónicas de viaje* (1906); *Sociología Argentina* (1918); *Principios de psicología* (1911); *El hombre mediocre* (Obra póstuma); *Hacia una moral sin dogmas* (1917); *La locura em la Argentina* (1907); *La evolución de las ideas argentinas (cinco tomos)* (1918); *Proposiciones relativas al porvenir de La filosofía* (1918); *Las doctrinas de Ameghino* (1919); *Los tiempos nuevos* (1921); *Emilio Boutroux y La filosofía francesa* (1922); *La cultura filosófica em España* (1922); *Las fuerzas Morales* (Óbra póstuma); *Tratado del amor* (Óbra póstuma).

4.4 Raça, moral e educação.

Para tecer uma comparação sobre ideias que constituem o pensamento dos autores objeto de análise desta pesquisa, produzimos três quadros sínteses das obras de José Veríssimo e José Ingenieros, que nos revelam algumas convergências e divergências entre eles.

No quadro 01, comparamos as ideias sobre raça e moral destacando as aproximações dos autores nestas categorias. Ambos evidenciam a preocupação com a formação de suas nações a partir de um processo civilizatório, tanto dos aspectos físicos como a mescla entre as raças, quanto das qualidades morais dos indivíduos, destacando o trabalho como uma força moral que dignifica a nação. Veríssimo diz que “os povos e as raças mesclam-se, fazendo desaparecer completamente os tipos puros”; Ingenieros expõe que a formação da nação argentina e dos países americanos povoados primitivamente por raça e cor, seriam envolvidos em lutas de raças, principalmente por processos civilizatórios da imigração europeia.

QUADRO 01: Raça e Moral no pensamento de José Veríssimo e José Ingenieros

CATEGORIAS	PENSADORES	
	JOSÉ VERÍSSIMO	JOSÉ INGENIEROS
RAÇA	<p>“A América é o vastíssimo cadinho em que se fundem hoje as diversas raças e gentes do globo. Porventura sua missão histórica é dar, servindo de campo para o cruzamento de todas ellas, unidade ética à humanidade, e portanto, nova face às sociedades que hão de viver no futuro.”(VERÍSSIMO, 1887, p.295)</p> <p>“[...] os povos e as raças mesclam-se, fazendo desaparecer completamente os typos puros, tornando n’esta parte do mundo, mais do que em nenhuma outra, verdadeiro o principio de antropologia que nega a existência de raças puras” (IBID., p.296).</p> <p>“Chamado ao grêmio da civilização e obrigado a partilhar, embora como pária, a nossa vida, o índio perdeu o caracter acentuado de selvagem: não só o moral mas também o physico lhe modificou, como é</p>	<p>“A luta pela existncia resulta inevitavelmente da rapidez com que todos os seres vivos tendem a multiplicar-se. Nasce um número de individuos maior do que pode viver, e dele provem, em cada caso, a lua pela existência, já seja com indivíduos da mesma espécie, já com as especies diferentes, e submetidas, em ambos casos, às condições físicas do meio ambiente em que eles vivem”. (INGENIEROS, 1920, p.21)</p> <p>“A formação da nacionalidade argentina – e de todos os países americanos, primitivamte povoados por raças de cor – em sua origem um simples episódio da luta de raças; na historia da humanidade, poderia figurar no capitulo que estudará a expansão da raça branca, sua adapação a novos ambientes naturais e a pgressiva preponderância de sua civilização onde essa adapação havia sido possível”. (INGENIEROS, 1910, p.77).</p>

	<p>fácil conhecer no tapuio, que, filho do índio, como índio já se diferença d'elle”. (IBID., p.299).</p> <p>“Forçados a assimilar costumes, crenças, idéas, lingua, tudo, emfim, inteiramente diversos dos seus, o resultado das uniões entre indivíduos da sua raça, dentro já do nosso meio social e sob a sua influencia, foi um typo diferente d'ella. O mesmo facto deu-se também aqui com os crioulos, os quaes, resultantes de uniões entre indivíduos da mesma raça, vindos d’Africa, apresentam todavia notáveis diferenças das raças mães.”(IBID., p.300)</p> <p>“o resultado de não interrompidas alianças entre sangues-mixtos é uma classe de homens, nos quaes o typo puro desapareceu, e com ele todas as boas qualidades phisicas e Moraes das raças primitivas, deixando em logar um povo degenerado, tão repulsivos como esses cães produto de uma cadella de raça com um goso com horror dos animaes de sua espécie, entre os quaes é impossível descobrir um único individuo tendo conservado a intelligência, a nobreza, a affectividade natural que fazem do cão de typo para o companheiro e o favorito do homem civilizado”. (AGASSIZ apud VERÍSSIMO, 1887, p. 301)</p> <p>“E o que há a fazer para arrancar as raças cruzadas do Pará ao a batimento em que jazem? Pensamos que nada. Esmaga-las sob a pressão enorme de uma grande immigração, de uma raça vigorosa que nessa lucta pela existência de que lhe fala</p>	<p>“Un sentimento nacional se forma e define pouco a pouco nas classes mais ilustradas, refundindo-se neles antigos “sentimentos localistas” da época feudal. Essa unificação mental dos descendentes da antiga imigração conquistadora conincide com um fenómeno paralelo, ainda que mais importante numericamene, fácil de observar nos novos descendentes da nova imigração colonizadora, que são ardentemente e assimilam rapidamente os traços da mentlidade nacional. As tendencias dominantes na educação, mais acentuadas recentemente, concorrem a formar o “sentimento nacional na imensa massa de novos cidadãos incorprados ao país depois da segunda colonização. Eles constituem uma democracia nova que vai penetrando e desalojando as velhas oligarquias residuais da imigração colonial. O sentmento da nacionalidade se afirma com igual energia nas grandes imigrações propostas da nação. (IBID, 1910, p.54)</p> <p>“O índio que a lei se refere não é assimilável à civilização branca; não resiste a nossas enfermidades; não assimila a nossa cultra, não tem suficiente resistência orgânica para trabalharem competência com o homem branco: a luta pla vida o extermina”. (IBID., p.208)</p> <p>“No Norte a substituição é neta, sem mestização; no Sul, grandes massas de mestiços retardam por um século a formação de</p>
--	--	---

	<p>Darwin as aniquile assimilando-as, parece-nos a única coisa capaz de ser útil a esta província”. (IBID., p. 388-389)</p> <p>“Hoje julgo dever fazer uma observação, que vem modificar a minha maneira de vêr há três anos acerca do remédio a dar para arrancar as raças cruzadas do Pará (e Amazonas) ao abatimento em que jazem. Aconselhei então o seu esmagamento sob a pressão de uma raça forte que as aniquilasse na lucta pela vida. Não via que essa raça privilegiada não virá tão cedo, não virá talvez nunca, em razão das condições mesológicas da região, e alvitrei um expediente cujo principal defeito era ser inexecuível. O estudo e a reflexão modificaram posteriormente a minha opinião, quiçá precipitada. Estou convencido, com eminente Littré, que “problema politico consiste em utilizar no maior proveito das sociedades a força natural que lhes é própria” (IBID., p.389)</p>	<p>nacionalidade euro-americanas. Na zona intertropical somam vários fatores para impedir o acesso e difusão das raças brancas”.</p> <p>“o homem inferior é um animal humano, em sua mentalidade dominam as tendências instintivas condensadas pela herança e que constituem a alma da espécie. (...) sua personalidade não se desenvolve até o nível corrente, vivendo abaixo da moral ou das culturas dominantes, e em muitos casos fora da legalidade”. (IBID., 2011, p. 48)</p>
<p>MORAL</p>	<p>“tudo o que exige acção, iniciativa, exercício continuado, persistencia, a energia moral por onde as fortes individualidades se afirmam, lhes é impossível.” (VERÍSSIMO, 1887, p.310)</p> <p>“[...] o meio em que se affectuaram os cruzamentos, o ódio à civilização provocado pelas perseguições e não pouco também pelas sugestões dos jesuítas, a falta de educação e, sobre tudo, um clima enervante a vencer e subjugar o homem, uma natureza extraordinariamente prodiga, a ponto de quase cessar a lucta pela vida [...]” (IBID., p.310).</p>	<p>“O trabalho contém forças morais que dignificarão a humanidade do futuro; já existem, mas se é necessário organizá-las, mesmo que interesses criados pelos que vivem na folga se opunham” (IBID., 2004, p. 37)</p> <p>“ Muitos nascem; poucos vivem. São inúmeros os homens que sem personalidade, vegetam moldados pelo meio, como cera modelada no cunho social. Sua moralidade de catecismo e sua inteligência limitada os obrigam a uma disciplina perpétua do pensar e da conduta; sua existência é negativa como</p>

		unidade social”. (IBID., 2011, p. 40).
--	--	--

Fonte: produzido pela autora, 2013.

No quadro 02 tratamos das ideias de indolência e mediocridade apresentadas pelos autores. Tanto Veríssimo quanto Ingenieros destacam o estado de indolência evidenciando o comportamento dos grupos que não seguiam a vida e o trabalho regular, e os projetos de civilização que lhes eram impostos. Assim, a vida nômade e trabalho inconstante podem ser entendidos como formas de resistência que esses grupos vinham exercendo desde a Conquista. Veríssimo aborda as vastas florestas, repletas de caça e terra, ricas em produtos úteis para a sobrevivência, justificando o mínimo esforço para o trabalho e o vício da preguiça. Ingenieros também evidencia a preguiça e a ignorância contribuindo para seres sem ideais e sem nenhuma grandeza. Sobre o homem mediocre, é possível perceber que ambos se assemelham nas concepções destacando o homem como uma sombra projetada pela sociedade, adaptado à rotinas, ociosidade, dogmatismos e uteis para domesticidade.

Quadro 02: Homem Indolente e Homem Mediocre no pensamento de José Veríssimo e José Ingenieros

CATEGORIAS	PENSADORES	
	JOSÉ VERÍSSIMO	JOSÉ INGENIEROS
HOMEM INDOLENTE	<p>“a cópia de rios infinitamente piscosos, a enormidade das florestas repletas de caça e a terra riquíssima de produtos uteis de toda espécie, ahi estão senão justificando, pelo menos explicando a sua indolência, e oferecendo-lhe com o mínimo de trabalho possível, o alimento que os sustenta [...]”. (VERÍSSIMO, 1887, p.311)</p> <p>“A prostituição, que se nota em tão alta escala nas aldeias fundadas por nós, é a consequência forçosa do aldeamento, o qual, trazendo a vida sedentária a homens que</p>	<p>“Fracos por preguiça ou medrosos por ignorância, crescem com paciência, mas em alegria. Tristes, resignados, cétricos, acatam o mal que os rodeia como uma fatalidade, aproveitando-se dele, se puderem. De seres sem ideais, os povos não esperam nenhuma grandeza”. (INGENIEROS, 2004, p. 23)</p> <p>“a preguiça e a inércia fazem germinar a miséria moral; o hábito de folgar suprime nos parasitas a aptidão para o trabalho”. (IBID., p. 33)</p>

	não tem as artes necessárias para viver n'ella. [...] Dahi o desgosto, a preguiça, a ociosidade, que forçosamente corrompem tudo e criam a prostituição, a embriaguez e outros vícios". (IBID., p. 388)	
HOMEM MEDÍOCRE		“O homem medíocre é uma sombra projetada pela sociedade. É essencialmente imitador e está perfeitamente adaptado para viver em rebanho, refletindo as rotinas, preconceitos e dogmatismos reconhecidamente uteis para a domesticidade. [...] sua característica é imitar a todos os que o rodeiam: pensar com a cabeça alheia e ser incapaz de formar ideais”. (INGENIEROS, 2011, p. 48).

Fonte: produzido pela autora, 2013.

No quadro 03 identificamos as propostas de educação e a formação do caráter nas perspectivas de Veríssimo e Ingenieros. Para Veríssimo, o amor à pátria alenta-se do conhecimento, baseando-se nas qualidades morais para formação da nação. A educação do caráter, para ele, não é senão o desenvolvimento do que na pedagogia prática chamamos de cultura moral. Segundo Ingenieros, para chegarmos a um certo nível ético é indispensável a educação intelectual, sem eles pode haver superstições e fanatismos, jamais ideais, os que vivem abaixo desse nível não adquirem essa educação, o homem se torna parasita da sociedade. Não existe, não serve para o povo.

QUADRO 03: Educação e Caráter no pensamento de José Veríssimo e José Ingenieros

CATEGORIAS	PENSADORES	
	JOSÉ VERÍSSIMO	JOSÉ INGENIEROS
EDUCAÇÃO	“A educação não é de certo, como inculcaram apóstolos demasiado convictos, uma panaceia, mas é sem contestação poderosíssimo modificador”. (VERÍSSIMO, 1985, p.73). “ Precisamos ser física, moral e	“Se necessitamos, pois, poetas e prosistas, obra a mais sana e patriótica será estimular seu fecundíssimo trabalho. Seus irmãos nas letras e artes hão de ajudá-los, sem torpes rivalidades [...]. O estado há de protegê-los, e não com menor constancia,

	<p>intelectualmente fortes, e que a humanidade conte conosco. Para isso, porém, carecemos primeiramente ser brasileiros. O amor da pátria alenta-se do conhecimento do seu passado, e do seu presente, e da fé no seu futuro “. (IBID., p.75).</p> <p>“A educação, desde o principio, foi a da indolência e de um fátuo menosprezo do trabalho. A primitiva sociedade, composta de maus elementos, quase não podendo constituir famílias senão pelo concubinato, ocupando-se exclusivamente de interesses materiais e de momento, certo, carecia de requisitos para se ocupar da educação das gerações que iam nascendo. Essa sociedade achou-se logo com um elemento terrivelmente deletério, a escravidão”. (IBID., p. 68)</p> <p>“mole pelo clima, mole pela raça, mole por esta precocidade das funções genésicas, mole pela falta de todo trabalho, de qualquer atividade, o sangue pobre, o caráter nulo ou irritadiço e, por isso, mesmo inconsequente, os sentimentos deflorados e pervertidos, amimado, indisciplinado, mal criado em todo o rigor da palavra – eis como de regra começa o jovem brasileiro a vida”. (IBID., p. 69).</p> <p>“sendo o caráter o conjunto das qualidades morais, a educação do caráter não é senão o desenvolvimento do que, na pedagogia prática, chamamos cultura moral ou, se quiserem, não é senão a generalização desta forma de educação escolar. A educação do caráter,</p>	<p>eficácia e ainda sacrificio que as industas nacionais, posto que não são menos úteis. Enfim, o povo há de amar-los e respeitá-los [...] hora é de que comecemos a apreciar nossos positivos valores culturais, se não queremos viver sempre da imitação estéril e deprimente. A intelectualidade argentina é felizmente rica e poderosa. Só lhe falta para ser grande um fator indispensável: o estímulo social. (IGENIEROS, 1915, p.324).</p> <p>“Para conceber uma perfeição exige-se certo nível ético e é indispensável alguma educação intelectual. Sem eles pode haver fanatismo e superstições, jamais ideais. Os que vivem debaixo desse nível e não adquirem essa educação permanecem sujeitos a dogmas que os outros impõem, escravos de fórmulas paralisadas pela ferrugem do tempo”. (IBID., 2011, p. 37).</p> <p>“a escola é uma ponte entre o lar e a sociedade. Sendo sua finalidade imediata fazer da criança um cidadão, deverá entrar em contato com a própria vida social, com a família, com a rua com o povo.vinculada a seus sentimentos, a seus ideais”.(IBID., 2004, p. 108-109).</p> <p>“a vida escolar deve preparar para a ação cívica [...]. É absurdo carregar a memória de palavras e de datas, sem desenvolver ao mesmo tempo as aptidões físicas do organismo e os sentimentos de solidariedade social”. (IBID., p. 110).</p> <p>“[...] A educacião superior não deve ser vista como un</p>
--	---	--

	<p>entretanto , é, principalmente, fora da escola que se faz. Concorrem para ela não só a educação moral ali recebida em forma de preceitos, de regras, de exemplos, de conselhos, de comentários morais de fatos da vida escolar ou da mesma historia, como a Educação física, que enrija o corpo e solidifica a saúde, garantindo o moral de enervamentos, debilidades e nervosismos; a educação doméstica, por ventura o mais poderoso agente da cultura moral e, finalmente, o meio, isto é, o complexo de forças físicas e morais que sobre nós atuam: a sociedade, a leitura, as festas, a religião, a arte, a literatura, a ciência, o trabalho”. (VERÍSSIMO, 1985, p.73)</p>	<p>privilegio para criar diferenças em favor de poucos elegidos, mas sim como o instrumento colectivo mais apropriado para aumentar a capacidade humana frente a natureza, contribuindo ao bem estar de todos os homens” (s. d., p.289).</p>
<p>CARÁTER</p>	<p>“a feição dominante do carácter desta gente, é uma falta completa, absoluta, de energia e de ação. Todos os seus defeitos decorrem deste e neste se podem resumir”. (IBID., 1887, p. 308).</p> <p>“O seu carácter, como creio ter deixado perceber, carece absolutamente de vigor, e como o carácter não é talvez sinão o conjunto das forças Moraes do individuo, aplicadas ao bem ou ao mal, pode-se dizer, sem arriscar um elogio, que é possível não mereçam, que são de boa índole e de instintos pacíficos[...] uma lei conhecida e assentada a da hereditariedade psicologica; transmitem-se os grandes sofrimentos e passam dos paes aos filhos, influindo sobre o carácter das gerações [...]”. (VERISSIMO, 1887, p.309).</p>	<p>“Quando se perde a livre iniciativa, desaparece o carácter; o homem se torna parasita da sociedade, age por impulso alheio, murcha-se na penumbra. Deixa de ser ele mesmo. Não existe, não serve para o povo, não contribui para o futuro”. (INGENIEROS, 2004, p. 34-35)</p>

Fonte: produzido pela autora, 2013.

Com o intuito de compreender o processo de formação da “raça argentina”, José Ingenieros considerou três variedades étnicas: os euro-argentinos, os mestiços hispano-indígenas e os indígenas propriamente ditos. Os primeiros eram considerados puramente europeus, pois, de acordo com Ingenieros, além de o serem pela raça, também o eram por sua mentalidade; eles eram considerados responsáveis pela independência e pela nacionalidade política argentina.

A segunda variedade corresponderia ao gaúcho, este considerado produto da mescla entre o espanhol e o indígena, cuja principal característica eram os hábitos coloniais. Esse mestiço foi tomado por Ingenieros como essencialmente distinto da porção da sociedade argentina que possuía sangue europeu, não apenas pelos aspectos físicos, mas, principalmente, por sua mentalidade. O terceiro elemento era o autóctone, isto é, as massas indígenas que teriam se mantido totalmente alheias à nova nacionalidade argentina. A partir desse balanço, o autor retomou um tema recorrente em suas obras publicadas no final do século XIX e início do XX: a função civilizatória da imigração europeia.

Para José Veríssimo, no universo social da região amazônica, as populações indígenas cumpriam um papel crucial nas relações sociais e econômicas, influenciavam o mundo amazônico em todos os seus âmbitos, num intenso processo de mestiçagem. É esta mestiçagem, nos cruzamentos entre raças e culturas, que será o objeto de análise do autor. No Império, o indígena sempre foi um tema entre a intelectualidade, desde o Romantismo até a chamada *Geração de 1870*. Esta corrente de intelectuais era ao mesmo tempo teórica e política, estavam preocupados com a realidade nacional e defendiam um reformismo nas estruturas sociais. Sílvio Romero, Araripe Junior e José Veríssimo, comungavam de tais princípios, e formavam os principais nomes da crítica literária ligada ao Naturalismo. O espírito nacional, para Veríssimo, deve ser pensando a partir das raízes históricas do país a partir dos diferentes elementos que o compõem (VERÍSSIMO, 1889, p.13).

Os grupos indígenas são destacados em seus estudos etnográficos e históricos, no tocante à sua participação na história do país, na composição do elemento nacional; a sua contribuição no desenvolvimento da região; e o seu caráter moral mediante o projeto de civilização, pretendido pelos intelectuais. A circulação de cultura indígena, suas influências e o seu caráter, são as preocupações de Veríssimo, assim, ele aponta o estado em que vive o tapuió, índio semi-civilizado que vive num estado de inércia e indiferença. Desta forma, podemos dizer que o caráter e o modo de vida das populações indígenas e mestiças parecem incompreensíveis aos olhos do crítico literário. Por este motivo, os tapuios são encarados

como gentios que precisam de meios que promovam a sua civilização, a fim de transformar sua condição de índio.

No ensaio *As Populações Indígenas e Mestiças da Amazônia – sua linguagem, sua crença e seus costumes*, publicado na revista trimestral do IHGB em 1889 (publicado pela primeira vez em 1878), o autor tece um estudo detalhado e profundo sobre a mestiçagem e a questão racial na região, nele são definidos os traços etnográficos, a história e a situação moral dos tapuios e mamelucos da província do Pará. Segundo o próprio Veríssimo tratava-se de uma “pequena contribuição para o estudo da psicologia do povo brasileiro” (VERÍSSIMO, 1970, 9). Este estudo demonstra em vários aspectos como a mistura de raças está presente na vida da sociedade amazônica, a partir da linguagem, das crenças, usos e costumes, como sugere o próprio título, e quais os possíveis caminhos para frear as influências indígenas na sociedade paraense.

Uma distinção fundamental no texto de Veríssimo é identificar os tipos de índios, aos quais ele se refere. Os índios puros são aqueles anteriores à colonização que viviam sem nenhum contato com a civilização, *brasílio-guarani*. O Tapuio era o índio filho de pais indígenas, mas que recebeu influências da civilização. Este tipo, contemporâneo ao autor, já não tinha era diferente de seus antepassados, havia adquirido hábitos do mundo dos brancos. São raças indígenas semi civilizadas. O tapuio era degradado em relação aos seus antecessores, o contato com o homem branco o fez perder algumas virtudes da raça pura, guardou desta apenas os aspectos selvagens, enquanto que da raça branca incorporou os vícios. Eis como o autor o identifica:

A essa população que habita as margens do grande rio e dos seus numerosos afluentes, vivendo a nossa vida, contribuindo para a nossa receita, trabalhando nas nossas indústrias, e que não é nem o índio puro, o brasílio-guarani, nem o seu descendente em cruzamento com o branco, o mameluco, é que, parece-me, cabe o nome tapuia. (VERÍSSIMO, 1970, p.14).

Neste excerto, logo nas primeiras páginas do *Estudo sobre as populações indígenas e mestiças*, fica claro como essa população tapuia, indígena, estava presente na vida e na economia da região, e o caráter mestiço do tapuio. Os selvagens amazônicos anteriores a colonização, portanto, apesar de sua barbárie, constituía uma raça com algum refinamento na cultura material, uma raça selvagem, mas aperfeiçoável, era uma civilização mais perfeita que

os seus descendentes. Os tapuios, resquícios daquelas tribos, por outro lado, caíram num abatimento moral e numa vida degradante.

Para o autor, a colonização portuguesa e a catequese foram os fatores históricos que comprometeram a civilização dos índios. Nos primeiros tempos, a Conquista foi feita por pessoas em geral ignorantes e de má índole, os primeiros lusitanos que vieram para a Amazônia, eram soldados, criminosos de degredo e aventureiros audazes - “refugo da sociedade portuguesa”, por isso, não souberam lidar com o índio, usando de violência com o nativo. Os missionários também são colocados como culpados pelo insucesso da civilização dos indígenas, a ação jesuítica é condenada, afirma que os padres da Companhia foram falsos missionários, cobiçosos e exploradores do trabalho dos índios.

Assim, ele comenta sobre o legado colonial para as raças do Pará:

Daquela raça selvagem, inferior, perseguida e aviltada pela escravidão e pelo desmembramento de sua rudimentar família, e desta outra civilização superior, porém mal-educada e representada talvez pelo que tinha de pior, provieram o Tapuio e o mameluco, um coagido a viver uma vida artificialmente civilizada e cruzando-se, ou antes, mestiçando-se, se assim posso dizer, pela ação dos meios, o outro seu filho verdadeiro, com todos os defeitos de ambos, e quiçá sem algumas das boas qualidades de nenhuma. (VERÍSSIMO, 1970, p. 20).

O estado do tapuio é lastimável para o autor, trata-se de um índio semicivilizado, com vícios brancos e costumes bárbaros em seu caráter. E ele aponta os desvios morais nos modos de vida do tapuio e do mameluco:

A feição dominante do caráter desta gente é uma falta completa, absoluta, de energia e de ação. Todos os seus defeitos decorrem deste e neste se podem resumir. Vivem sob uma espécie de fatalismo inconsciente, e falece-lhes a ambição de tentar sequer sair desse estado. O tapuio, principalmente por ter, ou por seu gênio esquivo e desconfiado ou por motivo de côr, vivido mais afastado da nossa sociedade, ou ainda porque não tivesse apto para a civilização, ou por tôdas essas causas juntas, chegou a um abatimento moral lastimoso. Para ele não existe o dia de amanhã. O que tem come ou gasta sem cuidar da família, do futuro ou dos dias menos prósperos [...] Tem ambos menos moralidade e menos desse amor-próprio um pouco animal que para o selvagem é a honra. A virgem tapuia ou mameluca desnuda-se ou mal se cobre à vista de um estranho. (Ibid., 1970, p. 21).

Desta forma, o tapuio vivia uma desmoralização dos costumes. Porém, o autor apontava algumas vantagens do tapuio em relação aos seus antepassados, como o

desenvolvimento intelectual dos índios tapuios, que era superior comparado aos índios puros, e também, que eram homens pacíficos e de boa índole (IBID., 1970, p. 22). Contudo, a persistência dos costumes indígenas na sociedade, é entendida como um obstáculo para o advento da civilização, por isso, essas influências precisavam ser exterminadas.

A história da região, portanto, em relação aos índios, foi marcada pela violência dos colonos e ação nefasta dos jesuítas que influenciaram a educação dos índios e de seu processo de civilização. Entretanto, nesse encontro de culturas houve uma inversão de papéis, pelo menos no âmbito cultural, originalidade da região segundo o autor: a raça superior que carregava a civilização deixou-se influenciar em demasia pela raça inferior e selvagem, incorporando seus hábitos e sua linguagem (IBID., 1970, p. 85). E por último, essa mistura de raças associada à falta de civilidade, deu origem aos mestiços e tapuios da Amazônia, que no estado em que se encontravam, constituíam um problema, pois carregando ainda costumes bárbaros e vícios que adquiriam dos brancos, tornaram-se um obstáculo para a civilização.

As preocupações de Veríssimo em relação às populações indígenas levam em consideração, sobretudo, a necessidade de desenvolver a província nas bases do progresso do ponto de vista econômico, e no aspecto social, e construir o modo de vida civilizado entre a sociedade. Nesse sentido, ele ressalta a necessidade de desenvolver outras atividades além da borracha (IBID., 1970, p. 248), e defende a instrução, a educação, como meio profícuo para o desenvolvimento da população. Desta forma, as noções de raça, etnia, sociedade estão diretamente ligadas ao desenvolvimento econômico, e ao grêmio da civilização.

Os tapuios apresentados por Veríssimo se constituíam então numa população indígena mestiça, que intercambiava o mundo não-índio e a sua condição identitária. O elemento indígena que atuava na economia, na produção da cultura, nas questões sociais de ordem, estava no cotidiano exercendo sociabilidades com os demais grupos. A indolência e a indiferença criticadas pelo autor dizem respeito ao comportamento desses grupos. Estes, por seu turno, não seguiam a vida e o trabalho regular que os projetos de civilização queriam lhes impor, assim, a sua vida nômade e labor inconstante pode ser entendido como formas de resistência que esses grupos vinham exercendo desde a Conquista. Logicamente, conflitos violentos estão imbricados nessas relações de combate ao modo de vida indígena, que não cabem ser abordados neste momento. Contudo, os tais hábitos selvagens continuavam a se alastrar pela sociedade em geral. Os trechos abaixo tratam dessa questão:

A cópia de rios infinitamente piscosos, a enormidade das florestas repletas de caça e a terra riquíssima de produtos uteis de toda espécie, ahi estão senão

justificando, pelo menos explicando a sua **indolência**, e oferecendo-lhe com o mínimo de trabalho possível, o alimento que os sustenta [...]. (VERÍSSIMO, 1887, p.311, grifo nosso).

A prostituição, que se nota em tão alta escala nas aldeias fundadas por nós, é a consequência forçosa do aldeamento, o qual, trazendo a vida sedentária a homens que não tem as artes necessárias para viver n'ella. (...) Dahi o **desgosto, a preguiça, a ociosidade**, que forçosamente corrompem tudo e criam a prostituição, a embriaguez e outros vícios. (VERÍSSIMO, 1887, p. 388, grifo nosso).

Diante do profundo estado de degradação que o autor atribui ao tapuio e as raças cruzadas em geral, as soluções apresentadas para o problema das raças cruzadas do Pará, sofreu modificações. Num primeiro momento ele defende que os únicos meios de melhorar a condição desta população será através da educação e dos cruzamentos. O cruzamento é aconselhado sob dois princípios: ser uma raça enérgica, boa e efetuar-se em um meio educador. Nesses termos, ele associa a superioridade racial, pois a raça superior certamente faria a raça inferior (selvagem) sucumbir, à educação, como meio de civilizar os indivíduos. Veríssimo revela que,

A educação, desde o princípio, foi a da indolência e de um fátuo menos prezo do trabalho. A primitiva sociedade, composta de maus elementos, quase não podendo constituir famílias senão pelo concubinato, ocupando-se exclusivamente de interesses materiais e de momento, certo, carecia de requisitos para se ocupar da educação das gerações que iam nascendo. Essa sociedade achou-se logo com um elemento terrivelmente deletério, a escravidão. (IBID.,1887, p. 68).

Em resumo, no conjunto de seu pensamento, podemos dizer que ele sempre priorizou a educação, entendida como formação moral, sobrepondo-a à instrução, defendendo uma almejada unidade entre a instrução (a ciência) e a educação (a moral). É importante destacar que foi na passagem da Monarquia para a República, em clima de euforia e, ao mesmo tempo, de desilusão com a implantação do novo sistema de governo, que Veríssimo escreve *A Educação Nacional*. Elaborada a partir de uma crítica devastadora ao sistema educativo de então, essa obra vinha propor explicitamente uma contribuição às mudanças que deveriam se processar com o regime republicano.

A primeira edição da obra foi publicada no Pará, em 1890, logo após a proclamação da República e a implementação da reforma na área educacional, levada à frente por Benjamin Constant, então ministro da nova Pasta da Instrução pública. A segunda edição foi

publicada no Rio de Janeiro, em 1906, pela livraria Francisco Alves. Esta obra contou ainda com uma terceira edição em 1985, data da implantação da Nova República, o que vem demonstrar a importância e a atualidade das questões nela tratadas. Esta terceira edição conta com o prefácio do crítico literário João Alexandre Barbosa. Nesta reedição, o autor inclui uma extensa introdução, apresentando um balanço extremamente crítica das primeiras medidas executadas pela administração de Benjamin Constant.

No que diz respeito ao conteúdo, Veríssimo inicia a introdução da primeira edição de *A Educação Nacional* sob uma posição cética com relação ao tipo de República implantada no país. Como a República brasileira havia se estruturado a partir da simples mudança da forma de governo, desconsiderando o elemento povo, único que poderia mudar radicalmente a nação, ele não dava crédito à proposta republicana brasileira de regeneração do país, pois defendia que a transformação absoluta do Brasil se efetivaria a partir do povo. Somente a reforma e a restauração do povo, da nação, poderiam levar à transformação e construção de um Brasil moderno. Para tanto, Veríssimo julgava existir um só meio infalível, certo e seguro: a educação.

Para a implantação da reforma da educação nacional, este intelectual considerava fundamental a construção e o fortalecimento de um sentimento que o povo brasileiro não dispunha, o sentimento nacional, que, para o autor, se distinguia de caráter nacional. Estabelecendo a comparação entre Brasil e Estados Unidos, Veríssimo passa a desenvolver a diferenciação de caráter e sentimento nacional.

No Brasil, graças à unidade de raça, formada pelo cruzamento do índio, português e negros, à unidade da língua e da religião, enfim, graças às influências das tradições portuguesas, o caráter nacional era, incontestavelmente, mais intenso do que nos Estados Unidos, onde, segundo Veríssimo, tal caráter era inexistente, pois os elementos étnicos e sociais eram muito diversos e desencontrados: havia o alemão, o saxônio, o luterano ou evangélico, o inglês, anglo-saxônico, presbiteriano ou anglicano, o irlandês, o celto-bretão, o católico, além do francês, do negro e do holandês, sem contar com o índio e o chinês, quase eliminados. Cada um guardava sua língua, ou dialeto, e ainda sua literatura e tradições. Embora o caráter nacional estivesse ausente, esse amálgama pôde produzir uma grande nação. Essa grandeza nacional, segundo o autor, era fruto da força do sentimento nacional. O contrário acontecia com o caso brasileiro.

O sentimento nacional norte-americano, segundo Veríssimo, estava alimentado por um orgulho nacional, fruto da prosperidade oriunda da extensa migração, pela abundância de excelentes terras e pelo progresso material. Já no Brasil, assinala o autor, não havia nada,

desgraçadamente, de que se orgulhar. Reportando-se à observação de Sílvio Romero em *História da Literatura Brasileira*, ele aponta que enquanto nos outros países seus grandes homens, suas grandes obras, seus poetas, sábios, estadistas eminentes e escritores eram citados com vaidade, no Brasil, a inspiração estava centrada na natureza, a qual era a base de nossa vanglória, de nosso orgulho. Expressões como o "majestoso Amazonas", as "soberbas florestas", os "rios gigantes", as "montanhas que tocam as nuvens" eram frequentemente utilizadas nas então referências nacionais.

De acordo com o autor, nunca foi dada à escola brasileira a verdadeira importância social. Permanecendo isolada na esfera da instrução primária, a escola no Brasil não teve a mínima influência na formação do caráter nacional, nem no desenvolvimento do sentimento nacional. Essa falta de brasileirismo, segundo Veríssimo, era resultado da enorme e irregular extensão do país comparada com sua escassa população, isolada em localidades, primeiramente nas capitanias e depois nas províncias.

Assim, os habitantes que aqui viviam estavam alheios ao país; desenvolviam-se neles o sentimento local como o de pátria: havia baianos, paulistas, paraenses, mas quase nunca o brasileiro. A falta de vias de comunicação e a carestia da população, além de contribuir para esses localismos, impediam também a circulação pelo território e o conhecimento do país. Não só era difícil encontrar um brasileiro que tivesse, por prazer ou por instrução, viajado pelo Brasil como também, durante muito tempo Portugal, Lisboa e Coimbra representavam as capitais intelectuais do país.

Conforme Veríssimo, o desconhecimento do Brasil e o isolamento entre as províncias foram mantidos em virtude da ausência de uma organização da educação pública. Pessimamente organizada, a educação nacional não buscou jamais ter uma função integradora do espírito brasileiro. Jamais procurou, diferentemente dos Estados Unidos, ser utilizada para reduzir e atalhar o espírito local. A pátria brasileira era tratada da mesma forma como eram tratadas as outras terras, sem individualidade ou afetividade.

Acrescentava-se a este fato a saída de muitas crianças brasileiras para realizarem seus estudos fora do país, as quais, ao retomarem, tornavam-se cidadãos inúteis, alheios e ignorantes à realidade da própria pátria. Nada colaborava para amenizar essa situação, nem mesmo havia, segundo ele, museus, monumentos e festas nacionais. A população brasileira, composta por um alto índice de iletrados (84% da população), não encontrava nada que falasse de pátria, nem mesmo a educação nacional.

Em função dessa indiferença pelas coisas nacionais, o autor salienta a pobreza da literatura nacional: o jornalismo pouco, ou raramente, ocupava-se do Brasil; revistas que

divulgassem para todo o Brasil os trabalhos dos intelectuais e artistas eram inexistentes, assim como ilustrações sobre as diversas paisagens brasileiras; livros ou qualquer outro produto nacional eram mais difíceis de serem encontrados do que qualquer obra estrangeira, mesmo de origem alemã ou italiana; somente o Rio de Janeiro possuía publicação de livros e periódicos, as raras e poucas publicações nas províncias não circulavam pelo país, eram para os brasileiros como se fossem publicadas na China. Essa triste realidade, como bem ressalta Veríssimo, vinha afirmar a nossa total ignorância sobre nós mesmos e a extrema pobreza, ou mesmo falta, do sentimento nacional.

Para livrar o país dessa ignorância e construir a identidade nacional, o autor propõe como principal objetivo a ser alcançado pelos estadistas brasileiros a criação da educação nacional e a difusão e exaltação da instrução pública. Ambas, instrução pública e educação nacional permitiriam combater os espíritos separatistas, despertar o espírito da pátria e colocar acima do princípio federalista a unidade moral da nação. Para o fortalecimento desta proposta, Veríssimo lança mão dos exemplos de regeneração nacional da França e da Itália.

Segundo ele, nesses países, a restauração nacional foi realizada através da educação pública. Na Itália foi fruto da atividade de seus escritores, poetas, publicistas, oradores e professores; resultado de um grande trabalho de uma nova educação, realizada não apenas nas escolas, mas também nas universidades, na imprensa e nos livros. A França, após a mutilação de seu território, e fundamentalmente vencida no seu orgulho pelo conflito franco-prussiano, foi para a educação pública que se voltou, enviando para a Alemanha missões oficiais, professores e pedagogos para estudarem a teoria e prática do ensino público de seu país. O mesmo ocorreu com a Inglaterra, os Estados Unidos, a Suécia, a Holanda e a Suíça. Nesses países, enfatiza o autor, a educação pública foi tratada da mesma maneira com que eram tratados os assuntos da reorganização militar.

Faltava, portanto, ao Brasil esse espírito reformador. Desta forma, Veríssimo, em *A Educação Nacional*, vem defender a proposta de regeneração do país, através da implementação de uma política educacional pautada na educação nacional e na instrução pública. Como forma de fortalecimento do espírito brasileiro, já tão enfraquecido, era necessário modernizar e nacionalizar a instrução pública. Esta obra, na edição de 1890, contou com sete capítulos: "A Educação Nacional"; "As Características Brasileiras"; "A Educação do Caráter"; "A Educação Physica"; "A Geografia Pátria e a Educação Nacional"; "A História Pátria e a Educação Nacional" e "O Brasil e os Estados Unidos".

No primeiro capítulo, o autor apresenta e aprofunda a situação dos três ramos, primário, secundário e superior, da educação nacional no Brasil, para demonstrar a total falta

de preocupação com o conhecimento do país e a ausência, sobretudo, da educação cívica e patriótica. No segundo capítulo, o autor conclui que as características dominantes do caráter brasileiro estavam sustentadas pela indiferença, pelo desânimo, pela passividade e pela fraqueza com as coisas nacionais.

Buscando combater o que deprimia em nosso caráter e produzir ao mesmo tempo, as qualidades contrárias, Veríssimo desenvolve o terceiro capítulo, destacando a importância da educação do caráter brasileiro como a forma mais elevada de educação nacional, elemento indispensável para os mais altos interesses de constituição da pátria brasileira. No quarto capítulo, defende a introdução da educação física no sistema geral de ensino brasileiro, como uma das maneiras de fortalecimento das características físicas da nação. No quinto e sexto capítulo discorre sobre o estado em que se encontrava o ensino de Geografia e de História no Brasil e defende a necessidade de modernização desses campos de saber, uma vez que eram fundamentais para o conhecimento da história e da geografia brasileiras. Por fim, no último capítulo, o autor procura nos Estados Unidos o que de melhor pudessem apresentar como modelo de construção do sentimento e unidade nacionais.

Embora reconheça a riqueza norte-americana com relação à questão nacional, Veríssimo não advoga em favor da simples cópia de seu modelo educativo. Ao contrário, defende o estudo aprofundado desse modelo, mais a conservação e o desenvolvimento do que nos é peculiar, da nossa originalidade brasileira, do nosso caráter nacional, dos nossos costumes e do nosso afeto com as coisas nacionais. Só assim, firmando nossas características, poderíamos conquistar nossa independência.

A segunda edição de *A Educação Nacional*, de 1906, contou com o acréscimo de um capítulo sobre a educação da mulher brasileira. Conforme Veríssimo, em função da nossa herança cultural ibérica, havíamos herdado repugnantes tradições, como a clausura, conventos, humilhações em geral do ser feminino, confinado aos doces e às longas orações. Objetivando combater essas tradições, o autor defendia a extensão da instrução integral e enciclopédica à mulher, que deveria adquirir, assim como os homens, conhecimentos de química, língua e literatura nacionais, educação artística, geografia e história geral e do Brasil.

Além do capítulo dedicado à educação da mulher, essa reedição contou, conforme já mencionado anteriormente, com uma nova e longa introdução, intitulada *A Instrução no Brasil Atualmente*. Esta introdução reproduz extensamente o texto escrito pelo autor para o *Jornal do Brasil*, em 1892. Veríssimo manifesta abertamente a decepção com as reformas introduzidas pelo governo republicano, sobretudo através da ação de Benjamin Constant. Segundo o autor, embora Benjamin Constant fosse, além de educador, um dos fomentadores

das novas instituições, ele havia sido transferido, por conveniências políticas, do Ministério da Guerra para o recém-criado *Ministério da Instrução Pública, Correios e Telégrafos* sem que estivesse preparado para o cargo.

As reformas de Benjamin Constant e seus muitos regulamentos acabaram não se realizando. Conforme Veríssimo, embora a reformulação da educação tenha atingido a instrução pública por completo, desde a primária do então Distrito Federal até a superior, e tenha tido o mérito de criar um movimento a favor do ensino público, um estímulo à nação pela demonstração de preocupação do novo regime com a cultura do Brasil, não havia conseguido implementar melhorias com relação à qualidade educacional.

A terceira edição de *A Educação Nacional* foi publicada em 1985, data da implantação da Nova República. Esta última publicação foi acrescida de uma nova introdução especialmente preparada pelo crítico literário João Alexandre Barbosa, um dos mais importante estudiosos contemporâneos da obra de José Verissimo.

De acordo com Barbosa (VERÍSSIMO, 1985, pp.7-8), já nos primeiros textos do intelectual paraense, publicados entre 1878 e 1890, predominava o esforço de entender o estado intelectual e cultural do país, seja nos estudos etnográficos, seja nos ensaios críticos sobre literatura brasileira. Já se apresentava evidente para Veríssimo a ausência de sentimento patriótico da maioria da população brasileira e a “artificialidade da vida das nossas capitais dominadas por elementos estrangeiros”, fatores que, combinados, explicariam a indiferença do público leitor pelos “escritos exclusiva e essencialmente brasileiros” e que, por sua vez, derivam tanto da formação mestiça como da “falta absoluta de educação nacional”.

Em seu livro, José Veríssimo teve a oportunidade de materializar algumas de suas reflexões sobre a educação brasileira. Concorreram, para tanto, as experiências acumuladas à frente do Colégio Americano, em Belém e o conhecimento adquirido na direção da Instrução Pública do Pará. Mas, sem dúvida, nas frases arrancadas dos livros que leu, Veríssimo também encontrou instrumentos importantes para a formulação de suas idéias. Veríssimo sugeria, também em *A Educação Nacional*, que os literatos brasileiros não vinham cumprindo a tarefa que lhes cabia de mostrar o Brasil aos brasileiros e, portanto, de agirem como formadores da cultura e da consciência nacional (IBID., 1985, p.45)

A dedicação do crítico literário José Veríssimo à educação, portanto, deriva justamente do reconhecimento de que, tendo a literatura discretamente declinado da missão civilizadora, caberia à educação formal assumir o encargo de formar o homem brasileiro. Na Introdução de *A educação nacional* ele se mostra, como muitos políticos e homens de letras de sua época, desanimado com o estado material e moral de uma República que não dava

sinais de que poderia realizar as promessas de seus propagandistas. De fato, marcados pela ditadura militar, os primeiros anos da República passaram longe da ordem e do progresso.

A Educação Nacional, ao propor um novo programa para a educação brasileira, passou a ser uma referência importante no projeto de construção do Brasil-Nação. Nessa obra, a filosofia da educação, a pedagogia e a própria experiência do autor possibilitaram a formação de uma rede importante de conceitos, propostas e objetivos fundamentais, não apenas para o setor educacional em geral, mas, sobretudo, para a utilização da educação como fator de construção e renovação nacional. Tinha a intenção de denunciar a falta absoluta da educação nacional e apresentar uma saída para o país.

Tratada com destaque, a educação difundida pela família, pela escola ou pela literatura foi uma bandeira de luta que encontrou no autor um grande defensor. Dentre outras coisas, a mesma foi traduzida por José Veríssimo como um meio privilegiado de uma vasta empreitada para a construção no país da democracia idealizada sobre o parâmetro não só do progresso, mas também da ordem social, traduzidos como ideais de vida com a implantação da República.

Como questão fundamental destaca-se, nesta defesa, um objetivo a ser alcançado na pátria: a luta pela gestação do homem compreendido como cidadão – um ser carregado de “bons” sentimentos morais – e como indivíduo trabalhador, identificado, no Brasil, pela forma já constituída na Europa como exercício do trabalho livre em negação ao trabalho escravo. Voltada principalmente para a formação do “homem brasileiro”, expressado como um ser trabalhador e cidadão, a educação nacional deveria contribuir, para José Veríssimo, não só para a difusão da instrução, mas, preferencialmente, para a gestação de sentimentos novos no país como unidade nacional, altruísmo, amor ao trabalho e à ordem. É no processo da luta pela formação destes sentimentos no povo brasileiro que o autor prioriza o papel da educação.

Vale observar, aqui, que a obra de José Veríssimo, ao fazer a defesa da educação nacional como uma questão primordial para o Brasil no início da instalação do regime político republicano no país, ajuda, na pesquisa voltada para a história e a filosofia da educação, a entender não só o esforço dos homens para operacionalização da educação escolar para todos, mas, permite compreender, também, aquilo que lhe dá forma, ou seja, a luta pela ordenação do Estado.

A defesa da educação nacional está diretamente ligada à defesa da ordem produtiva regida pelo capital e pela interiorização da consciência que lhe dá forma. Por não compreender a história em curso ele deriva a teoria da educação de condições morais

fundadas sobre princípios subjetivos de justiça, de bondade, de ordem natural, de patriotismo que ele quer presente na pátria. O sentimento de amor nacional, como princípio maior da educação, deve ser estimulado na escola e permear toda a instrução numa busca de unidade entre ciência e moral. Ciência e sentimento patriótico se unem na educação proposta pelo autor.

O ensino da “história pátria” deve ser, para o autor, outro estímulo para o desenvolvimento do patriotismo. Na sua obra, a história está sempre ligada ao desenvolvimento do sentimento patriótico, vale dizer, voltada para a valoração moral de um amor maior que o individualismo possessivo apregoado pelo liberalismo clássico de autores como Hobbes e Locke. O objetivo do ensino da história, portanto, é o desenvolvimento de um forte sentimento de nacionalidade (uma ideia abstrata de conjunto), de interesse dirigido pelo patriotismo em negação à ideia de indivíduo, de posse privada, de lucro, ou seja, de questões históricas que norteiam, de fato, a prática produtiva burguesa.

Didaticamente José Veríssimo busca convencer o leitor de suas obras que a formação de um sentimento de unidade nacional no povo é o verdadeiro ato de educar para o progresso:

Porque não é somente nas escolas ou pelo estudo dos autores e documentos que se pode estudar a história pátria. O mínimo ao menos do conhecimento do passado nacional indispensável ao cidadão de um país livre e civilizado, e, por acaso, o que mais importa saber para despertar nelle os fecundos estímulos do sentimento pátrio, há outros meios que o ensinam. Os monumentos, os museus, as colleções archeológicas e históricas, essas construcções que os nossos antepassados com tanta propriedade chamam memórias, portanto, e, em última analyse, nacional (VERÍSSIMO, 1985, p.101).

O escritor buscou corrigir os “erros do passado”. Neste esforço, afirmou que no estado brasileiro republicano, à escassez do sentimento patriótico, fez o povo esquecer o passado o que encerra, para o futuro, grandes e graves perigos.

Considerada um ser mais sensível que inteligente, a mulher, nos escritos de José Veríssimo sobre educação, mereceu papel de destaque naquilo que deve ser assumido como questão fundamental na República: a educação. Ela foi apresentada como educadora por natureza e, neste sentido, uma figura imprescindível na formação moral do cidadão a ser desenvolvida, sobretudo, no período da primeira educação escolar do homem. Educação geral é o que José Veríssimo pleiteou para as mulheres enquanto que aos homens ficou reservado o direito de ascenderem aos estudos de disciplinas voltadas para o conhecimento científico. O

seu programa de educação feminina se expressa centrado na socialização de uma cultura geral permeada pela ênfase moral.

Assim como Veríssimo, Ingenieros manifesta seu pensamento sobre a educação para superação do atraso e da barbárie. Neste sentido, ele destaca que,

Para conceber uma perfeição exige-se certo nível ético e é indispensável alguma educação intelectual. Sem eles pode haver fanatismo e superstições, jamais ideais. Os que vivem debaixo desse nível e não adquirem essa educação permanecem sujeitos a dogmas que os outros impõem, escravos de fórmulas paralisadas pela ferrugem do tempo. (INGENIEROS, 2011, p. 37).

A vida escolar deve preparar para a ação cívica. [...]. É absurdo carregar a memória de palavras e de datas, sem desenvolver ao mesmo tempo as aptidões físicas do organismo e os sentimentos de solidariedade social. (IBID., p. 110).

Para que possamos compreender como José Ingenieros definiu a questão nacional, é necessário analisar as mudanças que aconteceram em sua vida política e intelectual a partir da primeira década do século XX. Em 1911, ele ocupou a cátedra de Medicina Legal na Faculdade de Medicina de Buenos Aires, renunciou ao cargo que já ocupava no Instituto de Criminologia, fechou seu consultório médico, repartiu sua biblioteca entre os amigos e abandonou o país, iniciando um período de autoexílio na Europa.

Durante sua estada na Europa publicou o livro *El hombre mediocre*, cuja primeira edição foi lançada em 1913 na cidade de Madri. Ainda hoje, essa obra é considerada de suma importância pelos estudiosos de Ingenieros, uma vez que agrega os elementos teóricos que rompem com seu pensamento anterior, tais como o crescimento da noção de ideal e o progressivo abandono dos escritos criminológicos e psiquiátricos, substituídos pela abordagem de temas filosóficos. Inscreve-se em um movimento político cultural universal de renovação de ideais e valores, frente aos quais se levantam velhos fantasmas da rotina, da domesticação, o medo do novo, a mentira, a ignorância e o convencionalismo.

Nessa particular linha de interpretação culturalista e eticista, podem rastrear os sinais indeléveis que deixou em sua formação cultural de sua juventude o modernismo vanguardista e anarquizante com seu retrocesso vital do predomínio “materialista” e repetitivo do valor da transformação e também o arielismo tão presente em *El hombre mediocre*.

Nesta obra (nas que tiveram grande influência suas polêmicas com o presidente Roque Sáenz Peña), surgida de um curso de 1910 na Faculdade de Filosofia, Ingenieros

estigmatizava sem piedade o partidário da rotina e o espírito conservador, ao domesticado e ao sumiço, ao mesmo tempo reivindicava aos idealistas, resumidos no personagem Ariel, o intelectual, que Rodó tomou de William Shakespeare – “mentalidade tradicionalista”.

Esquemáticamente, *El hombre mediocre* foi estruturado em torno da seguinte sequência temática: a definição do ideal e sua função social; a determinação do sujeito social portador do mesmo; a contraposição ao ideal, representada pela mediocridade, e os momentos históricos em que esta impera, até chegar aos efeitos políticos implicados por essas noções. José Ingenieros argumentava que o oposto binário do ideal estaria configurado pela imitação, apontada como um traço distintivo da mediocridade. O homem medíocre seria, então, aquele incapaz de produzir ideais, cuja índole mimética permitia sua adaptação para viver em “rebanhos”, pois, para o autor, os medíocres pretendiam suprir com a força do número suas debilidades individuais. À esse respeito observa que

O homem medíocre é uma sombra projetada pela sociedade. É essencialmente imitador e está perfeitamente adaptado para viver em rebanho, refletindo as rotinas, preconceitos e dogmatismos reconhecidamente úteis para a domesticidade. [...] sua característica é imitar a todos os que o rodeiam: pensar com a cabeça alheia e ser incapaz de formar ideais. (INGENIEROS, 2011, p. 48).

fracos por preguiça ou medrosos por ignorância, crescem com paciência, mas em alegria. Tristes, resignados, céticos, acatam o mal que os rodeia como uma fatalidade, aproveitando-se dele, se puderem. De seres sem ideais, os povos não esperam nenhuma grandeza. (ID., 2004, p. 23).

Nesse sistema de forças e valores enunciados por Ingenieros, a igualdade seria a inimiga do progresso, que surgiria da dialética entre o impulso dos idealistas e o lastro dos medíocres, os quais atuariam como um contrapeso conservador afastando os extremismos que poderiam desagregar a sociedade. No entanto, o intelectual argentino advertia que os medíocres poderiam tornar-se perigosos. Isso ocorreria quando excedessem a sua função de equilíbrio e expandissem seus valores até transformá-los num sistema de vida e governo, ao qual o autor chamou de *mediocracia*. Voltando às circunstâncias em que esse intelectual escreveu a referida obra, podemos concluir que seu texto está repleto de referências, tanto silenciosas quanto explícitas, à figura do presidente Sáenz Peña e ao clima que, segundo Ingenieros, envolvia sua gestão de governo.

Da leitura de *As forças Morais* surge a ideia de que José Ingenieros tenta, segundo palavras de seu prólogo, fazer uma série de “sermões laicos” que foram publicados em

diferentes revistas estudantis e universitárias entre 1918 e 1923, quinquênio que em seu entender seria gerador de um novo espírito em nossa América Latina. Cada geração renova seus ideais, nos manifesta o autor e a perguntas que nos fazemos é: as novas gerações os renovaram, os mantiveram, os transformaram ou os perderam? Quando se perde a livre iniciativa, observa o autor, desaparece o caráter; o homem se torna parasita da sociedade, age por impulso alheio, murcha-se na penumbra. Deixa de ser ele mesmo. Não existe, não serve para o povo, não contribui para o futuro”. (INGENIEROS, 2004, p. 34-35). E complementa que

Muitos nascem; poucos vivem. São inúmeros os homens que sem personalidade, vegetam moldados pelo meio, como cera modelada no cunho social. Sua moralidade de catecismo e sua inteligência limitada os obrigam a uma disciplina perpétua do pensar e da conduta; sua existência é negativa como unidade social. (ID., 2011, p. 40).

As forças morais, como se titulará um de seus melhores livros onde reúne seus sermões laicos aos estudantes e os valores humanistas da revolução, que estendem para Ingenieros uma nova ética integral, absolutamente irreduzível “aos interesses mercantis”, ao valor de transformação e ao reino selvagem da mercadoria.

Pode-se dizer que um texto emblemático da produção intelectual de Ingenieros referente a esse período foi *El suicidio de los bárbaros*, escrito poucas semanas depois do início da Primeira Guerra Mundial. A novidade nessa proposição está no fato de Ingenieros utilizar noções de caráter negativo, como barbárie e feudalismo, para se referir-se à realidade europeia, a qual, até então, fora apontada pelo autor como exemplo de civilização e progresso. Nesse ínterim, o europeísmo, considerado anteriormente como um núcleo importante da produção intelectual de Ingenieros, foi rompido a partir da crise instaurada naquele continente desde o início da guerra.

José Ingenieros voltou seu olhar para aquilo que considerava genuinamente argentino e, com o objetivo de organizar a cultura nacional, criou no país dois órgãos intelectuais nos quais expressou suas novas preocupações: a *Revista de Filosofía, Cultura, Ciencias y Educación* e *La Cultura Argentina*, uma editora pela qual Ingenieros publicava as mais importantes obras da cultura nacional a preços baixos com o intuito de atrair maior público leitor.

Outro resultado do afã de Ingenieros em organizar a cultura nacional foi a *Revista de Filosofía, Cultura, Ciencias y Educación* ou apenas *Revista de Filosofía*, como ficou mais conhecida. Ingenieros discutia de que forma se havia originado a “raça argentina”, à qual atribuía o caráter conformador da “argentinidade”. O autor concebia a história das raças na América, a partir do século XVI, como “uma progressiva substituição das raças indígenas pelas raças brancas europeias” (ID., 1915, p.464), mas advertia, em *La formación de una raza argentina*, que tal substituição não ocorreria uniformemente em todas as regiões do continente americano.

O intelectual argentino definia a nação a partir do momento em que um grupo de homens que viviam em uma região qualquer da superfície da Terra, adaptando-se às peculiaridades de sua natureza e à prática de determinados costumes, adquiria modos homogêneos de viver e pensar, dos quais resultaria o sentimento coletivo de solidariedades material e moral, consideradas pelo autor como características sociológicas da nação. Seguindo essa perspectiva, argumenta que apenas a partir da homogeneidade social e cultural poderia se constituir uma nação e pelo conceito de “raça argentina” referia-se a uma sociedade homogênea, tanto nos costumes quanto nos ideais.

Cremos que o modernismo latino-americano se escondia ainda baixo suas “máscaras” aristocratizantes, um repúdio sano, vital e plenamente justificado do avanço imperial norte americano e do burguês que, em nome da modernização e do “progresso”, terminou na Argentina, não só aniquilando todas as resistências sociais que rebatiam incorporar-se ao capitalismo (o índio, o gaúcho, o anarquista, etc.), mas também subordinando brutalmente a cultura a todos os dito burgueses mais mundanos do Estado- nação em formação e do mercado capitalista em expansão.

Essa vertente rebelde, antiburguesa e antiimperialista, com fortes tonalidades libertárias, constitui provavelmente o mais rico desta constelação ideológica na que se inscreve grande parte da produção de Ingenieros. Não obstante e ao mesmo tempo, não podemos esquecer que seu pensamento encerra outra negação sumamente atrativa para uma leitura contemporânea. Pois, mais além do seu elitismo, *O homem medíocre* e *As forças morais* condensam, além do já analisado *Os tempos novos* o juvenilismo, a crítica libertaria da burocratização (rotineira e hierárquica) da vida moderna e o romantismo eticista que marcou a foga o ideal da reforma.

Um ponto coincidente entre a produção de Ingenieros e Veríssimo reside sobre a questão educacional. José Veríssimo havia se mostrado durante sua trajetória intelectual preocupado com a função da educação diante da construção da nação brasileira; Ingenieros,

por sua vez, acena nessa direção, mas o faz alguns anos depois e de outro patamar, pois, se o alvo de Veríssimo eram as escolas primárias, para Ingenieros importavam as universidades.

Assim, em 1916, apresentou, durante o II Congreso Científico Pan-americano, um relatório sobre *La filosofía científica en la organización de las universidades*, que mais tarde deu origem à obra *La universidad del porvenir*. Segundo Terán (1979, p. 93), “esse escrito, autêntico precursor teórico da Reforma Universitária, expressava nitidamente o modo como a universidade era concebida, como uma engrenagem vital dentro do projeto nacional”. Ingenieros constatava que, àquela época, as universidades constituíam espaços enclausurados e alheios à sociedade global e propunha que elas deveriam estender-se a toda a sociedade, o que possibilitaria elevar a cultura da sociedade argentina:

[...] a educação superior não deve ver-se como um privilégio para criar diferenças em favor de poucos eleitos, sim como instrumento coletivo mais apropriado para aumentar a capacidade humana frente à natureza, contribuindo ao bem estar de todos os homens. (TERAN, 1979, p.289)

Se comparadas a produção intelectual de José Veríssimo e a de José Ingenieros, evidenciam grande afinidade temática. Nos seus últimos anos, o discurso de Ingenieros, agora um intelectual já maduro, com ideias bem definidas, enunciava uma transferência, ainda que lenta, “do europeísmo para um novo modelo europeizado”, porém instalado na América. A questão nacional mostrou-se marcada não apenas pelos elementos raciais, como ocorrera no início de seus escritos, mas também pela cultura e pela moral.

4.4.1 A leitura racial europeia em Veríssimo e Ingenieros

Diante da ameaça representada pela heterogeneidade social, a elite política e intelectual de tendência liberal via a necessidade da afirmação da nacionalidade e buscava novos meios de redefini-la. Não é menos certo que desde os meados do século XIX, e daí por diante, surgiram em vários países da América Latina, pensadores, historiadores e ensaístas que voltaram seu pensamento para problemas demográficos, econômicos e políticos, e procuraram examinar, à luz de doutrinas correntes na época, aspectos importantes da vida nacional. As ideias de Auguste Comte, o evolucionismo de H. Spencer e as teorias raciais e

antropogeográficas circulavam pelo continente, marcando com suas influências, tumultuárias senão contraditórias, numerosos trabalhos histórico-sociais.

Dos estudos histórico-sociais que incidiam sobre esses países e seus problemas, não é menos certo que em obras, como as de José Ingenieros, e, particularmente, *Sociologia argentina* (1910), "uma vasta e apreciável obra de teoria sociológica, sob a inspiração das ideias, principalmente, de Spencer e Taine ", o que se pretendia, seria opor uma sociologia "argentina", nacional, à sociologia francesa, alemã ou norte-americana, assim denominadas, aliás com grande impropriedade, para designar as correntes ou movimentos de ideias sociológicas na França, Alemanha e nos Estados Unidos que já constituíam então os principais centros de estudos e investigações sociológicas.

Certamente o positivismo comteano domina, em cada um desses países, uma corrente de pensamento, como o evolucionismo spenceriano inspira, na América Latina, numerosos autores. Positivismo e evolucionismo chocam-se, opõem-se e às vezes mesmo se misturam, produzindo movimentos de ideias que se desenvolvem mais ou menos sob a influência e na direção de correntes de pensamento que, irradiando-se da Europa, se espalham pela América e tiveram grande repercussão.

Influenciados pelo Positivismo e pelo Evolucionismo em voga na época, José Veríssimo destacou-se juntamente com Silvio Romero e Araripe Junior, formando no final do século XIX o conjunto de críticos literários brasileiros de grande expressão da era naturalista, eles analisaram em muitas de suas obras a constituição do pensamento social brasileiro a partir da década de 1870, quando havia uma forte preocupação com o desenvolvimento e o progresso do Brasil enquanto uma "nação mestiça".

Desde meados do Oitocentos a questão racial vinha sendo apontada como um símbolo de identidade nacional, que através da literatura romântica ganhava ênfase com a exaltação do indígena como a figura que melhor designava o habitante natural da nação. Sob as óticas positivista e evolucionista que sustentavam a tese de um racismo científico vindo da Europa, a grande quantidade de mestiços no seio da população brasileira, oriunda da miscigenação entre índios, negros e brancos, foi interpretada como empecilho à civilização e uma das causas do atraso político-econômico da nação. A mestiçagem refletia então no campo da literatura e da ciência, como fator de degeneração das raças e, como tal produziria um tipo racial física e psicologicamente inferior àqueles que lhe deram origem.

Em alguns de seus ensaios exaltando a exuberância da Amazônia, é possível perceber que ao narrar os costumes e o modo de vida da gente índia e, sobretudo das gentes mestiças do local, considerada por ele, pouco ou quase nada civilizada, o autor enfatiza que, lentamente

conseguiriam superar tal estágio de “selvageria” em que se encontravam, na medida que fosse intensificada a mistura com o branco “civilizado”.

José Veríssimo trazia provavelmente na sua formação biocultural uma certa descendência mestiça, fato que talvez também tenha contribuído para que ele apresentasse a mestiçagem como algo positivo ao progresso e à civilização do Brasil, já que paradoxalmente defendia o postulado evolucionista naturalista que via no branqueamento da população mestiça a saída para a degenerescência.

No entanto, a partir de meados do século XIX, a concepção naturalista animada pelos princípios cientificistas da época, começava a distanciar-se da sensibilidade romântica, para deter-se à questões de ordem prática referentes não só à exuberância da terra, mas à utilidade desta para o desenvolvimento e a civilização do homem. A vegetação, o clima, bem como a formação étnica, o modo de vida, os padrões de comportamento e os valores socioculturais foram alguns dos aspectos humanos e naturais enfatizados para descrever a paisagem na visão naturalista.

Por conhecê-la muito bem Veríssimo, não reduziu a Amazônia ao espaço exótico da floresta, mas não deixou também de destacar a influência da adversidade da paisagem, que apesar de uma natureza pródiga, sujeitava todas as raças consideradas impuras que ali viviam a desenvolver um “caráter vil” que lhes dificultava a civilização. Por conta disso, índios, curibocas, mamelucos, mulatos e cafuzos, além dos tapuios, habitantes do local, necessitavam, segundo ele, vencer “um clima enervante” e deviam saber lidar com a abundância de recursos vegetais e animais que lhes facilitava a sobrevivência e lhes proporcionava um estilo de vida que não exigia uma grande dedicação ao trabalho, empurrando-os assim, para o ócio e para a indolência.

Este intelectual deixa mais uma vez transparecer nos ensaios em que relata o cotidiano dos tapuios, que vivem em localidades a margem dos rios, sua inclinação às aspirações evolucionistas. Apesar das tentativas de inserção da Amazônia no “mundo civilizado”, a influência do meio ainda obrigaria a gente do local a perpetuar crenças e costumes herdados de seus antepassados indígenas, considerados pelo autor como inferiores, limitando-os a viver em uma situação de extrema miséria. A rusticidade dos costumes nativos era interpretada por Veríssimo como indícios de incivilidade, tais como: o modo como as pessoas viviam amontoadas em moradias sem comodidade e sem privacidade, a forma como “não respeitavam” padrões de comportamento e valores sociais, tidos como imprescindíveis à civilização.

Este autor não conseguia entender e aceitar que tais práticas eram comuns entre os mestiços e constituíam uma rede de significados inerentes ao seu modo de vida. Ao julgá-los como promíscuos e imorais, sustenta uma visão estereotipada, que lhes atribui um estágio de desenvolvimento inferior (primitivo) por não seguirem os padrões de moral e bons costumes reconhecidos e aceitos em uma “sociedade civilizada”.

Com o advento da República positivista no Brasil, a moral cristã do Império vai sendo substituída por uma moral civil, com a qual a família e também a mulher ganham papel de destaque; a primeira como uma das principais instituições que assentaria as bases da formação moral do cidadão e, a segunda por ser responsável, através da figura da mãe, de agenciar tal formação.

Faltava também aos moradores das cercanias da floresta, segundo José Veríssimo, um certo refinamento na maneira de comer, que ele mais uma vez apontava como ausência de civilidade, pois “comem geralmente sentados sobre uma esteira no chão, as pernas cruzadas, servindo-se, os menos civilizados, exclusivamente das mãos; os outros têm, conforme a sua categoria e educação, adotado mais ou menos, os hábitos da civilização”.

Assim como a moral, o refinamento à mesa é destacado aqui como uma maneira de atestar a civilidade humana e a sua diferenciação frente aos outros animais. Por fim, note-se que sempre ressaltando o valor determinista do meio, Veríssimo dentre outras coisas, transplantou a ideia de civilização da cidade para as áreas do interior amazônico por onde passava, taxando então aquele espaço e os seus moradores de incivilizados devido à presença marcante da “natureza selvagem”.

Para ele, apesar da deficiência do estudo sobre as raças cruzadas no Pará, sua linguagem, suas crenças e seus costumes, enfatiza os seguintes pontos:

- 1º As raças cruzadas do Pará estão profundamente degradadas.
- 2º Ao meio e às condições sociais, políticas e religiosas, em que se deram os cruzamentos, se deve atribuir o lastimável estado a que chegaram.
- 3º Pondo de parte esse estado, o que é certo é que, relativamente, predominou n'estas raças o elemento tupi, mais do que o portuguez.
- 4º A população da provincia que não pertence a estas raças, sentiu tambem essa influencia. (VERÍSSIMO, 1887, P.387).

Vê-se de maneira clara como as teorias científicas⁴² fundamentavam o escritor sobre a presença do cruzamento na formação da identidade nacional, e de que maneira encarava a política assimilacionista tão discutida por intelectuais e políticos no século XIX. As pesquisas em aldeias e em interiores já haviam lhe mostravam o quão frustrante estava

⁴² Sobre a postura dos intelectuais diante das teorias científicas, conferir em Schwarcz (2002).

sendo esse processo de assimilação para os indígenas e para a população mestiça. Conforme Veríssimo, e escrevia isso em 1887, a melhor alternativa seria “olvidá-las nas solidões das florestas em que vivem”, sendo isso impossível, continua o escritor, em um tom de desolação,

[...] Esmagal-as sob a pressão enorme de uma immigração, de um raça vigorosa que n’essa luta pela existencia de que falla Darwin a aniquile assimilando-as, parece-nos a unica cousa capaz de ser util a esta provincia. E ai d’ella si assim não for! (IBID., 1887, p. 389).

É, no entanto, somente por meio da comparação de seus escritos que se percebe como, gradativamente, o rápido contato proporcionado pela imprensa vai modificando sua maneira de conceber as populações da Região Amazônica. Assim revela,

Foi assim que conclui este estudo na sua primeira edição ‘A linguagem popular amazônica’. Hoje julgo dever fazer uma observação, que vem modificar a minha maneira de ver ha tres anos acerca do remedio a dar para arrancar as raças cruzadas do Pará (e Amazonas) ao abatimento em que jazem. Aconselhei então o seu esmagamento sob a pressão de uma raça forte que as aniquilasse na lucha pela vida. Não via que essa raça privilegiada não virá tão cedo, não virá talvez nunca, em razão das condições mesologicas da região, e alvitrei em expediente cujo principal defeito era ser inexequível. O estudo e a reflexão modificaram posteriormente a minha opinião, quiçá um pouco precipitada. Estou convencido, com o eminente Littré, que ‘o problema político consiste em utilizar no maior proveito das sociedades a força natural que lhes é própria’ Aqui a força natural são evidentemente as populações indígenas, puras ou cruzadas com os conquistadores e colonisadores. Si me fora permitido dar um aviso, era que as aproveitássemos em bem da vastíssima e riquíssima região amazônica. (IBID., 1887, p. 389).

Se antes sua opinião sobre a degradação daquela raça se fazia quase que exclusivamente pelos subsídios da seleção natural de Darwin, agora, uma organização política do trabalho as tiraria de tal estágio de degradação em “bem da vastíssima e riquíssima região amazônica”, ou seja, o homem amazônida passaria a trabalhar para sua própria subsistência e não para o “explorador” de suas terras.

O pensamento de Ingenieros, especialmente aquele expresso em seus primeiros trabalhos, ainda no final do século XIX, esteve sustentado por concepções biologistas aplicadas com o intuito de que, a partir delas, fosse possível extrair conclusões sociológicas. O conceito de luta pela vida proposto por Darwin está presente numa de suas primeiras obras: *La simulación en la lucha por la vida*. Já podemos perceber a apropriação de conceitos biologistas e evolucionistas como um meio de justificar a teoria da seleção natural. A luta pela vida foi vista por ele como algo inevitável.

Nessa obra, Ingenieros afirmava, por repetidas vezes, que o conceito de luta pela vida deveria ser interpretado, unicamente, de acordo com a acepção darwinista. Para ele, ao estudar a simulação como um meio de luta, não deveriam ser levados em consideração apenas os fenômenos que apresentassem um caráter consciente e voluntário, pois a luta pela vida está presente entre todos os seres vivos. Ele defendia a hipótese de que, à medida que as espécies evoluíssem, os meios de luta tornar-se-iam cada vez mais complexos, alcançando na espécie humana seu máximo expoente.

A análise de Ingenieros não considerou que a formação da nacionalidade argentina, assim como também não o fez com a de todos os países americanos que haviam sido colonizados pelo que considerava como raças inferiores, correspondesse à evolução da raça espanhola em solo americano, mas sim que fosse resultado da combinação da cultura espanhola com os elementos indígenas por ela assimilados, à qual mais tarde se agregaram elementos africanos (escravos) e, no final do século XIX, os grupos europeus provenientes da imigração europeia.

Para este intelectual, deveriam ser levadas em consideração as condições econômicas e sociais que figuravam na Europa no período da colonização – que ele chamou de “invasão europeia” – para que se pudesse compreender o reflexo de tais condições sobre a organização política e econômica do continente americano. A partir disso, Ingenieros constatou que o “descobrimento” do continente americano não havia sido nada mais que uma fatalidade histórica, pois, de acordo com sua visão, desde o final do século XV vinham se formando no continente europeu as condições econômicas que resultariam no inevitável descobrimento da América.

A teoria científicista considerava que se alcançaria o triunfo na conquista da raça quando se contasse com um maior grau de desenvolvimento, o que estava associado à pureza de sangue branco. A conquista da América foi justificada pela perspectiva de que uma das condições mais importantes para que um povo dominasse o outro era que ele se encontrasse em um momento mais elevado de desenvolvimento. Nesse contexto, a civilização ariana foi considerada vencedora por ter se imposto às raças americanas que apresentavam diferentes graus de resistência de acordo com seu nível de civilização. Entretanto, no final do século XIX, as raças “inferiores” continuavam a representar um entrave para o desenvolvimento da Argentina, na percepção de Ingenieros.

Segundo ele, no período em que se deu a colonização da América, quase todos os povos europeus haviam passado do primeiro ao segundo período da civilização, respectivamente caracterizados pelo sistema de produção com trabalho escravo e com

trabalho servil, e estavam preparando e desenvolvendo as forças econômicas que determinariam sua chegada à terceira fase, o capitalismo industrial, caracterizado pelo trabalho assalariado, enquanto os povos americanos se encontravam no estado da selvageria e barbárie.

Entretanto, no final do século XIX, as raças “inferiores” continuavam a representar um entrave para o desenvolvimento da Argentina. Ingenieros sustentava a hipótese de que essa situação seria passageira, pois à medida que o elemento branco fosse introduzido a barbárie seria erradicada. Uma das soluções apontadas para o “problema racial” na América Latina consistia na promoção do fluxo migratório europeu.

O papel da imigração foi tão significativo nas obras dos intelectuais cientificistas que Ingenieros chegou a afirmar que “a superioridade da raça branca era um fato aceito até pelos que negavam a luta de raças”. A questão do branqueamento encontrava-se, assim, relacionada à conclusão do processo de evolução da sociedade argentina enunciada por ele, pois a partir daí, acreditava-se que caberia à Argentina a hegemonia do continente americano, uma vez que a raça branca funcionaria como um escudo, por se tratar, de acordo com os ideais cientificistas, da raça mais evoluída, para resistir à penetração de outros imperialismos.

Ingenieros definiu a “europeização” da Argentina como um fato inevitável. Atribuía à imigração a responsabilidade de consolidar a expansão da raça branca, pois considerava que, enquanto classe trabalhadora, teria marcado a evolução do feudalismo para o regime capitalista, além de constituir um elemento determinante para o processo de formação da nacionalidade argentina. Com os pés fincados na América e os olhos voltados para a Europa, José Ingenieros concebeu o imigrante como um fator de “expurgo racial” do elemento mestiço:

A formação da nacionalidade argentina – e de todos os países americanos, primitivamente povoados por raças de cor – é em sua origem um simples episódio da luta de raças; na história da humanidade, poderia figurar no capítulo que estudará a expansão da raça branca, sua adaptação a novos ambientes naturais e a progressiva preponderância de sua civilização onde essa adaptação foi possível. (INGENIEROS, 1910, p77)

Ainda sobre o processo de imigração como fator indispensável à formação da nação Argentina, Ingenieros destaca que:

As tendencias dominantes na educação, mais acentuadas recentemente, concorrem a formar o “sentimento nacional” na imensa massa de novos

cidadãos incorporados ao país depois da segunda colonização. Eles constituem uma democracia nova que vai penetrando e desalojando as velas oligarquias residuais da imigração colonial. O sentimento da nacionalidade se afirma com igual energia nas grandes imigrações propostas da nação. (IBID., 1910, p.77)

No que diz respeito ao Brasil, Ingenieros assinalou que seu imenso território, por ser a maior parte de clima tropical, impossibilitava a formação de grandes nacionalidades:

[...] O único Brasil que enche condições infertéis mediocres é o austral, limite com o Urugai, região que vive em perpétua eminência de desmembramento. A estes fatores geográficos deve agregar-se a enorme massa de negros que formam o *substratum*(*substrato*) de sua população. (IBID., 1910, p.58).

Outro ponto interessante abordado por José Ingenieros consistia na discussão sobre o trabalho indígena. Apesar de considerar bem intencionada a tentativa de González⁴³ em integrar o índio à economia do país e assegurar-lhe alguns direitos, julgou tratar-se mais de um assunto de interesse jurídico que prático, porque via dificuldades em encontrar bases científicas que justificassem a disposição do índio ao trabalho. Desse modo, orientado pelo pensamento cientificista do período, Ingenieros classificou a raça indígena como absolutamente inferior e inadaptável e defendeu que sua proteção somente seria admissível se tivesse como principal objetivo garantir à mesma uma extinção.

Podemos concluir, a partir da análise das primeiras obras de Veríssimo e Ingenieros, que seu conteúdo está carregado de explicações derivadas do cientificismo, pois somente essa perspectiva fornecia as respostas buscadas por esses intelectuais. O único problema que afligia a elite era a herança colonial considerada pelos intelectuais como a responsável pelo atraso cultural de seus países.

Ao analisar as obras escritas por esses dois autores no início de sua vida intelectual, percebemos a preocupação concordante entre ambos, no sentido de buscar explicações para as questões políticas e sociais de seus países, sustentadas pelo método científico. E, como um exemplo disso, podemos citar o posicionamento de Veríssimo e Ingenieros, diante da questão racial, uma vez que consideravam que somente quando essa questão fosse resolvida, Brasil e Argentina estariam prontos para adquirir o *status* de nação e para orientar-se a partir de um conjunto de crenças e valores que fossem comuns a toda a sociedade.

⁴³ Joaquín Víctor González (1863- 1923) foi político, historiador, educador, maçom, filósofo, jurista e escritor argentino. Ocupou o cargo de governador de La Rioja e de ministro várias vezes, foi também o fundador da Universidade de La Plata e do Instituto Superior de Professores de Buenos Aires. Atuou também como membro da Real Academia Espanhola e da Corte Permanente de Arbitragem Internacional de Haia. Apresentou em 1904, o primeiro projeto de legislação trabalhista para a Argentina.

5 À GUISA DAS CONSIDERAÇÕES FINAIS

Neste trabalho, procurou-se analisar o pensamento social da relação entre Raça e Educação no final do século XIX e início do século XX, a partir da perspectiva de dois intelectuais de grande influência junto aos seus países nesse período: José Veríssimo (Brasil) e José Ingenieros (Argentina). Buscou-se compreender como esses dois intelectuais se apropriaram de conceitos em destaque na Europa, tais como o darwinismo social, o evolucionismo e o positivismo, a fim de justificar os problemas encontrados em seus países de sua época. Nesse sentido, compreende-se que a aplicação desses conceitos, em suas principais obras, estavam relacionados aos pressupostos políticos delineados pelo Estado, constituindo-se num instrumento utilizado com duas finalidades: legitimar o Estado nacional e construir uma identidade para a sociedade que passava por grandes transformações.

Na América Latina, a guinada do século XIX para o XX foi marcada, como toda transição, por uma erupção de ideias e conflitos permeada de aspectos científicos, tecnológicos e ideológicos. No cerne desse momento histórico estavam as teorias raciais, que buscavam compreender o país e suas mazelas sociais por meio de explicações biológicas. No Brasil, assim como na Argentina, a maioria dos intelectuais da época foram inábeis em perceber que os problemas de seus respectivos países se davam em decorrência da estrutura econômica e política da nação e não da mestiçagem, vista então como força motora do que se convencionou chamar de “inferioridade” e “indolência”.

A Educação, portanto, foi concebida como um dispositivo que permitiria “civilizar” o país de acordo com as concepções culturais europeias. Para tanto, a Escola foi eleita como a instituição que levaria a cabo essa tarefa. Assim, a ideologia racista surgida no bojo do complexo processo que foi a transição do século XIX para o XX, além de fornecer a coesão social necessária ao estabelecimento de um projeto de nação, também se constituiu numa poderosa força cultural que permitiu pensar o país, integrar idealmente a sociedade e

individualizar a cultura, formando ao longo dos anos um sistema totalizado de ideias que interpenetram a maioria dos domínios explicativos da cultura.

Dito isto, as obras aqui abordadas são não apenas uma invenção da mente de seus autores, ao contrário, são também criações historicizadas cujas matérias-primas se configuram em atitudes e em representações sociais e culturais de um tempo. A partir da análise de tais fontes, percebeu-se que tanto José Veríssimo quanto José Ingenieros aplicaram os conceitos acima enunciados. Para tanto, eles também lançaram mão dos ideais científicos recorrentes à época, os quais aparecem representados pela aplicação da Psicologia, da Sociologia, do Biologismo e da Educação nas obras analisadas nesta pesquisa.

As teorias raciais em questão são também esquematizadas em personagens mestiças e suas relações com os europeus, sendo o brasileiro assinalado por alusões à preguiça, à volúpia, às ações instintivas, à bondade ou ingenuidade. Percebe-se, igualmente, o mestiço como um ser incapacitado para a promoção da modernidade nacional, cabendo ao estrangeiro este papel de mola propulsora do país. Em todas essas atribuições de papéis, o que se dava conforme o tipo racial, apelava-se para a autoridade da ciência, ou melhor, dos que se pretendiam conhecedores de ciências da época, fossem as teorias antropológicas ou eugênicas. Tratava-se, portanto, de um cientificismo erigido, em geral, com base pouco científica, mas habilidoso em atribuir a si o estatuto de verdade e atrair o interesse das camadas letradas do país. E certamente os componentes de positivismo, evolucionismo e materialismo, que envolviam esse cientificismo, eram de molde a convencer os que ansiavam por modernidade num país de atrasos em tantos setores.

As mudanças sociais ocorridas no final do século XIX e virada do século XX são caracterizadas pelo crescimento das cidades, expansão do comércio mundial, imigração em massa de europeus para vários países, o desenvolvimento da ciência, o crescimento do nacionalismo e a formação dos Estados-nação. As modificações sociais ocorridas em torno desses processo foram imensas em todo o mundo. Em países considerados “atrasados”, estas foram ainda mais intensas, haja vista que muitas questões sociais das sociedades brasileira e argentina precisam ser respondidas.

Portanto, há que se destacar que a história das sociedades brasileira e argentina, e por assim dizer da América Latina, foi marcada principalmente pela segregação da maioria de sua população. Essa segregação foi feita de forma oficial e se efetivava na servidão ou na escravidão. O direito à humanidade era negado ao índio e ao negro, mesmo que não oficialmente, de tal forma que se constituía numa prática recorrente e de forma livre pela sociedade, o que se dava por meio de ideologias e falsas ciências, como as teorias raciais. As

teorias raciais serviam na verdade como uma máscara que visava justificar, não apenas o poder exercido pela elite, que se dizia realmente superior e portanto digna de exercer o poder, mas também para explicar a essa elite que o povo era incapaz de se modernizar. Assim, a culpa não era da elite, e sim do resto da população. Era uma resposta conveniente, uma vez que transferia para a maioria da população a razão do seu atraso.

As elites latino-americanas, com destaque às do Brasil e às da Argentina, buscavam negar a participação da população negra, mestiça e indígena na formação de seus países. Isso era manifestado nas ações de segregação social recorrentes nessas sociedades, e por meio de um modelo de modernização baseado principalmente na incorporação de ideias e valores europeus. Ao aceitarem as teorias raciais como explicação de sua realidade, muitos intelectuais acabavam se rendendo às justificativas que pareciam muito mais atraentes para a elite, e estas eram recebidas e utilizadas com o intuito de explicar as dificuldades de modernização das sociedades. A população negra, mestiça ou indígena era, nessa perspectiva, o fator que impedia o desenvolvimento das nações, e passava a ser vista como empecilho ao progresso da raça branca.

Constatou-se num primeiro momento que Veríssimo e Ingenieros mostraram-se favoráveis à promoção da imigração e criaram expectativas com relação a seus efeitos na formação das nações brasileira e argentina dos primeiros anos do século XX. O papel desempenhado pelo imigrante na nova configuração social da Argentina também foi um tema importante, principalmente por destacar a imigração a partir de uma dupla função: contribuir para o desenvolvimento econômico do país e, ao mesmo tempo, corresponder à necessidade manifestada pela elite intelectual de tipificar o argentino, isto é, as “raças brancas”, representadas pelos imigrantes, o que era vista como fundamental para a constituição da própria nação. José Ingenieros, no entanto, à princípio, manteve-se fiel à sua postura anterior, uma vez que continuou a exaltar os aspectos positivos da imigração enquanto elemento fundamental para a constituição de uma “raça argentina”.

Ficou evidente que ambos intelectuais evidenciaram a preocupação com a formação de suas nações a partir de um processo civilizatório tanto dos aspectos físicos quanto no que diz respeito à mescla entre as raças, assim como das qualidades morais dos indivíduos, destacando-se o trabalho como uma força moral que poderia dignificar a nação. Veríssimo observou que “os povos e as raças mesclam-se, fazendo desaparecer completamente os tipos puros”; Ingenieros expôs que a formação da nação argentina e dos países americanos povoados primitivamente por raça e cor, seriam envolvidos em lutas de raças, principalmente por processos civilizatórios da imigração europeia.

Entretanto, José Ingenieros voltou seu olhar para aquilo que considerava genuinamente argentino e, com o objetivo de organizar a cultura nacional, assim como Veríssimo, que depois de longo estudo e reflexão modificou sua maneira de pensar sobre as populações da região amazônica, destacou em suas obras a força natural evidente nas populações indígenas, puras ou cruzadas, aproveitando a riquíssima e vastíssima região.

Entre os escritos dos intelectuais em estudo revelam-se algumas aproximações que resultam de pontos comuns. Trata-se de autores contemporâneos, em seu tempo, que viveram os processos independentistas de seus países. José Veríssimo (1857-1916), no Brasil, e José Ingenieros (1877-1925), na Argentina, foram intelectuais que fizeram parte do conjunto de intelectuais latinoamericanos que se empenharam numa construção teórica, política e ideológica pautada no ideário da modernização de seus países, o que foi construído por meio da mescla: positivismo, nacionalismo, cientificismo e republicanismos.

Portanto, pode-se dizer que a elite intelectual brasileira e a argentina, de tendência liberal, utilizaram os conhecimentos apontados pelo cientificismo de uma forma que os fez funcionar como instrumento para a análise das questões sociais e políticas latentes em fins do século XIX e início do XX, o que contribuiu para a realização do projeto nacional.

Nesse ínterim, Veríssimo buscou, a partir da incansável dedicação ao trabalho intelectual, construir, à época, um modelo brasileiro de pensamento crítico, objetivo que se evidencia na sua rica e diversificada produção intelectual, pertencendo à chamada “Geração de 1870”. Teóricos como Comte, Taine, Spencer, Darwin e Haeckel tornam-se autores de referências desta nova geração de intelectuais nacionais, também chamada “geração modernista de 1870”.

De forma análoga, o pensamento de Ingenieros, especialmente aquele expresso em seus primeiros trabalhos, ainda no final do século XIX, esteve sustentado por concepções biologistas, aplicadas com o intuito de que delas fosse possível extrair conclusões sociológicas. Sua influência vai da vertente positivista e evolucionista, passando por uma linhagem modernista, romântica e espiritualista, até o marxismo reformista e à ala revolucionária.

Para o brasileiro José Veríssimo, a formação do caráter pátrio se daria por meio da educação. Quando da implantação da reforma da educação nacional, Veríssimo considerava fundamental a construção e o fortalecimento de um sentimento que o povo brasileiro não dispunha o sentimento nacional, que para ele se distinguia do caráter nacional. Já para o argentino José Ingenieros, a formação da nacionalidade argentina constituiu-se num simples episódio da luta de raças e de sua adaptação às condições geográficas do meio cósmico. No

que se refere à educação do caráter, a educação nacional, “pedra angular da grande república” e do capitalismo industrial nascente, deveria também educar os cidadãos para o trabalho, retirando deles o “pendor para a indolência”.

Veríssimo entendia que a educação do caráter não é senão o desenvolvimento do que, na pedagogia prática, chamamos de cultura moral. Ingenieros compreendia que para chegarmos a um certo nível ético é indispensável a educação intelectual, pois sem ela pode haver superstições e fanatismos, jamais ideais. Pontuou ainda que os que vivem abaixo desse nível não adquirem tal educação, e é assim que o homem se torna parasita da sociedade, haja vista que não existe, não serve para o povo.

Para livrar o país dessa ignorância e construir a identidade nacional, Veríssimo propõe como principal objetivo a ser alcançado pelos estadistas brasileiros a criação da educação nacional e a difusão e exaltação da instrução pública. Ambas, instrução pública e educação nacional permitiriam combater os espíritos separatistas, despertar o espírito da pátria e colocar acima do princípio federalista a unidade moral da nação. José Veríssimo havia se mostrado preocupado com a função da educação diante da construção da nação brasileira, durante sua trajetória intelectual; Ingenieros, por sua vez, acena nessa direção, mas o faz alguns anos depois e, de outro modo. Se o alvo de Veríssimo eram as escolas primárias, para Ingenieros importavam as universidades.

Diante das questões abordadas provenientes do estudo em questão, cabe-nos ainda perguntar como a educação poderia servir para redimir um povo há muito humilhado? E em que medida isso poderia acontecer? Devemos, ainda, chamar atenção para o fato de que este tema tem ressurgido recentemente, ou seja, as pesquisas que o envolvem são contemporâneas e, por isso, pode-se afirmar que ainda há muito a ser discutido. Assim, com esta pesquisa, há que se contribuir para a ampliação dos debates acerca das questões envolvidas, tendo em vista a importância do papel desempenhado por estes intelectuais em um momento histórico específico, no debate Racial e nas questões relativas à Educação.

REFERÊNCIAS

ANDERLE, A. **El positivismo y lamodernización de la identidad nacional en América Latina**. In: *Anuario de estudios americanos XLV*, p.419-84, Sevilla, 1988.

ARAÚJO, Sônia Maria da Silva. **Um estudo comparado do pensamento educacional na América Latina – Brasil e Venezuela (1819-1928)**. Projeto de investigação submetido ao Edital Universal Nº 14/2011. Belém, 2011.

ARIÉS. P. **A história das mentalidades**. In: Le Goff. J. *A história nova*. São Paulo: Martins Fontes, 1990.

VAZ, Celso Antonio Coelho. O ensamento racial, o romantismo e o iluminismo na destruição do senso comum de humanidade. In: ARAÚJO, Sônia Maria da Silva (Org.). **José Veríssimo: raça, cultura e educação**. Belém: Editora da UFPA, 2007. P. 71-97.

AZEVEDO, Célia Marinho de. **Onda negra, medo branco: o negro no imaginário das elites do século XIX**. SP: Annablume, 2004.

BASTOS, Maria Helena Camara. **Independência e educação na América Latina: as experiências lancasterianas no século XIX**. In: *Cadernos de História da Educação*, v. 10, n. 1, jan./jun. 2011. Disponível em: <<http://www.seer.ufu.br/index.php/che/article/view/13151/7512>>. Acesso em: 27 dez. 2012.

BIBLIOTECA VIRTUAL DA AMÉRICA LATINA. **América Latina**, 2012. Disponível em:<http://www.bvmemorial.fapesp.br/php/level.php?lang=pt&component=19&item=3>. Acesso em: 01/08/2012 22:57

BOMFIM, Manoel. **A América Latina: males de origem**. Rio de Janeiro: Topbooks, 1993.

BLOCH, Marc. **Pour une histoire comparée des sociétés européennes**. *Revue de Synthèse Historique*. 6: 15-50, 1928.

BOURDIEU, Pierre. A ilusão biográfica. In: FERREIRA, M. de M. e AMADO, J. **Usos e abusos da História Oral**. Rio de Janeiro: FGV, 1998.

BURKE, Peter. **História e teoria social**. Tradução Klaus Brandini Gerhardt e Roneide Venâncio Majer. São Paulo: Editora UNESP, 2002.

BURKE, Peter. **A escola dos Annales 1929-1989: a Revolução Francesa da historiografia**. 3 ed. São Paulo: Ed. da UNESP, 1991.

CANCLINI, N. G. **Culturas Híbridas: estratégias para entrar e sair da modernidade**. 4. ed. 1. reimp. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2006.

CHARTIER, Roger. **A história cultural: entre práticas e representações**. Rio de Janeiro: Editora Bertrand Brasil, 1990.

COSTA, Jean Carlo de Carvalho; GALVÍNCIO, Amanda; ESPINDOLA, Maíra Lewtchuk. **Intelectuais, História e Pensamento Brasileiro: Escravidão, Trabalho e Educação no**

“América Latina – Males de Origem” de Manoel Bomfim. In: Revista Histedbr on-line, Campinas, n.37, p. 183-204, mar.2010.

DEVOTO, F. J. Imigração europeia e identidade nacional nas imagens das elites argentinas (1850-1914). In: FAUSTO, B. (Org.). **Fazer a América: a imigração em massa para a América Latina**. São Paulo: Edusp, 2000, p.33-60.

DIWAN, Pietra. **Raça pura: uma história da eugenia no Brasil e no mundo**. 2ed. São Paulo: Contexto, 2012.

DOSSE, François. **A história em migalhas: dos “Annales” à “Nova História”**. Tradução: dulce da Silva Ramos; Prefácio: Elias Thomé Saliba. São Paulo: Editada da Universidade Estadual de Campinas, 1992.

DUSSE, François. **História e ciências sociais**. BAURU-SP: Edusc, 2004.

FRANCO, Maria Chiavatta. **Quando nós somos o outro**. Questões teórico-metodológicas sobre os estudos comparados. Educação e Educação, v. XXI, n. 72, p. 197-230, ago. 2000a.

FRANCO, J. E, PEREIRA, H. M., DALLABRIDA. N. **Para uma nova história comparada da educação**. Entrevista com o Professor António Nóvoa. Revista Linhas. Florianópolis, v. 10, n. 01, p. 3 – 15, jan. / jun. 2009.

GOLDMAN, Noemí e SALVATORE, Ricardo (compiladores). **Caudilhismos Rio platenses: nuevas miradas a unviejo problema**. Buenos Aires: Eudeba, 2005.

INGENIEROS, J. **La evolución sociológica argentina: de la barbarie al imperialismo**. Buenos Aires: J. Menendez, 1910.

_____. **Para uma filosofia argentina**. In: Revista de Filosofia, Cultura, Ciencias y Educación. Año 1, v.1, n.1, jan. 1915a.

_____. **La simulación en la lucha por la vida**. Buenos Aires: Casa Vaccaro, 1920, 12. ed. (1.ed., 1903).

_____. **O homem medíocre: tradução de Terumi Bonet Villalba**. Curitiba: Editora do Chain, 2011.

_____. **As forças morais**. tradução de Terumi Bonet Villalba. Curitiba: Editora do Chain, 2004.

MAIO, Marcos Chor; SANTOS, Ricardo Ventura (orgs.). **Raça como questão: história, ciência e identidades no Brasil**. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 2010.

MACHADO, Charliton J. dos Santos; NUNES, Maria Lúcia da Silva. **Educação, Identidade e formação da nacionalidade brasileira: a atualidade crítica de Manoel Bomfim**. Revista HISTEDBR On-line, Campinas, n.28, p.57 –69, dez. 2007 - ISSN: 1676-2584.

NOVAIS, Fernando A. e SILVA, Rogério Forastieri da. **Nova história em perspectivas**. São Paulo: Cosac, 2011.

NÓVOA, A. **Tempos da escola no espaço Portugal-Brasil-Moçambique**. Revista Brasileira de História da Educação, nº 1, p.161-186, jan./jun.2001.

NUNES, C. **Historiografia Comparada da Escola Nova**: algumas questões. Revista da Faculdade de Educação, São Paulo, v.24, n.1, p.105-125, jan./jun.1998.

PAMPLONA, Marco Antonio e DOYLE, Don H. (Orgs.). **Nacionalismo no Novo Mundo**: a formação de Estados-Nação no século XIX. Rio de Janeiro: Record, 2008.

PRADO, Maria Ligia Coelho. **A formação das nações latino-americanas**. São Paulo: Atual, 1994.

_____. **América Latina no século XIX**: tramas, telas e textos. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2004.

_____. **Repensando a história comparada da América latina**. Revista de História, 153 (2º - 2005), 11-33. Disponível em: <http://www.redalyc.org/src/inicio/ArtPdfRed.jsp?iCve=285022042002>. Acesso em: 15 dez. 2012.

QUIJANO, Anibal. **Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina**. In: LANDER, Edgardo (Org). En libro: A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latino-americanas. Colección Sur Sur, CLACSO, Ciudad Autónoma de Buenos Aires, Argentina, setembro 2005. pp.227-278. Disponible en la World Wide Web: <http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/ar/libros/lander/pt/Quijano.rtf>. Acesso em: 02 de agosto, 2013.

ROQUETTE-PINTO, E. **Ensaio de antropologia brasileira**. 3ed. Rio de Janeiro: Companhia Editora Nacional; Brasília: Ed. Universidade de Brasília, 1982.

SEVCENKO, Nicolau. **Tensões sociais e criação cultural na Primeira República**. São Paulo: Brasiliense, 1999.

SILVA, Kalina Varderlei; SILVA, Maciel Henrique. **Dicionário de conceitos históricos**. 2ª ed. São Paulo: Contexto, 2006.

SCHÜTZ, Vitor Aleixo. **Breve ensaio sobre as ideias sobre educação de José Martí e Domingo F. Sarmiento**. In: Revista FAGED, Salvador, n. 18, p. 49-51, jul./dez.2010. Disponível em: <<http://www.portalseer.ufba.br/index.php/rfaced/article/view/5322/4289> >. Acesso em: 04 mai. 2012.

SCHWARCZ, L. M. **O espetáculo das raças**: cientistas, instituições e questão racial no Brasil – 1870-1930. São Paulo: Cia das Letras, 1993.

STEPAN, Nancy Leys. **“A hora da eugenia” raça, gênero e nação na América Latina**. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2005.

TERÁN, O. **José Ingenieros**: antimperialismo y nación. Buenos Aires: Siglo Veintiuno, 1979.

THEML, N.; BUSTAMANTE, R. **História Comparada**: olhares plurais. In: Revista de História Comparada. Volume 1, número 1, jun./2007. Disponível em: http://www.hcomparada.historia.ufrj.br/revistahc/artigos/volume001_Num001_artigo003.pdf. acesso em: 05 de fev. 2013.

VERÍSSIMO, José. **A Educação Nacional**. 3ª Ed. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1985.

_____. **As populações indígenas e mestiças da Amazônia**: sua linguagem, suas crenças e seus costumes. Revista Trimestral do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, Rio de Janeiro, 1887.

_____. **Cultura, literatura e política na América Latina**. São Paulo: Brasiliense, 1986.

VIANNA, Luiz Werneck. **Americanistas e iberistas**: a polêmica com Tavares Bastos. IN: *Dados: Revista de Ciências Sociais*. V. 34, nº2. Rio de Janeiro, 1991.

VIDAL, Diana G. e ASCCOLANI, Adrián (orgs). **Reformas educativas no Brasil e na Argentina**: ensaios de história comparada da educação (1820-2000). São Paulo: Cortez, 2009.

VOVELLE, M. **Existe um inconsciente coletivo?** In: Ideologias e mentalidades. São Paulo: Brasiliense, 1987.